UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA
PROLAM/USP

MARGARITA MARÍA BAUTISTA MARTÍNEZ

O uso das TICs nas Organizações Indígenas do Brasil e da Colômbia: Estudos de Caso da
COIAB e da ONIC

Versão Revisada

São Paulo

2014

MARGARITA MARIA BAUTISTA MARTINEZ

O uso das TICs nas Organizações Indígenas do Brasil e da Colômbia: Estudos de Caso da
COIAB e da ONIC

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo; como requisito para a obtenção do título de mestre.

Linha de Pesquisa:

Sociedade, Economia e Estado

Orientador: Prof. Dr. Wagner Iglecias

São Paulo

2014

MARGARITA MARÍA BAUTISTA MARTÍNEZ

O uso das TICs nas Organizações Indígenas do Brasil e da Colômbia: Estudos de Caso da
COIAB e da ONIC

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
graduação em Integração da América Latina da
Universidade de São Paulo; como requisito para
a obtenção do título de mestre.

Linha de Pesquisa: Sociedade, Economia e
Estado

Orientador: Prof. Dr. Wagner Iglecias

Aprovado em: 24/10/2014

Banca Examinadora

Prof. Dr. Wagner Iglecias (Orientador)

Instituição: PROLAM/USP

Prof. Dr. Mário Aquino Alves

Instituição: FGV/SP

Prof. Dr. José Carlos Vaz

Instituição: EACH/USP

Aos meus pais, obrigada pelo carinho e incansável apoio durante esses dois anos de sacrifícios e conquistas na elaboração deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter dado sua benção durante todo momento para que eu pudesse continuar meus estudos.

Aos meus pais Margarita Martínez Acosta e Jaime Bautista Veloza pela sua sabedoria e apoio incondicional.

Ao meu orientador o Prof. Dr. Wagner Iglecias, que me amparou e conduziu nesta trajetória para a realização desta pesquisa.

À Universidade de São Paulo e o Programa de Integração da América Latina PROLAM, por ter me acolhido como aluna do curso de mestrado.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro ao longo do curso de mestrado.

Aos amigos e todas as pessoas que torceram e acreditaram.

(...) projetamos esses meios tecnológicos para permitir o fortalecimento dos nossos planos de vida, defesa do território e para a sobrevivência de nosso povo, que é o nosso grande objetivo em relação à apropriação dos meios de comunicação, que neste momento tem gerado muitas discussões internas e muitas dificuldades, porque, de repente, em alguns casos não tem sido dada a utilização adequada que merece, mas de qualquer forma, a projeção é que podemos avançar na estratégia de formação integral abrangente em cada um desses meios de comunicação em nossos povos indígenas (...)

Adolfo Conejo, indígena colombiano do povo Totoroes,
22 de janeiro de 2014, ONIC, Bogotá.

RESUMO

Este trabalho busca identificar as formas de uso e contribuições das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) para organização, comunicação e mobilização de organizações indígenas no Brasil e na Colômbia. Tenta-se identificar e apresentar os casos, a partir de uma pesquisa realizada através de entrevistas com membros da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), e da Organização Nacional Indígena da Colômbia (ONIC) numa perspectiva comparada entre as dimensões escolhidas. Num primeiro momento, serão levados em consideração os conceitos sobre democracia e a importância do papel do cidadão em movimentos sociais. Posteriormente, será considerado o papel das TICs na organização de espaços democráticos. Para tanto, procura-se refletir sobre a “sociedade da informação” preconizada por Castells (1999). Com base nesse ideário será analisado o contexto dos dois países em seus movimentos indígenas e, especificamente os estudos de caso no tocante ao uso das TICs para fins organizacionais e de comunicação. Justifica-se essa pesquisa a partir do pressuposto de que atualmente vários movimentos indígenas na América Latina têm utilizado as TICs para expressão e visualização de suas resistências culturais com a finalidade de proteger suas comunidades.

Palavras-chave: Democracia, Movimentos Sociais, Organizações Indígenas, Tecnologias de Informação e Comunicação TICs, Internet.

RESUMEN

Este trabajo pretende identificar las formas de uso y contribuciones de las Tecnologías de Información y Comunicaciones (TICs) para organización, comunicación y movilización de organizaciones indígenas en Brasil y Colombia. Se busca identificar y presentar estos casos a partir de una investigación realizada por medio de entrevistas con miembros de la Coordinación de las Organizaciones Indígenas de la Amazonia Brasileña (COIAB) y de la Organización Nacional Indígena de Colombia (ONIC) en una perspectiva comparada a partir de las dimensiones escogidas. En un primer momento, serán tenidos en cuenta los conceptos sobre democracia y la importancia del papel del ciudadano en los movimientos sociales. Posteriormente, será considerado el papel de las TICs en la organización de espacios democráticos. Para esto, se procura reflexionar sobre la “sociedad de la información” preconizada por Castells (1999). Con base en este ideario será analizado el contexto de los dos países en sus movimientos indígenas y específicamente, los estudios de caso en lo que tiene que ver con el uso de TICs para fines organizacionales y de comunicación. Se justifica esta investigación a partir del presupuesto de que actualmente varios movimientos indígenas en América Latina han utilizado las TICs para expresión y visualización de sus resistencia culturales con la finalidad de proteger sus comunidades.

Palabras clave: Democracia, Movimientos sociales, Organizaciones Indígenas, Tecnologías de Información y Comunicación TICs, Internet.

ABSTRACT

This research aims to identify forms of use and contributions of Information and Communications Technologies (ICTs) to the organization, communication and mobilization of indigenous organizations in Brazil and Colombia. Attempts to identify and present these cases from research conducted through interviews with members of the Coordination of Indigenous Organizations of the Brazilian Amazon (COIAB) and the National Indigenous Organization of Colombia (ONIC) in a comparative perspective from the dimensions chosen. First, the concept of democracy and the importance of the role of the citizen in social movements will be considered. This will be followed by the role of ICT in the organization of democratic spaces. For this, it attempts to reflect on the "information society" advocated by Castells (1999). Based on these ideas, the context of the two countries and their indigenous movements will be discussed, specifically the case studies regarding the use of ICTs for organizational purposes and communication. This research is justified because several indigenous movements in Latin America are using ICT for expression and display of cultural resistance in order to protect their communities.

Keywords: Democracy, Social Movements, Indigenous Organizations, Technologies of Information and Communication ICT, Internet.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1- Esquema da primeira concepção da esfera pública segundo Costa (1997)	41
Ilustração 2- Esquema da segunda concepção da esfera pública segundo Costa (1997).	42
Ilustração 3- Campanha em favor dos índios Tenharim	100
Ilustração 4- Campanha de apoio à tribo Guaraní-Kaiowá	101
Ilustração 5- Divulgação da Mobilização Nacional Indígena	102
Ilustração 6- Divulgação da Mobilização dos povos indígenas do Amapá e norte do Pará .	103
Ilustração 7 – Divulgação da mobilização indígena, maio de 2014	104
Ilustração 8- Divulgação do Quinto encontro de organizações indígenas da Abya-Yala.....	132
Ilustração 9– Divulgação da Minga Social Indígena	133

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Índice de Desenvolvimento de Banda Larga (IDBA) América Latina	61
Gráfico 2 - Índice de Desenvolvimento de Banda Larga (IDBA) gráfico comparativo	62
Gráfico 3 - Usuários de banda larga* e demais conexões.....	69
Gráfico 4 - Usuários de internet de banda larga* e índice de penetração	69

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Proporção de Organizações que possuem equipamentos eletrônicos, por tipo de equipamento	81
Tabela 2- Proporção de Organizações que possuem computadores com rede (Lan, Intranet e Extranet).....	81
Tabela 3- Proporção de Organizações com acesso à Internet, por tipo de conexão utilizada ..	82
Tabela 4- Proporção de Organizações que ofereceram entre 2012 e 2013, treinamento em informática, computador e/ou Internet.....	82
Tabela 5- Proporção de Organizações que estão presentes na web através de páginas virtuais ou página de terceiros	83

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Regimes segundo resposta aos Movimentos Sociais (Tilly, 1997).....	27
Quadro 2- Formas de utilização das TICs presentes na COIAB e a ONIC	140
Quadro 3- Contribuições das TICs nas organizações indígenas COIAB e ONIC.....	141
Quadro 4- Exemplos de mobilizações e campanhas indígenas divulgadas on-line pela COIAB	145
Quadro 5 - Exemplos de mobilizações e campanhas indígenas divulgadas on-line pela ONIC	146

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1- População indígena e povos indígenas da América Latina e Caribe.....	166
ANEXO 2– Usuários de Internet e estatísticas da população para os países da América Latina	167
ANEXO 3- Rádios Indígenas da Colômbia	169
ANEXO 4- Entrevistados relacionados à COIAB	173
ANEXO 5- Entrevistados relacionados à ONIC	174
ANEXO 6– Fotografias da COIAB	175
ANEXO 7– Fotografias da ONIC.....	177

LISTA DE SIGLAS

ACIN	Associação de Cabildos Indígenas do Norte de Cauca
ACNUR	Agência da Organização das Nações Unidas para os Refugiados
ADN	Associação para o Desenvolvimento Camponês de Nariño
ADPI	Observatório pela Autonomia dos Direitos dos Povos Indígenas
AICO	Autoridades Indígenas da Colômbia
ANAI	Associação Nacional de Ação Indigenista
APIB	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
APOINME	Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo
ARPA	A Agência de Pesquisa Avançada
ARPINSUDESTE	Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste
ARPINSUL	Articulação dos Povos Indígenas do Sul
ATL	Acampamento Terra Livre
ATLAS	Atlas Sociolinguístico dos Povos Indígenas na América Latina
ATY GUASU	Grande Assembleia do Povo Guarani
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAFI	Centro Amazônico de Formação Indígena
CETIC	Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação
CGI	Comitê Gestor da Internet no Brasil
CHIRAPAQ	Centro de Culturas Indígenas do Peru
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CIT	Confederação Indígena Tayrona da Serra Nevada de Santa Marta

CMC	Comunicação mediada por Computador
COIAB	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
COICA	Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica
COLCIENCIAS	Instituto Colombiano para o Desenvolvimento de Ciência e Tecnologia, “Francisco José de Caldas”
COP20	Vigésima Conferência das Partes
CRIC	Conselho Regional Indígena de Cauca
DoD	Departamento de Defesa Estadunidense
EZLN	Exército Zapatista de Libertação Nacional
FAPESP	Fundação de Amparo à pesquisa do Estado de São Paulo
FARC-EP	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, Exército do Povo
FOIRN	Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro
FSM	Fórum Social Mundial
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
HTML	Hipertext Makeup Language
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBM	International Business Machines (Empresa Americana)
ICFES	Instituto Colombiano de Fomento para a Educação Superior
IDBA	Desenvolvimento de Banda Larga
IEB	Instituto Internacional de Educação do Brasil
IEPÉ	Instituto de Pesquisa e Formação Indígena
INCORA	Instituto Colombiano da Reforma Agraria
INTERRED CETCOL	Rede Nacional da Ciência, Educação e Tecnologia (Colômbia)
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia (Brasil)
MINTIC	Ministério das Tecnologias de Informação e Comunicação (Colômbia)
MST	Movimento dos Sem Terra

NAFTA	Tratado Norte-americano de Livre Comércio
NAP Andino	Network Access Point para região Andina
OBCs	Organizações de Base Comunitárias
OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONIC	Organização Nacional Indígena da Colômbia
ONU	Organização das Nações Unidas
OPIAC	Organização dos Povos Indígenas da Amazônia Colombiana
ORIQUEIN	Organização Regional Indígena do Quindío
OSCs	Organizações da Sociedade Civil
PNBL	Programa Nacional de Banda Larga
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPCPI	Política Pública de Comunicação para os Povos Indígenas
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
RIA	Rede Indígena Amazônica
RIMCOPI	Rede Intercultural de Meios de Comunicação dos Povos Indígenas
RNP	Rede Nacional de Ensino e Pesquisa
RUNCOL	Rede de Universidades Colombianas
SPI	Serviço de Proteção ao Índio
STF	Supremo Tribunal Federal
TELECOM	Empresa Colombiana de Telecomunicações
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
TNC	Instituto de Conservação Ambiental

UAI	Universidade Autónoma, Indígena e Intercultural
UNIANDES	Universidade dos Andes (Colômbia)
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
WWW	World Wide Web

SUMARIO

INTRODUÇÃO	22
CAPÍTULO 1. DEMOCRACIA E MOVIMENTOS SOCIAIS: CIDADANIA E DIVERSIDADE NA AMÉRICA LATINA	35
1.1. DEMOCRACIA CONCEITOS E INTERPRETAÇÕES: UMA EXTENSÃO AO ÂMBITO LOCAL	35
1.1.1. Respeito às minorias dentro das interpretações sobre democracia e cidadania	37
1.1.2. O ideal democrático, a realidade e seus desafios em favor da diversidade	38
1.1.3. A deliberação e participação como alternativas democráticas para a constituição da cidadania na esfera pública.....	39
1.1.4. Cidadania e movimentos sociais: uma aproximação aos regimes democráticos latino-americanos.....	42
1.2. MOVIMENTOS SOCIAIS NA ESFERA PÚBLICA: ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS	45
1.2.1. Organização e articulação indígena no Brasil.....	48
1.2.2. Organização e articulação indígena na Colômbia.....	53
1.2.3 Semelhanças e diferenças entre a organização e articulação indígena no Brasil e na Colômbia	54
CAPÍTULO 2. AMPLIAÇÃO DOS ESPAÇOS DEMOCRÁTICOS GRAÇAS AO USO DAS NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS).....	59
2.1. ESTADO DA ARTE DAS TICS	59
2.2. A COMUNICAÇÃO E A CULTURA DA INTERNET NA DEMOCRACIA	72
2.3. TICS COMO FERRAMENTAS DA MOBILIZAÇÃO SOCIAL	76
2.4. REDES EM FAVOR DA ORGANIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO	85
CAPÍTULO 3. ESTUDOS DE CASO: AMPLIAÇÃO DOS ESPAÇOS DEMOCRÁTICOS DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS NO BRASIL E NA COLÔMBIA POR MEIO DAS TICS	89

3.1. ESTUDO DE CASO: COORDENAÇÃO INDÍGENA DA AMAZÔNIA BRASILEIRA (COIAB).....	89
3.1.1. Comunicação para os Povos Indígenas brasileiros	91
3.1.2. TICs, Povos Indígenas brasileiros, a educação e a COIAB.....	92
3.1.3. Meios tradicionais de comunicação e novas TICs	97
3.1.4. Exemplos de mobilizações e campanhas organizadas por meio de TICs	99
3.1.5. Financiamento das TICs na COIAB.....	105
3.1.6. Intercâmbio da COIAB com outros movimentos sociais possibilitado pelas TICs	106
3.2. ESTUDO DE CASO: ORGANIZAÇÃO NACIONAL INDÍGENA DA COLÔMBIA (ONIC)	107
3.2.1. Comunicação para os Povos Indígenas colombianos.....	107
3.2.2. Contexto da organização para os povos indígenas: a comunicação em favor da resistência	109
3.2.3. Mídia tradicional vs novas TICs: Novas oportunidades para visibilizar.....	110
3.2.4. TICs, Povos Indígenas colombianos e ONIC	113
3.2.5. O apoio do governo de TICs para os povos indígenas colombianos	129
3.2.6. Financiamento das TICs na ONIC	130
3.2.7. Eventos recentes realizados através das TICs.....	132
3.2.8. Política Pública de Comunicação para os Povos indígenas colombianos, ONIC-MINTIC.....	133
3.3. DISCUSSÃO DOS ESTUDOS DE CASO	135
CONSIDERAÇÕES FINAIS	148
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	155
ANEXOS.....	166

INTRODUÇÃO

Neste trabalho se trata o tema dos movimentos indígenas e o uso e apropriação por parte destes das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) para sua organização, mobilização e comunicação. Primeiramente, tenta-se explicar os conceitos de democracia, cidadania e movimentos sociais, tomando como referência alguns autores como Sartori (1994), Dahl (1989, 2001), Habermas (2012), Huntington (1994), Touraine (1973), Tarrow (2004), Tilly (1995, 1997, 2010), Castells (1999, 2005, 2009, 2013), Scherer-Warren (2005) entre outros teóricos para que desta maneira seja possível entender os conceitos, analisando diante disso as especificidades dos movimentos indígenas.

Posteriormente, torna-se necessária uma explanação sobre o uso das TICs nos movimentos manifestados por meio das organizações indígenas latino-americanas, que se apropriam destes recursos como meio de resistência a favor dos povos indígenas, bem como suas particularidades sociais, políticas e culturais.

Nesse sentido, são escolhidos estudos de casos, no âmbito das organizações indígenas de dois países da América Latina: Brasil e Colômbia. Tal escolha pode ser justificada pelo fato de que este trabalho é realizado sob os auspícios de uma Universidade brasileira e da autora ser de origem colombiana. Dessa maneira, procura-se contribuir aos países que, de alguma forma, apoiam este trabalho, possibilitando maior facilidade de acesso às fontes da pesquisa.

Como fator secundário, mas não por isto menos importante, coincidentemente, os dois casos escolhidos possuem a maior diversidade de povos indígenas da América Latina. Segundo o Escritório Regional para América Latina e o Caribe da UNICEF, em seu Atlas Sociolinguístico dos Povos Indígenas na América Latina (2009), existem atualmente 522 povos indígenas nesta região do continente americano. Dentre os países latino-americanos, o Brasil é o que apresenta maior diversidade de povos indígenas com 241 grupos representados numa população de 734.127, seguido pela Colômbia com 83 povos, totalizando 1.392.623 indígenas (ver anexo 1). Embora haja mais população indígena em outros países latino-americanos como o México com 9.504.184 pessoas em 67 povos, ou o Peru que possui 43 povos representados em 3.919.314 pessoas, a maior diversidade de indígenas encontra-se nos dois casos de estudo.

É válido mencionar que, apesar de existirem outros registros que dão conta de mais povos etnolinguísticos nos diferentes países, hoje é difícil discernir sobre quem é ou não indígena.

Deve-se levar em conta que as cifras referentes ao ATLAS são correspondentes aos dados estatísticos oficiais dos países, resultados de pesquisas governamentais baseadas nos censos nacionais, entre outros instrumentos usados pelo Estado e outros organismos que trabalham com as populações indígenas que, muitas vezes, requerem maior afinação e diálogo com estas comunidades para conseguirem obter dados estatísticos mais assertivos sobre a real situação demográfica destes povos. Portanto, foram selecionadas para o presente estudo uma organização indígena do Brasil e outra da Colômbia com o intuito de investigar a situação e o contexto de luta e resistência através do uso de novas ferramentas tecnológicas nesses países.

Apesar desses países serem os escolhidos para serem analisados através de suas organizações indígenas, é importante mencionar que os indígenas pioneiros no que se refere ao uso de novas tecnologias foram os zapatistas na selva de Chiapas, do sul do México, ainda na década de 1990. Em sua ação comunicativa por meio do uso de TICs e especialmente Internet, transformaram o movimento nacional num movimento com repercussões internacionais. O Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) formado pelos indígenas de origem Maia (Tzeltales, Choles, Tzotziles, Mames e Zoques) expressaram naquele tempo sua inconformidade com o Tratado Norte-americano de Livre Comércio (Nafta), usando a internet para difundir suas informações, declarações, comunicados e denunciar os abusos do exército mexicano.

Assim, como afirma Pereira (2012), o movimento indígena mexicano conseguiu ampliar sua luta ao nível internacional pelas conexões de rede. E o “Todos somos Marcos!¹”, se consagrou como o grande grito das manifestações mexicanas ao redor do mundo. O *Encontro Intergaláctico pela Humanidade e contra o Neoliberalismo* em julho de 1996, organizado pelos zapatistas, em plena Selva Lacandona, reuniu mais de cinco mil pessoas de quarenta e dois países e tornou-se marco na “luta global” dos novos movimentos sociais.

O uso da internet pelos zapatistas foi inovador para os indígenas, essa experiência com as novas tecnologias pode ser considerada como referência e instrumento político propulsor para o grande movimento indígena mundial, especialmente para as organizações indígenas da América Latina. Para efeitos deste trabalho, como será estudado o caso brasileiro e colombiano, no Brasil foi escolhida a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia

---

¹ O Subcomandante Marcos é um dos líderes do Exército Zapatista de Libertação, sua verdadeira identidade segundo o governo Mexicano é Rafael Sebastián Guillen Vicente, antigo professor da Universidade Autônoma Metropolitana da cidade de México. O “todos somos Marcos” é uma das grandes bandeiras e consignas que percorreu o mundo inteiro nas mobilizações nacionais e internacionais do EZLN.

Brasileira (COIAB), e na Colômbia a Organização Nacional Indígena da Colômbia (ONIC), pois são as maiores organizações que articulam o maior número de povos indígenas nos respectivos países. No caso da COIAB, segundo seu próprio *website*², há 75 organizações membros nos nove Estados da Amazônia Legal Brasileira (Amazonas, Acre, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), somando aproximadamente 430 mil pessoas, o que representa cerca de 60% da população indígena do Brasil. No caso colombiano, a ONIC é a maior organização indígena do país, totalizando 44 organizações no nível regional e zonal dos 32 departamentos colombianos³.

Nesse sentido, são apresentados os exemplos de práticas de uso de tecnologias dessas organizações e os povos indígenas refletidas nestes casos escolhidos. Nessa etapa tenta-se estabelecer o significado e a importância dos processos de comunicação entre os povos indígenas e, sobretudo, o conceito que sustenta o uso de TICs na reafirmação da etnicidade, cosmovisão e identidade de cada grupo.

Para tanto, é necessário estabelecer nesta parte introdutória uma definição breve e geral do conceito de movimentos sociais para que, posteriormente, seja devidamente aprofundado em seu respectivo capítulo, pois existem inúmeras perspectivas teóricas de diversos autores que têm estudado a temática a partir de pontos de vista distintos. Nesse sentido, os movimentos sociais são considerados como agentes que pretendem e conseguem estrategicamente gerar mudanças sociais, especificamente as que acontecem desde as camadas marginalizadas, através da ação coletiva de grupos da sociedade civil organizada que compartilham causas comuns e procuram mudanças reais em diversos contextos sociais.

Para Tarrow (2004), os movimentos sociais são os desafios coletivos estipulados por pessoas que compartilham objetivos comuns e solidariedade em uma interação mantida com as elites, os oponentes e as autoridades. Significa que existe uma sociedade marcada pelas relações de poder na qual os indivíduos se organizam em grupos solidários que se movimentam em torno de diversas causas.

Por outro lado, para Tilly (1995), um movimento social consiste num objetivo público ininterrupto, dado contra os que detêm o poder. Um movimento social personifica a interação contenciosa; implica a formulação de reclamações mútuas entre quem propõe as

---

² Página Web da COIAB. Disponível em: <http://coiab.com.br/site/pagina/quem-somos/como-surgiu/> Acesso em 23/04/2014

³ Página Web da ONIC. Disponível em: <http://cms.onic.org.co/sobre-nosotros/organizaciones-regionales/> Acesso em 23/04/2014

transformações e quem detém o poder. No pensamento de Tilly, os movimentos sociais devem ser entendidos dentro de um modelo de conflito de interesses na ação coletiva, levando em conta a luta racional de grupos organizados pelos seus interesses e o reconhecimento de atores políticos.

Assim, para esses autores, a ação coletiva de um movimento social está relacionada a grupos sociais que compartilham uma identidade coletiva e lutam por mudanças sociais conforme determinados interesses pela reestruturação do sistema e dos modelos de organização social. A mobilização pode ser entendida como componente normal do funcionamento da sociedade e decisiva para a transformação social.

Os movimentos sociais atuais são formados por indivíduos que compartilham causas e se organizam fazendo uso da ação coletiva para conseguir transformações sociais. Estes grupos pretendem desenvolver novas ideias sob o princípio de solidariedade no contexto da identidade coletiva, levando em conta dimensões políticas, sociais e culturais.

Como foi anunciado anteriormente, este trabalho faz referência a movimentos sociais e especificamente aos movimentos indígenas dentro do contexto latino-americano. A América Latina é uma região que apresenta dados alarmantes de desigualdade social que se aprofundam no contexto das minorias. Dessa forma, é possível perceber grande mobilização social por parte dessas populações. De acordo com o informe de 2013 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), intitulado ‘O protesto social na América Latina⁴’, “os indivíduos procuram protestar ainda mais e se organizar em diversos movimentos e organizações sociais para manifestar sua inconformidade com ditas condições de vida e procurar transformações para uma sociedade mais justa e igualitária”.

Atualmente, vários movimentos sociais na América Latina têm utilizado as TICs para resistência, visualização e proteção dos seus direitos e reivindicações. Estes movimentos sociais têm como objetivo a apropriação do espaço público, sendo um espaço físico, urbano, virtual ou ciberespaço, por meio da Internet. Para Castells (2013), é a conjunção de ambos os espaços que cria o espaço autônomo para a sociedade.

---

⁴ Apresentado no dia 16 de abril de 2013, pela equipe do PNUD no Projeto de Análises Político e Cenários Prospetivos (PAPEP). Disponível em: <http://www.undp.org/content/undp/es/home/librarypage/crisis-prevention-and-recovery/Understanding-Social-Conflict-in-Latin-America.html>>. Acesso em 02/04/2014.

Existe um alto grau de participação cidadã na América Latina, o qual tem gerado grandes mudanças sociais, o informe do PNUD (2013), destaca que há um avanço na redução da pobreza e a desigualdade na última década, existindo um vínculo com a ampliação ao acesso à tecnologia para milhões de pessoas na região que tem educado e interconectado maiores grupos de pessoas em escala regional e internacional. A interconexão de um maior número de cidadãos é definida especialmente pelo acesso à internet e a telefonia móvel que contribuem positivamente aos protestos sociais, pois outorgam novos espaços públicos que fomentam a participação cidadã. Estas ferramentas têm sido cada vez mais importantes para os grupos historicamente marginalizados na região.

Dessa forma, os movimentos sociais na América Latina buscam se fortalecer estrategicamente, redefinindo o novo cenário político da região e iniciando um processo histórico com novos elementos que influenciam a dinâmica política, social e cultural por meio do uso das novas TICs. Para Castells (2013), os cidadãos têm um instrumento diferente e próprio de informação e auto-organização que não possuíam anteriormente, com a vantagem do uso do ciberespaço que se torna espaço público.

Em consonância com os avanços tecnológicos, é possível observar que os movimentos sociais contemporâneos estão cada vez mais se apropriando das ferramentas tecnológicas. Para esses atores sociais o uso das TICs pode representar uma das formas mais eficientes de estruturação, debate, intervenção e ocupação de espaços antigamente não imaginados, além de atravessar fronteiras e romper limites políticos.

A internet se localiza como uma das novas ferramentas mais usadas por permitir a circulação e acesso de dados através da publicação de textos e fotografias, troca de mensagens, entre outros recursos digitais, além de abalar o monopólio da informação dos meios tradicionais de massa, sendo usada como rede horizontal que facilita o contato e a troca de informações entre muitos indivíduos mundialmente.

Porém, vale frisar que há uso simultâneo de TICs tradicionais como rádio, televisão, telefone dentro dos movimentos sociais, entretanto estas ferramentas são articuladas com as novas tecnologias, especialmente a rede (internet) e os telefones inteligentes (*smartphones*) por meio de diversos aplicativos, etc.

É importante mencionar que tanto o movimento indígena brasileiro, como o colombiano têm suas características distintas em cada um dos países, reflexo da interação de vários fatores incluindo as estruturas demográficas, história das relações dos povos indígenas com o Estado,

e as tradicionais políticas e aspectos culturais, isto não quer dizer que possa ser desconsiderada a existência de elementos comuns.

Ambos os casos, brasileiro e o colombiano dentro do contexto de movimentos sociais e especialmente de movimentos indígenas, se localizam em regimes que podem ser repressivos, quando é denotada falta de tolerância das mobilizações populares; totalitários, pois há uma série de políticas seletivas para vários grupos da população, e em outros casos mais tolerantes, pois o governo se mostra disposto, na maioria dos casos, à negociação e reforma.

Ao mesmo tempo ambos os casos de estudo conseguiram ser classificados dentro de várias e similares categorias de regimes políticos oferecidas por Tilly (1997), o que quer dizer que não foi possível classificar os governos sob os quais encontram-se regidos só numa categoria, pois atuam de diversas formas, confundindo muitas vezes os tipos de governo.

Através do quadro 1 é possível visualizar a classificação dada por Tilly (1997), aos diferentes regimes políticos existentes segundo a resposta aos movimentos sociais:

Quadro 1- Regimes segundo resposta aos Movimentos Sociais (Tilly, 1997)

Regime	Descrição
Repressivos	Persegue todo tipo de mobilização social.
Totalitários	Políticas repressivas seletivas.
Tolerantes	São tolerantes com movimentos que atuam de acordo com a lei, dispostos à negociação e reforma. Também podem tentar limitar seu poder ou influência.
Fracos	Aceitam as demandas dos movimentos pela incapacidade para limita-los ou reprimi-los. Precisam de apoios políticos e sociais.

Fonte: Elaboração própria

O Estado, independentemente das formas de governo de cada país, foi repressor em relação aos povos indígenas em ambos os países. A Colômbia viveu nos anos 1960, 1970 e 1980 uma democracia ao passo que o Brasil estava sob o comando político de uma ditadura militar. De modo que as três primeiras classificações dadas por Tilly (1997), podem atender ambos os governos em distintos momentos. No entanto, não seria possível classificar aos governos estudados na última categoria de regime fraco, pois eles não admitiram as propostas dos movimentos num primeiro momento, sem uma luta política, social ou jurídica, em muitos casos.

Já mencionada a repressão dada por parte dos governos aos povos indígenas do Brasil e Colômbia que se localizam em categorias similares, independentemente das formas de governo é possível dizer que as lutas dos movimentos indígenas nos dois países são também muito similares.

Desde a chegada dos europeus a Abya-Yala (América Latina) os indígenas foram vítimas do processo de colonização, sendo abusados, subordinados e tirados das suas terras, situação que ainda é comum nos séculos XX e XXI onde seus territórios históricos continuam sendo reduzidos com a chegada de empresas, proprietários de terras, oligarquias e governos que impõem o modelo de desenvolvimento e exploram recursos naturais.

Esta situação de origem histórica tem obrigado os povos indígenas a se organizarem para tentar conservar seus recursos e direitos. No caso colombiano, a organização do movimento indígena deriva da década de 1970, período em que o processo de reconhecimento dos grupos étnicos colombianos foi iniciado, quando as organizações com o apoio de vários setores da sociedade, apelaram ao processo de reafirmação e consciência de suas identidades para que a multiculturalidade de cada organização fosse reconhecida na Constituição Política de 1991, na qual conseguiram constar 30 artigos se referindo aos grupos étnicos, suas diversidades e particularidades de cada cultura.

Os membros da ONIC entrevistados nesta pesquisa (ver anexo 5) concordam que, para o grande movimento indígena colombiano, o projeto de desenvolvimento capitalista é de caráter econômico, cultural, pretende mudar as culturas próprias pelo modelo ocidental, destrói a diversidade humana e natural, privilegia o crescimento econômico, a exploração dos recursos naturais, a lógica do mercado e a procura pela satisfação material e individual sobre qualquer coisa. De forma que foi e ainda hoje é necessária a criação de um novo modelo que mudasse a perspectiva de vida e incluísse a diversidade e a diferença dentro do âmbito de vida de maneira permanente.

Por sua parte, o movimento indígena brasileiro tem suas origens também desde a década de 1970, num contexto de pressão social, repressão militar e cerceamento dos direitos políticos, em que se finaliza a tutela estatal a que estavam submetidas às comunidades indígenas no Brasil. A ação do movimento indígena esteve sempre marcada especialmente na luta pelo território como objetivo principal, e foi constatada a necessidade de lutar pela inclusão destes direitos na Constituição Federal de 1988.

Neste contexto, o movimento conseguiu dois capítulos importantes na Carta Magna, envolvendo a garantia dos direitos dos Povos Indígenas a possuir e preservar suas terras. A partir disso, foram se configurando as organizações indígenas no Brasil. Neste cenário surgiu a COIAB, em 1989, e outras organizações.

No contexto de resistência dos povos indígenas da América Latina, a comunicação tem sido uma ferramenta fundamental de luta pela sobrevivência das diversas comunidades. É necessário entender o significado e a cosmovisão da comunicação para estes povos, e verificar como eles se apropriam de novas tecnologias neste novo século para se adaptarem aos novos desafios do mundo contemporâneo, preservarem sua cultura e costumes, além de defenderem seus direitos.

Por sua vez, a literatura científica sobre organização e comunicação dos movimentos indígenas por meio das TICs mostra-se incipiente. Desta forma, este trabalho procura investigar como as TICs podem contribuir para a comunicação, organização e mobilização dos movimentos indígenas no Brasil e na Colômbia.

Segundo Castells (2013), as TICs constituem-se como espaços de autonomia fora do controle dos monopólios de poder e comunicação de governos e empresas e permitem conectar indivíduos que formam redes para reivindicar seus direitos numa manifestação de autoconsciência que sempre caracterizou os movimentos sociais. Essa afirmação permite observar que os movimentos indígenas no Brasil e na Colômbia têm utilizado as TICs como componentes necessários da ação coletiva tanto no âmbito local, como no global a favor da transformação cultural da sociedade.

Ao estudar os movimentos indígenas brasileiro e colombiano, representados pelos diferentes povos indígenas da região como atores políticos caracterizados por dinâmicas próprias diferentes dos outros movimentos sociais, percebe-se que estes movimentos procuram uma reivindicação pelos seus direitos específicos como povos indígenas, sua cultura, identidade e autonomia. Da mesma maneira, entende-se que as TICs são para os movimentos indígenas destes países um canal de comunicação com pessoas, grupos, culturas, governos e organizações nacionais e internacionais, e, ao mesmo tempo, se constituem como ferramentas para ampliação, difusão e reconhecimento deles como minoria na sua luta por reivindicações e proteção dos seus direitos.

Os movimentos indígenas brasileiro e colombiano possuem uma territorialidade determinada, uma estrutura organizada complexa com demandas de dimensão nacional na luta

pela diferenciação e pelo respeito de sua etnicidade e cultura. Atualmente, os movimentos indígenas estão sendo fortalecidos “ciberdemocraticamente”, pois há uma grande emergência dessas formas de organização e comunicação influenciadas pelo uso das TICs na América Latina.

Embora o acesso as TICs seja limitado e a situação da banda larga na América Latina não seja tão abrangente, os governos do Brasil e Colômbia estão realizando grandes esforços para ampliar o acesso da Internet à população. Segundo o endereço eletrônico do Governo Federal Brasileiro (2014)⁵, a banda larga popular ofertada pelas concessionárias que assinaram um acordo com o governo federal em 2011, dentro do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), chegou a 4.523 municípios brasileiros dos 5.570, segundo dados de dezembro de 2013. O que representa 81% da cobertura do território nacional.

Segundo os últimos dados apresentados em 2013 pelo Banco Mundial, a Colômbia localiza-se como a quinta economia da região⁶ e tem apresentado uma expansão das TICs, consideradas como elementos determinantes para mudança econômica, política e social. Atualmente, 928 municípios colombianos possuem acesso a banda larga por fibra ótica, cobrindo cerca de 84% da população. Segundo o Ministério das Tecnologias de Informação e Comunicação (MINTIC), nos últimos quatro anos houve um avanço de 2.2 milhões a 8.88 milhões de conexões de banda larga. Para o final do ano de 2014 espera-se conseguir chegar a 1078 municípios com esta cobertura dos 1096 existentes no território nacional.

Dessa forma, a realidade dos movimentos sociais ou organizações do terceiro setor como as organizações indígenas na América Latina não difere da realidade do resto da população. Muitas organizações indígenas hoje têm acesso à banda larga, mas ainda têm algumas que não possuem, e esta é uma questão que precisa continuar sendo trabalhada em todos os países da região.

De acordo com a pesquisa bibliográfica da literatura sobre o tema, os estudos que existem sobre o impacto do uso das TICs nos movimentos indígenas são poucos. Visto que não existe um grande número de iniciativas na área de movimentos sociais indígenas, organização, comunicação e o uso de TICs, esta dissertação tem como objetivo contribuir aos estudos nas

---

⁵ GOVERNO FEDERAL DO BRASIL. Disponível em:
<http://www.brasil.gov.br/governo/2014/03/banda-larga-popular-ja-esta-em-mais-de-4-500-municipios>.
Acesso em 17/04/2014

⁶ WORLD BANK. World Economic Outlook Database, April 2013. Disponível em:
<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2013/01/weodata/index.aspx>. Acesso em: 17/04/2014

áreas da administração pública, mobilização social, proteção de direitos humanos e tecnologias, especialmente de informática.

Tenta-se entender os níveis de interação, de organização e comunicação, assim como os desafios e oportunidades do uso das TICs nestes processos de transformação social por meio de uma pesquisa bibliográfica exploratória, entrevistas, análise de dados das duas organizações indígenas escolhidas como estudos de caso.

Pretende-se, assim, estabelecer como a internet pode favorecer a criação e o aperfeiçoamento de novas práticas de ação dos movimentos indígenas, através do desenvolvimento de novos processos constitutivos, organizativos e de comunicação. Assim, como a relação entre os movimentos sociais e sua importância para o aprofundamento democrático, a partir do ativismo político na internet, integrando outras tecnologias.

O objetivo principal deste trabalho é destacar como as TICs podem contribuir para a comunicação, organização e mobilização dos movimentos indígenas da América Latina, analisados por meio de duas organizações em cada país respectivamente. Além disso, será importante averiguar os seguintes objetivos secundários:

- 1) Analisar os exemplos de uso de TICs destes movimentos sociais na Colômbia e no Brasil. Entendendo o contexto de suas reivindicações;
- 2) Identificar qual é o nível de interação dos movimentos indígenas e as TICs;
- 3) Identificar as contribuições das TICs para a resistência, visualização e proteção dos seus direitos e reivindicações;
- 4) Comparar os casos estudados para assim concluir a respeito da influência das TICs como facilitadoras ou não da organização e comunicação dos movimentos indígenas na esfera pública.

Assim, para conseguir cada um desses objetivos, a metodologia utilizada neste trabalho tratou inicialmente de realizar uma pesquisa exploratória, pois como foi citado anteriormente, a temática sobre movimentos indígenas e apropriação de TICs é um problema pouco conhecido, com hipóteses reduzidas. Desta maneira, primeiramente, se deu uma caracterização ao problema. De modo que a questão que norteia esta dissertação é a seguinte: as TICs podem contribuir para a comunicação, organização e mobilização dos movimentos indígenas da América Latina?

O levantamento de alguns pressupostos contribuiu para a escolha da metodologia adotada, bem como no andamento da pesquisa de campo, ajudando a esclarecer o estado da questão que envolve os objetivos deste trabalho. Entre as hipóteses deste trabalho estão:

- 1) Os movimentos indígenas brasileiro e colombiano veem as TICs como ferramentas no processo organizativo e de mobilização;
- 2) As TICs podem facilitar a comunicação e a visibilidade da organização indígena com suas organizações de base, governo e entre as organizações parceiras nacionais e internacionais;
- 3) As TICs podem contribuir na horizontalidade e autonomia da organização no fluxo de informação.

Segundo Theodorson & Theodorson (1970), a pesquisa exploratória é apontada como um estudo preliminar para trazer familiaridade ao fenômeno que está sendo investigado ao oferecer prosseguimento a estudos maiores e mais complexos com maior precisão e profundidade.

Posteriormente, foi feita uma pesquisa teórica para ampliar generalizações e estruturar modelos teóricos que permitissem gerar novas hipóteses. Pretendeu-se refletir e sintetizar o tema. A pesquisa teve uma revisão de literatura como fundamentação teórica sobre a democracia, a cidadania e os movimentos sociais, seguida do estudo da interação das TICs nos processos de organização e comunicação. De maneira que, por meio da análise da literatura publicada foi possível traçar a revisão que orientou a construção das análises deste trabalho. Esta pesquisa bibliográfica possibilitou observar a partir de um modelo teórico inicial de referência a situação atual do problema sob um novo viés.

Após a construção da revisão teórica, fizemos procuras em motores de buscas, na bibliografia da área para descobrir as iniciativas dos movimentos indígenas escolhidos do Brasil e da Colômbia que utilizam as TICs em processos organizativos e de comunicação. Tratou-se do mesmo modo de desenvolver instrumentos que possibilitassem uma análise comparativa das organizações indígenas a partir de seus sítios na internet, análises de conteúdo, assim como mensurar o “grau de informatização” destes.

Estes estudos de caso foram pautados pela metodologia híbrida de Yin (2001), pois permite construir uma visão mais aprofundada em relação às hipóteses da pesquisa de uma

questão multidisciplinar que analisa o como e o por quê da questão abordada por meio da exploração, descrição e explicação.

É importante ressaltar que essa metodologia auxiliou a tentativa de centralizar os dados coletados para o desenvolvimento da pesquisa, na medida em que foram consideradas as hipóteses levantadas e a contribuição teórica adotada. Portanto, essa pesquisa de campo consistiu em visitas de cunho investigativo nos espaços que abrigam as organizações com a finalidade de examinar como se dá o acesso às TICs, a partir de entrevistas feitas com membros-chaves, além de possibilitar a verificação dos tipos de recursos disponíveis em cada caso. Deste modo, foi realizado um estudo empírico e qualitativo para que se tivesse maior aproximação e exploração à temática do objeto de estudo.

Para Teóphilo (1998), esse tipo de investigação garante o estabelecimento de um cenário experimental e controlável para a observação e produção de especulações e divagações teóricas com fundamento científico. Nesse viés, o presente trabalho procura reunir um ensaio teórico com estudos de casos, após a coleta de informações de iniciativas de movimentos indígenas no Brasil e na Colômbia, potencializando a análise dos resultados da pesquisa sobre o uso das TICs para a organização e comunicação no âmbito público.

Foi realizada uma catalogação descritiva das práticas encontradas de acordo com a bibliografia especializada definida durante a construção da revisão bibliográfica. Deste modo, foi possível relacionar, correlacionar e ainda fazer outras conexões ou desconexões entre os casos de estudo. Posteriormente, foi importante analisar em que medida a apropriação das TICs é importante para gerar mudanças e transformações sociais.

Da mesma forma, foi importante a realização de entrevistas semiestruturadas com coordenadores e diretores responsáveis pelas iniciativas que envolvem uso de TICs nos movimentos sociais, membros de comitês ou departamentos de comunicação ou difusão da informação dos movimentos indígenas escolhidos na pesquisa (ver anexo 4 e 5). Nestes diálogos se recolheram dados relevantes para a pesquisa com um número razoável de pessoas selecionadas que pudessem apoiar e validar os resultados da pesquisa.

Essas ações possibilitaram reconhecer o papel dos atores envolvidos, fluxos de informação e funcionamento do sistema de informação de cada iniciativa de comunicação e organização que se estabelece dentro dos movimentos indígenas graças ao uso das TICs. Também foram feitas análises estruturadas dos sites das organizações, seguindo suas funcionalidades, análise das dimensões: organizacional e tecnológica, levando em conta, por

exemplo, cooperação e colaboração entre projetos graças a ferramentas na rede, redes sociais alternativas, campanhas *on-line* (mobilização, denúncia, ou captação de fundos), uso de meios de comunicação alternativos, etc.

Finalmente, foi possível analisar a criação de ações e ferramentas virtuais voltadas para a promoção da comunicação e organização e, posteriormente realizar um questionário para obter um *check-list* que permitisse realizar tabelas dos estudos de caso numa perspectiva comparada.

CAPÍTULO 1. DEMOCRACIA E MOVIMENTOS SOCIAIS: CIDADANIA E DIVERSIDADE NA AMÉRICA LATINA

1.1. DEMOCRACIA CONCEITOS E INTERPRETAÇÕES: UMA EXTENSÃO AO ÂMBITO LOCAL

A democracia vem se desenvolvendo há mais de 2500 anos desde a antiga Grécia e Roma, transitando num caminho de grandes mudanças ao redor do mundo, emergindo em algumas épocas e sendo suprimida em outras. A democracia, a partir do ponto de vista etimológico significa “o poder do povo”, o que quer dizer que é o povo quem dá o poder e o poder deve servir em teoria ao mesmo povo. Porém, nem sempre a democracia foi interpretada dessa maneira e ao longo da história, especialmente durante os séculos XX e XXI têm surgido inúmeras interpretações que analisam a definição de democracia a partir de diferentes pontos de vista, levando em conta o papel do povo, o estado, os governantes, a igualdade, a participação, etc.

Para Sartori (1994), o termo democracia faz referência a uma sociedade livre, não dominada por um poder político incontrolável, nem oligarquias fechadas ou restritas, na qual os governantes respondem aos governados. Nesse sentido, é possível afirmar que há democracia quando existe uma sociedade aberta onde o estado está a serviço dos cidadãos e não no sentido contrário. Na esteira de Sartori, a anterior definição poderia ser enquadrada como uma definição fundamental para as análises de cidadania dentro do contexto de sociedade civil, pois a democracia se constitui como um ambiente onde tudo gira em torno ao povo. Adicionalmente, o autor apresenta outro tipo de definição, a instrumental, onde a democracia é vista como um sistema pluripartidário no qual a maioria governa respeitando os direitos da minoria.

Este sistema pluripartidário é típico da maior parte das democracias atuais em diversos países no mundo. Na América Latina e especificamente no Brasil e a Colômbia esse sistema está presente em muitos partidos políticos constituídos. Indiscutivelmente, há partidos políticos que possuem uma maioria consolidada na grande parte dos comícios eleitorais, mas a democracia é denotada pela presença de uma diversidade de atores políticos que são eleitos pelos cidadãos, exercendo seu direito de cidadania.

É possível observar que nas realidades destes países onde os cidadãos, apesar de terem uma grande opção de partidos políticos para escolher simultaneamente seus representantes,

muitas vezes não se veem completamente representados pelos governantes que têm colocado ao mando, e adicionalmente em várias oportunidades há uma representação “maioritária” que pouco se preocupa pelas minorias da sua jurisdição.

Por outro lado, o discurso de Sartori (1994), também faz referência à discussão de outros tipos de democracia, como ele define: democracia eleitoral (representativa), democracia direta, democracia de referendo e democracia participativa. Para efeitos deste trabalho não torna-se necessário esmiuçar cada uma destas democracias, porém é importante destacar a democracia participativa, entendida como aquela em que os indivíduos ou o povo participam ativamente e tomam parte na democracia, na medida em que expressam suas opiniões, criticando iniciativas e propondo soluções. Concordando com Dahl (2001), a participação efetiva consiste em fazer parte das decisões, conhecer políticas, opinar e levar parte dentro do processo democrático ativamente.

Os indivíduos inseridos num contexto social e através de suas necessidades geram demandas para seus governantes. Existe, portanto, a busca pelo exercício da cidadania e pela participação das decisões governamentais que concernem aos estados nacionais para que realmente tenham a oportunidade de ser cidadãos destes estados. Assim, os indivíduos se reúnem em grupos com os quais compartilham afinidades, problemas, questões, etc. e procuram se organizar em favor de objetivos comuns.

A constituição de grupos de indivíduos com interesses e objetivos comuns que procuram firmemente participar e reivindicar seus direitos, respondendo e questionando seus governantes, é uma característica importante dos cidadãos latino-americanos, devido à difícil realidade da região, caracterizada por altos níveis de corrupção, crimes políticos, desigualdade social, violência, pobreza, falta de oportunidades, etc. No Brasil e na Colômbia é notável o incremento nos últimos anos da participação cidadã em termos reivindicatórios e o papel transcendente do protesto e as mobilizações promovidas através de diversos meios alternativos.

Não é suficiente escolher representantes se estes não serão capazes de exercer corretamente sua função de representar os interesses de todos os cidadãos. Porém, este modelo representativo tem sido instaurado e consolidado. Ao contar com estes líderes, é necessário que haja um trabalho para a conscientização de mudanças em favor da melhora do modelo de gestão e, conseqüentemente, da qualidade de vida dos cidadãos nos diferentes estados nacionais.

Como assinala Huntington (1994), quem fornece uma interpretação da democracia focalizada no sistema político e no processo democrático, na medida em que seus principais tomadores de decisões coletivas sejam escolhidos através de eleições periódicas, honestas e imparciais, e o sistema envolva duas dimensões: contestação e participação; com a existência de liberdades políticas e civis de expressão, publicação, reunião e organização, necessárias para o debate político e para a realização de campanhas.

1.1.1. Respeito às minorias dentro das interpretações sobre democracia e cidadania

Embora a democracia atual envolva a eleição de governantes por parte da maioria da população, ou como afirma Munck (2010), existe um acordo geral amplo onde a democracia é considerada, pelo menos, um tipo de regime no qual o acesso aos mais altos cargos públicos no país é caracterizado pela votação massiva e a concorrência eleitoral. Sendo um sistema majoritário, do mesmo modo não podem ser abandonadas as minorias e há uma necessidade de representar tanto estes setores da população como os outros.

Deste modo, é necessário dentro de um regime democrático legítimo que as minorias gozem de todos os direitos ou, nas palavras de Dahl (2001), o sistema democrático é, além de um sistema de governo, inerentemente um sistema de direitos, entre os que se destacam, por exemplo, o direito à livre expressão, participação, etc. Da mesma forma, no processo democrático todos os cidadãos, segundo este autor, têm a possibilidade de viver sob leis de sua escolha, mas com base num princípio de autodeterminação no qual seja possibilitada aos cidadãos a discussão e crítica das leis que regulamentam a convivência.

Assim, a democracia e a cidadania, teoricamente, estão ligadas fortemente, uma não pode sobreviver sem a outra. Um verdadeiro sistema democrático deve ser baseado na construção e na reafirmação constante da cidadania. Todos os cidadãos dos estados nacionais, sem exceção, devem gozar de proteção social e individual, porém não podem se desvincular das suas obrigações com sua sociedade, respeitando e dando espaços ao “outro” considerado como cidadão possuidor dos mesmos direitos e deveres.

De acordo com Dahl (2001), a democracia possibilita que as pessoas possam proteger seus próprios interesses fundamentais ou coletivos por meio da participação nas decisões do governo, assim uma pessoa ou grupo pode apoiar ou rejeitar decisões que afetem seus interesses ou violem direitos fundamentais.

Como foi apontado anteriormente, os indivíduos têm interesses que compartilham com outros indivíduos, fato que permite a organização em grupos ou coletivos a favor da proteção desses interesses através de uma participação política e, sobretudo, do exercício da cidadania individual dentro da coletividade. Graças à coletivização dos interesses e a demanda de reivindicações e respeito dos direitos por meio deste tipo de organização, ações como essa podem causar maior conscientização e impacto social, além de contribuir para uma participação mais colaborativa.

1.1.2. O ideal democrático, a realidade e seus desafios em favor da diversidade

Sob o ponto de vista de Dahl (2001), a democracia, ao longo de 25 séculos, parece ser um sistema idealizado que cumpriu com todas as instituições políticas básicas. Ele aponta ainda que a democracia moderna também procura cumprir esse papel, entretanto não deve ser confundida com os antigos conceitos de democracia. Para o autor esta nova espécie de democracia é condizente com a realidade política contemporânea, sendo denominada de poliarquia.

Dessa forma, a inclusão do termo poliarquia para definir as democracias modernas mostrou ser uma das melhores aproximações ao que é uma democracia mais real, assim como destacado em diferentes obras por Sartori, Huntington e Lijphart, que utilizam este conceito para suas análises de teorias democráticas.

Na análise dahlsaniana o conceito de poliarquia compreende os regimes relativamente democratizados, dotados de caráter inclusivo e abertos à contestação pública. O conceito anterior diferencia o significado de democracia como sistema político, sendo quase que inteiramente responsivo a todos seus cidadãos, algo que pode ser, praticamente, impossível de alcançar. Em contrapartida, a poliarquia se refere aos regimes democráticos existentes com seus problemas reais, que se constituem como desafios nos quais torna-se necessário trabalhar para que possam ser superados.

É apontada na discussão a necessidade da implementação de uma democratização nos diferentes estados poliarquicos que para Dahl (2001), deve ser tratada por meio da ampliação da contestação pública e da inclusividade, pois os cidadãos além de escolherem seus representantes, têm outra função muito importante que consiste na organização de grupos de interesses para a efetiva participação dos indivíduos no processo de produção de políticas públicas (BAUTISTA, 2013). Dahl (2001) faz referência à ideia de que tem existido um

trajeto em ascensão até o modelo atual de “democracia liberal” no qual o papel dos movimentos sociais e políticos é essencial para alcançar o ideal democrático.

Levando em conta que na poliarquia dahlsaniana é maior o número de indivíduos, grupos e interesses que procuram ser considerados nas decisões políticas, existe consequentemente uma propensão à maior participação das pessoas. Porém, é normal que nesse momento de procura pela participação ativa surjam conflitos entre os governantes e grupos que pretendem ser incorporados à vida pública dentro do processo político.

O verdadeiro regime democrático ou poliarquico mais perto do ideal democrático leva em conta a preocupação na busca pelo pluralismo na diversidade, assim como a dispersão e a tomada do poder político entre todos os grupos que compõem a estrutura social. Entretanto, existe um longo caminho a ser percorrido no qual a sociedade civil deve se organizar em prol da mudança. Nesse contexto, Dahl (2001) chama a necessidade da existência de uma real democracia que conspire para a criação de um espaço público verdadeiro, atores participantes de diferentes origens e acordos estabelecidos segundo diversas demandas sociais.

Desta forma, entender o conceito de democracia segundo Dahl (1989) exige a aceitação e implementação de critérios políticos básicos, tais como: a participação efetiva, a igualdade política por meio de voto na fase decisória, a compreensão ou o entendimento informado da sociedade, o controle da agenda por parte dos cidadãos e a inclusão ou a garantia de uma igualdade legítima no processo político.

1.1.3. A deliberação e participação como alternativas democráticas para a constituição da cidadania na esfera pública

Em muitas democracias modernas as instituições políticas definidas por Dahl (2001), se mostram insatisfatórias para o público, levando-o a crer na decadência do sistema democrático. Nesse sentido, surge uma alternativa democrática como solução, a democracia deliberativa. Para Werle (2007), essa democracia se fundamenta no processo de tomada de decisão feito através da deliberação dos cidadãos em fóruns públicos de amplo debate e negociação nos quais se utiliza a razão e a argumentação para opinar e escolher políticas.

Na concepção deliberativa, a democracia é uma estrutura de condições sociais e institucionais que facilita a discussão livre entre cidadãos iguais – proporcionando condições favoráveis de participação, associação e expressão – e vincula autorização para exercer o poder público[...] (Werle, 2007; p. 122)

Assim, a democracia deliberativa é similar em essência à democracia participativa de Sartori, conforme foi apresentada anteriormente. Contudo, a democracia deliberativa respeita as instituições democráticas e procura garantir um processo político justo, inclusivo e igualitário entre cidadãos. Os espaços para deliberação são de uso livre e inclusivos onde todos os cidadãos podem ter o mesmo direito de participar na tomada de decisões.

Para a democracia deliberativa a legislação tem que se derivar da deliberação pública dos cidadãos livres e iguais. Dessa maneira, as leis não são feitas por uma minoria que representa o povo, mas na realidade é o povo que é incumbido de escolher as leis através do processo deliberativo. Por fim, a decisão da maioria continua se impondo sobre a decisão das minorias, o que é uma consequência do processo democrático. Porém, para resolver estas questões e gerar transformação social, as minorias devem contar com mecanismos alternativos que facilitem o respeito à suas particularidades ou singularidades, com isso a organização em grupos ou a coletividade deve ser formada em favor da mudança social.

Em consequência a democracia deliberativa implica na reivindicação da cidadania por parte dos cidadãos, se afastando do antigo conceito estabelecido pelo capitalismo liberal. Conforme destaca Santos (1996 *apud* CÉSAR, 2012) a importância de se apropriar do conceito de ‘cidadania social’ concebida através dos novos movimentos sociais. A cidadania vai além dos direitos e deveres definidos pelo estado, procurando a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. O cidadão social participa ativamente tanto da relação vertical entre ele e o estado quanto da horizontal entre os cidadãos da esfera pública.

Para Dagnino (1994), a cidadania é uma estratégia política que expressa e responde a um conjunto de interesses, desejos e aspirações de uma parte significativa da sociedade. O autor afirma que a cidadania na esfera pública é definida em duas dimensões: a primeira ligada a movimentos sociais (luta por direitos, igualdade, diversidade, etc.) e a segunda focada na construção de um novo paradigma democrático, uma sociedade democrática que tenderá a transformar as relações sociais existentes, constituídas como naturais.

Portanto, as dimensões de cidadania expressadas por Dagnino (1994), concordam com os fundamentos da democracia deliberativa ao tentar transformar o paradigma social e político existente na sociedade, eliminar as diferenças sociais e a exclusão por meio da reivindicação dos direitos através dos movimentos sociais ou coletividades.

A democracia deliberativa e a cidadania social encontram resposta na esfera pública, que por sua vez, pode ser definida como um espaço onde os diferentes atores do sistema

democrático estabelecem comunicações efetivas, ou seja, um espaço aberto e democrático de comunicação, acessível a todos e propiciador de iguais possibilidades de debate.

Conforme Costa (1997), existem duas formas de entendimento da esfera pública, uma que privilegia os meios de comunicação social e uma que se fundamenta na comunicação interpessoal. A primeira forma de entendimento coloca os meios de comunicação no centro da formação da esfera pública, como elemento organizador das massas manipuladas por seu conteúdo, existindo uma grande intenção de controle de tais instrumentos pelos centros de poder político e econômico das sociedades. Neste contexto se contraria a concepção de esfera pública como um espaço de acesso igualitário para cada ator. Desse modo, os cidadãos se tornam receptores passivos sem oportunidades de debate. A mídia, os interesses políticos e econômicos são os principais atores e o público atuando como plateia, sem voz pública efetiva, deve se organizar para reivindicar um tratamento adequado. Através de movimentos sociais o público procura tentar resgatar seu papel como agente transformador participativo e cidadão.

Ilustração 1-Esquema da primeira concepção da esfera pública segundo Costa (1997)

Fonte: elaboração própria

A outra concepção define espaços de comunicação direta e interpessoal junto das redes colaborativas e informais de intercâmbio como elementos formadores da esfera pública. Com a comunicação efetiva entre cada membro do grupo a manipulação dos meios de comunicação pode ser reduzida, já que existe a possibilidade de formas discursivas de comunicação na esfera pública. Neste caso, o público é um ator ativo da esfera pública que critica, analisa, avalia e discute as mensagens dos mesmos atores. Quando as redes sociais informais se

estruturam e organizam, tornando-se mais complexas passam a atuar como movimentos sociais ou associações civis e assumem, assim, maior visibilidade nesse contexto.

Ilustração 2- Esquema da segunda concepção da esfera pública segundo Costa (1997).

Fonte: elaboração própria

Levando em conta a última concepção de Costa, Habermas (2012), afirma que na atualidade existe uma nova esfera pública que é mais plebeia e menos burguesa, formada a partir da influência da comunicação moderna. Essa nova esfera pública é plural e multicultural, formada no contexto de uma nova cultura política popular que, apesar de excluída do poder dominante, encontra formas legítimas de representação.

A esfera pública moderna se fundamenta em três princípios de democracia deliberativa: ampla e irrestrita agenda de discussões, foco nos interesses da sociedade civil sem restrições e preconceitos, e a importância da valorização do processo de discussão. Desta forma, a democracia deliberativa se constitui como fonte de cidadania, pois permite levar a discussão pública direta a maior parte das questões que afetam os cidadãos, dando a importância que estes processos merecem dentro de um estado que pretende atingir ou chegar perto do ideal democrático.

1.1.4. Cidadania e movimentos sociais: uma aproximação aos regimes democráticos latino-americanos

Desde os últimos anos da década de 1970, nos quais a América Latina estava passando por regimes ditatoriais e autoritarismos, apareceram os novos movimentos sociais que se

desenvolveram na Europa em condições de democracia. Por sua parte, na região latino-americana, estes movimentos foram criados como resposta a estes governos autoritários que tinham uma regulação exclusivamente mercantil, acabando, muitas vezes, com os serviços públicos por meio da privatização. Como o assinala Paramio (1991), a diferença da Europa onde os movimentos sociais eram interpretados por Habermas e outros autores como a demanda de uma nova comunidade frente à invasão da vida pela racionalidade do mercado e do Estado de bem-estar. Na América do Sul, os movimentos sociais eram caracterizados pela sobrevivência e redistribuição, além de serem forçados a se organizar por uma exclusão de extensas capas sociais dos circuitos de mercado e do Estado. O autoritarismo negava a representação e a organização formal a aqueles que o ajuste neoliberal expulsava de fato do mercado de trabalho e do mercado geral, deixando-os sem opções.

Desta forma, é possível observar que na América Latina os movimentos sociais representam segmentos sociais que não encontram voz na institucionalidade existente. Vários desses movimentos procuraram, desde seus inícios, a negociação com os organismos da democracia representativa com o propósito de alcançar suas reivindicações ou causas. Muitas vezes estes movimentos procuram o acesso ao mercado capitalista e à rede redistributiva do Estado, reagindo ante a exclusão do mercado e do Estado.

Como tem sido apontado ao longo deste trabalho, existem várias discussões sobre a cidadania e a democracia na vida política. Habermas (1997) reflete sobre questões da consolidação da democracia e da efetivação da cidadania por meio da participação política. Para este autor, uma cidadania efetiva remete à discussão que envolve a institucionalização de dois modelos políticos: o republicano e o liberal. O modelo liberal argumenta que os direitos humanos freiam a vontade coletiva em detrimento das liberdades individuais, enquanto o republicano baseia-se na função dos direitos humanos que implica impor a vontade coletiva sobre a autonomia dos cidadãos.

Diante desse panorama apresentado pelo filósofo, nem o modelo republicano nem o liberal, separadamente, são suficientes para entender a democracia latino-americana. Na verdade é necessária uma unidade de valores e práticas políticas que possam se estabelecer em uma sociedade constituída por várias complexidades, de forma que tenta-se propor, portanto, um equilíbrio entre os dois modelos, ou seja, a ação política proposta pelo modelo republicano e ao mesmo tempo a inviolabilidade das liberdades individuais e privadas do cidadão propostas pelo modelo liberal.

Em consequência, é destacável que existem dificuldades para organização da sociedade seguindo tipos de modelos democráticos, inclusive para Habermas (1997), há muitos desafios presentes na discussão e, conseqüentemente, no processo de instauração da democracia. A conjugação entre diferentes variáveis e modelos de análises se faz necessária, assim como a realização de novas propostas que sugerem um modelo de reconstrução de cidadania.

Discutindo a esfera pública em Habermas (1997), se destaca o conceito de discurso e a sociedade diferenciada a partir do momento em que é permitido contrastar opiniões com base na identificação das necessidades existentes de todos os cidadãos. Dessa maneira, se pretende apontar possíveis soluções para determinados problemas sociais latino-americanos por meio da mobilização e articulação das pessoas.

Ainda de acordo com as análises de deliberação cidadã habermasiana, é destacável a interpretação de RENAN (2006), autor que defende que a esfera pública deve ser constituída como um espaço para todos os cidadãos – mulheres, negros, minorias raciais, trabalhadores – para que, através dos direitos de comunicação e participação política, os indivíduos consigam ser politicamente autônomos para discutir publicamente, seus problemas, questões e necessidades.

Dessa maneira, a esfera pública é constituída como um espaço de confronto de ideias onde todo cidadão, sem importar sua condição social, cultural, política ou religiosa, pode participar na sociedade, seguindo princípios democráticos. Segundo Bautista (2013), trata-se de um espaço no qual direitos e deveres devem ser respeitados para conseguir um ponto de equilíbrio entre os princípios de liberdade individual e vontade coletiva.

A democracia na América Latina exige a constituição de uma esfera pública na qual exista deliberação cidadã que leve em consideração os princípios de participação popular de todos, sem exclusão das minorias em favor de uma sociedade mais justa e igualitária. Habermas (2003), reintroduz a questão democrática através de um aspecto participativo e social, em que todos os cidadãos podem ter oportunidade de expressão, por meio da razão comunicativa, tornando possível o medium lingüístico através do qual as interações se interligam e as formas de vida se estruturam. O autor defende o conceito de cidadania como uma dimensão ativa da pessoa humana que outorga uma identidade política e uma ação comunicativa no âmbito social ou na esfera pública.

Dentro do contexto social de participação e organização cidadã, estão os fundamentos normativos do Estado Democrático de Direito na teoria habermasiana interpretada dentro da

América Latina, entendidos como resultado de procedimentos deliberativos, iniciados pelos cidadãos, com a intenção de criar uma associação de participantes do direito, de forma livre e igual. Isto permite associar a mobilização social como forma de participação política e expressão da cidadania.

Torna-se necessária a democracia deliberativa entre os sujeitos de direito, tornando essencial o desenvolvimento de métodos e condições de debate e discussão que dissolvam e trabalhem na divisão entre o individual e o coletivo. Para Bautista (2013), há ainda uma necessidade autêntica de unificar ideias em prol da sociedade democrática como um todo.

A divisão entre o individual e o coletivo, entre maiorias e minorias deve ser trabalhada dentro da questão da representação da sociedade latino-americana que deve levar em conta a totalidade dos indivíduos. De qualquer forma, maiorias e minorias devem confluir e adquirir uma voz popular interativa contribuindo para a criação de mecanismos de representação adicionais. Não se trata de ter apenas um representante de minorias dentro do Congresso e sim a inclusão das minorias na sociedade geral em uma outra perspectiva específica, quer dizer, levando em conta sua diversidade.

Trazendo novamente para o presente debate o conceito de poliarquia de Dahl e a questão deliberativa habermasiana, é possível estabelecer que dentro dos regimes relativamente democratizados nos quais há diversos problemas, a importância dos movimentos sociais é fundamental na busca pela inclusão, o respeito ao pluralismo e a horizontalização das relações sociais com base na dispersão e a tomada do poder político pela maioria dos grupos da população que compõem a estrutura social, seguindo assim processos de mudança social.

1.2. MOVIMENTOS SOCIAIS NA ESFERA PÚBLICA: ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS

Na procura pela promoção da democratização das relações sociais encontram-se os novos movimentos sociais. Esta nova sociedade civil organizada tenta reestruturar e definir papéis, normas e identidades com o intuito de conseguir a reivindicação de diferentes tipos de direitos. Assim, têm sido desenvolvidas muitas políticas de inclusão através de mobilização e participação política na qual se pretende conseguir a aceitação das diversas identidades dentro desta concepção de democracia não totalizante e mais respeitosa das subjetividades.

Os chamados “novos movimentos sociais” dos anos 1960 e 1970 na Europa e Estados Unidos se caracterizaram por mobilizações com componentes políticos, culturais e a presença de novos atores sociais como mulheres, jovens, estudantes e minorias étnicas, etc. Estes movimentos se diferenciaram dos movimentos obreiros tradicionais, no que tange as demandas e estruturas sociais que se fundamentaram no reconhecimento das necessidades socioculturais, identidades coletivas e direitos cívicos que pouco tinham a ver com necessidades distributivas e econômicas como as dos movimentos tradicionais de trabalhadores.

Segundo Alonso (1998), a questão da construção da identidade social foi o principal elemento destes novos movimentos sociais, aonde se procurou o reconhecimento desta identidade para depois materializa-lo em forma de bens públicos ou direitos de cidadania, jurídicos e econômicos institucionalizados pelo Estado.

A estrutura de vários grupos sociais é formada por uma identidade própria que permite reconhecê-los como membros desses determinados grupos, leva-se em conta a ideia de respeito à pluralidade dentro do grande sistema democrático de direitos. Muitas vezes, ao tentar unificar ou universalizar a sociedade, estes grupos ficam esquecidos pela absorção do sistema e até marginalizados. Por estas razões existe uma clara necessidade de reconhecimento, aceitação e inclusão.

Dentro do espaço público sempre se localizam dissensos na interação social, pois são estabelecidas desigualdades sociais por causa das diversas origens, seja de gênero, raça ou etnia, se faz necessário reconhecer, portanto, estas situações dentro do contexto político e tratá-las de forma mais inclusiva para que a democracia seja verdadeira e tenha então legitimidade dentro do sistema.

As lutas e reivindicações dos movimentos sociais estão conseguindo que determinadas temáticas adentrem no espaço público e na discussão da vida política. O questionamento de muitas políticas e a busca por mudança social procura uma sociedade mais democrática, de maneira que há uma real contribuição positiva dos movimentos sociais ao modelo democrático.

Existem diversas contribuições de vários autores sobre o conceito de movimentos sociais, alguns veem estes atores políticos como resultado dos conflitos do sistema, da diversidade de identidades presentes dentro do contexto social ou da necessidade de transformação e mudança em favor da inclusão social e dos direitos universais, etc. Assim, Tarrow (2004),

entende o ciclo da ação coletiva como uma fase de intensificação dos conflitos e a confrontação no sistema social que inclui uma rápida difusão da ação coletiva dos setores mais mobilizados aos menos mobilizados, caracterizando um ritmo de inovação nas formas de confrontação, o que significa “(...)uma mistura de participação organizada e não organizada e umas sequências de interação intensificada entre dissidentes e autoridades”.

Seguindo estas análises, os movimentos sociais são entendidos a partir da dimensão política, pois é o paradigma da identidade que leva em conta a cultura e a mudança social. Diante disso, Touraine (1973) aponta que os movimentos sociais podem ser explicados seguindo a construção de identidades coletivas em prol da reivindicação dos direitos e a mudança estrutural, pois essas ações têm o caráter de luta com a “ (...) a finalidade de transformar os modelos culturais e conduzir seu protesto até orientações centrais de uma nova sociedade em favor da liberdade para a constituição do sujeito”.

Os movimentos sociais, assim como a atuação coletiva são fundamentais para mudanças, pois organizam, interatuam e se comunicam com outros atores sociais com a finalidade de gerar demandas e reivindicações para obter finalmente transformações sociais. Estes novos movimentos sociais contém uma lógica de rede horizontal, contrária a hierarquização das relações, constituindo um sistema de compartilhamento e igualdade.

Entre os movimentos sociais encontram-se os que fazem parte dos transformadores da realidade latino-americana, os movimentos indígenas, que além de possuírem uma dimensão regional e internacional, contém uma imensa riqueza cultural, social e política. Nos contextos políticos da América Latina se favoreceram diversos modos de exploração, marginalização, discriminação, e exclusão aos povos indígenas que deram na apropriação das suas terras ancestrais, a extração dos recursos naturais e a degradação do meio ambiente.

Os movimentos indígenas possuem um grande impacto em suas propostas de respeito à interculturalidade, construção de Estados plurinacionais, direitos territoriais e autonomia jurídica, respeito e defesa aos recursos naturais e energéticos, e ainda, a liberalização da discriminação racista, etnicista, sexista, e os objetivos alcançados nas constituições nacionais e a participação nos projetos de desenvolvimento ao longo da sua existência.

Muitas vezes ao se levar em conta os movimentos indígenas, podem-se reincorporar as distintas teorias sobre os movimentos, especialmente a mobilização dos recursos, a teoria das oportunidades políticas, as identidades e as reivindicações dos novos movimentos sociais. Os indígenas procuram estabelecer diversos espaços de coordenação e articulação do movimento,

por meio da realização de foros de intercâmbio e mobilização, a diversificação das organizações que os representam, assim como as distintas redes de povos originários. Por meio desta intensificação, da participação e do planejamento destas ações tem acontecido diversas mobilizações articuladas em nível regional, nacional e internacional.

Para Stavenhagen (2004), na maioria dos países os indígenas têm se organizado e conseguido impactar o cenário político, apresentando suas demandas a partir de cada grupo étnico e, com isso, conseguindo incorporar seus direitos na Constituição. Para ele, a organização e ampla capacidade de mobilização dos indígenas da região tem despertado a preocupação da comunidade internacional e suas instituições. Um exemplo disso é o desenvolvimento do direito internacional dos povos indígenas contemplado no Convênio 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

É possível estabelecer que os povos indígenas propõem uma maneira de entender a cidadania a partir da diversidade e da identidade, desse modo eles podem lutar pelo direito de exercer sua livre cidadania e a questão do conflito democrático visto por meio da perspectiva do diverso.

Os movimentos indígenas dos distintos países latino-americanos são considerados como atores sociais que respondem contra a aplicação das políticas neoliberais, procurando reclamar seu direito e determinar suas próprias formas de desenvolvimento dentro de um marco de respeito ao seu legado, patrimônio e diversidade cultural.

1.2.1. Organização e articulação indígena no Brasil

Desde a colonização no ano de 1500 pelos portugueses, a população indígena do Brasil tem sido vítima de inúmeros atentados contra suas comunidades o que resultou em uma significativa redução de sua população e, conseqüentemente, na desaparecimento de diversos povos e línguas nativas. No início do século XX, estima-se que a comunidade indígena no Brasil somava cerca de 300 mil indivíduos distribuídos em aproximadamente 230 povos com a desaparecimento de mais de 85% das línguas e povos nativos durante o período de colonização (MADEIRA, 2010).

Os povos indígenas foram diminuindo progressivamente pelas guerras, perseguições e mortes efetivadas por parte dos colonizadores. A primeira Constituição Brasileira de 1824 não contemplou a existência de indígenas e demarcou a sociedade brasileira como homogênea. A partir disso, foi criado o Ato Institucional de 1834 que ordenou às Assembleias das Províncias

promover a catequese e agrupação dos indígenas em centros coloniais para facilitar a apropriação de suas terras.

Desde a criação da república até os primeiros anos do século XX, o estado não tinha uma política indigenista definida. Esta começou a gestar-se na primeira metade do século XX, centrada na atração e pacificação dos indígenas num processo irreversível de integração nacional, visando incorporar progressivamente as populações indígenas ao resto da sociedade. Nesta época, os indígenas eram vistos como indivíduos em uma fase inicial do processo da evolução humana, onde um órgão do estado, criado em 1910, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) devia protegê-los, garantindo sua sobrevivência para contribuir com a preservação da sua integridade cultural. Segundo Madeira (2010), o indivíduo indígena era considerado um ser em estado transitório que desapareceria na medida em que fosse incorporado à sociedade nacional.

A Constituição de 1934 foi a primeira a tratar o tema dos direitos dos povos indígenas, porém durante as décadas de 1960 e 1970, os povos indígenas perderam vastamente grande parte dos seus territórios. Durante a ditadura militar, a condição de índio frente ao estado e à integração nacional manteve-se com a emissão do estatuto do índio (Lei 6.001) promulgada em 1973, a qual eliminava o SPI (que encontrava-se sob a exposição de vários escândalos de clientelismo) e criava a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), vigente até a atualidade. O objetivo da FUNAI continuou sendo o mesmo, integrar os índios à comunidade nacional.

No final da década de 1970, o movimento indígena começou a se organizar pela situação precária que os povos enfrentavam nesse momento. A região amazônica foi pioneira na criação da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), em 1987. Com o intuito de abarcar outras comunidades do estado do Amazonas, foi criada a COIAB que, posteriormente, agregou os nove estados da Amazônia Legal Brasileira.

A situação não era favorável nessa época para os povos indígenas que habitavam a região do Rio Negro, pois seus territórios foram invadidos por empresas construtoras da ‘Estrada perimetral norte’. Essas empresas tinham o objetivo de colocar em prática o projeto de construção da estrada que ligaria o sul ao norte do Brasil, e uma parte ligaria São Gabriel da Cachoeira ao departamento de Mitú na Colômbia. Com a chegada de aproximadamente 1000 funcionários, São Gabriel da Cachoeira, que praticamente na época era uma aldeia, teve um choque cultural muito grande, o que representou um conflito social para os povos indígenas.

Foram registrados nesse ínterim crimes de discriminação, violência, estupros, entre outras barbáries.

As lideranças indígenas, principalmente os tucanos perceberam que precisariam se organizar, pois daquela forma suas tradições e cultura corriam riscos de não sobreviverem ao choque entre as comunidades e os funcionários dessas empresas. As primeiras reuniões mobilizadas pelos tucanos promoveram um grande evento em São Gabriel da Cachoeira que culminou com a fundação da FOIRN. A partir daí começou a se espalhar a conscientização dos direitos dos povos indígenas enquanto diversidade cultural. Surgiu, portanto, a necessidade de se organizarem para discutir interesses coletivos diante do governo, que até então tinha uma política integracionista. Essa política do governo propunha que o estado deveria integrar a cultura indígena no contexto da sociedade nacional.

A partir disso, as reivindicações ganharam força na instância do debate público e em 1988, a Constituição Federal estipulou, finalmente, o direito dos povos indígenas sobre demarcação das terras, priorizando o acesso à educação e saúde de forma diferenciada, respeitando as especificidades de cada cultura, segundo o capítulo oitavo, nos artigos 231 e 232. Essa conquista serviu como instrumento para ampliar a luta na demarcação das terras indígenas e discutir o interesse da diversidade cultural no país.

Na segunda metade do século XX, com a melhora das condições de saúde nas comunidades indígenas, a mortalidade foi reduzida e as taxas de natalidade aumentaram consideravelmente, possibilitando maior visibilidade política. Porém, nessa época, em especial durante a ditadura militar, seus territórios ficaram ainda mais vulneráveis, sendo, em parte, ocupados por grandes empresas e pessoas como madeireiros, garimpeiros, etc. Antes disso, os territórios indígenas eram especialmente prósperos na extração de matéria prima, a qual era explorada para o suposto benefício nacional e crescimento econômico do país durante a ditadura militar. Assim, o mesmo estado apoiava a ocupação dos territórios indígenas sob o pretexto do desenvolvimento do país.

Durante aquele período, até a promulgação da nova constituição do Brasil, no ano 1988, existiam apenas dez associações ou organizações indígenas no contexto amazônico (BARRETO DOS PASSO, 2007 *apud* ALBERT, 2010) que defendiam os direitos dos povos indígenas do alto e médio Solimões, Manaus, Alto Rio Negro e Roraima.

A partir de 1988, com a promulgação da constituição da República Federativa do Brasil, os índios não são mais vistos como sujeitos que precisam de proteção para evoluir e integrar-

se com o resto da sociedade, e sim como indivíduos com cultura, saberes, conhecimentos, deveres e direitos, que podiam se desenvolver social e politicamente. Desse modo, a Constituição abandonou a perspectiva assimilacionista, que entendia os índios como categoria transitória, a serem incorporados à comunhão nacional, oferecendo direito aos índios de manter a sua própria cultura.

A constituição diferenciada do estatuto do índio e das primeiras leis indigenistas no começo do século XX, confere a responsabilidade para a União de proteger e fazer respeitar os direitos dos indígenas. A constituição reconhece que os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo, em defesa dos seus direitos e interesses. A partir desse momento, há um aumento significativo no número de organizações e associações indígenas no Brasil, visando defender os interesses das diferentes comunidades distribuídas no território nacional.

A constituição brasileira, no seu artigo 231, consagrou um dos direitos mais importantes para as comunidades indígenas, o direito à terra que tradicionalmente ocupam. No artigo 231 a constituição (BRASIL, 1988) diz:

Art. 231: São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarca-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. Parágrafo 1: São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

Assim, o Governo Federal, a partir de 1988, estabeleceu terras indígenas para as diferentes comunidades, ordenando sua demarcação para estabelecer os limites. Essas terras são, portanto para uso exclusivo das comunidades indígenas que nela habitam, sendo proibida ou restrita sua ocupação por parte de terceiros. É importante assinalar que ainda hoje os povos indígenas estão lutando para que esta parte da Constituição seja devidamente considerada por parte dos governos e que efetivamente haja demarcação de muitas terras indígenas ao redor do país.

Grande parte dos povos indígenas encontra-se distribuída em terras na área da Amazônia Legal Brasileira, a qual compreende os estados de Amazonas, Roraima, Acre, Pará, Amapá, Rondônia, Mato Grosso, Tocantins e parte do Maranhão.

Embora a Constituição tenha consagrado vários direitos para os povos indígenas, em especial o direito à terra, ainda existem muitos problemas a serem superados como a ocupação das terras indígenas por rodovias, hidroelétricas, linhas de transmissão, empresas madeireiras, etc., assim como limitado acesso a cultivos de roças, agricultura, educação e saúde. Em consequência, centenas de associações indígenas têm surgido nos últimos anos, fundamentadas a partir dos direitos estabelecidos pela Constituição. Atualmente, estima-se mais de 641 associações⁷, com mais de 300 comunidades somente no Amazonas.

As organizações indígenas são criadas como uma forma de reivindicação política destas comunidades. Devido à heterogeneidade das comunidades indígenas, o número de organizações que lutam pelos direitos e interesses dos indígenas cresce proporcionalmente de acordo com suas necessidades, atendendo as especificidades da cultura e os interesses de cada grupo. Assim, estas organizações podem também, desenvolver projetos na área da saúde, educação, moradia, comércio, entre outras, em parceria com governos municipais, estaduais e federais.

A maior organização indígena do Brasil é a COAIB, criada durante uma reunião de líderes indígenas em abril de 1989, como instrumento de luta e de representação dos povos indígenas especificamente da Amazônia Legal Brasileira. No entanto, esta organização estabelece contato com as demais organizações indígenas do Brasil, graças a seu trabalho em rede com a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) que convoca todos os povos indígenas ligados através dos mesmos objetivos de luta e resistência indígena.

A COIAB luta principalmente pelos direitos dos povos indígenas referentes à terra, educação, economia, saúde e interculturalidade. A organização representa 160 povos indígenas que se encontram em 110 milhões de hectares no território amazônico. Segundo a APIB, atualmente, dos 305 povos indígenas que habitam o território brasileiro somam aproximadamente, em conjunto, um milhão de indígenas que falam 274 línguas diferentes.

Entre outras bandeiras de luta da COIAB e muitas outras organizações e associações indígenas brasileiras, encontram-se a demarcação dos territórios reclamados pelos povos indígenas, a desocupação das terras indígenas por parte de indivíduos não indígenas, o acesso a uma educação de qualidade, com professores indígenas da mesma comunidade, que ensinem

---

⁷ Dados obtidos do Instituto Socioambiental (ISA), 2014. Disponível em <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/iniciativas-indigenas/organizacoes-indigenas/lista-de-organizacoes>>. Acesso em 23 de maio de 2014.

em português e na língua autóctone, o acesso à saúde de qualidade que atinja comunidades afastadas, etc.

1.2.2. Organização e articulação indígena na Colômbia

Assim como no caso brasileiro as lutas indígenas na Colômbia são registradas desde a época da chegada dos europeus, especificamente com a conquista espanhola, no século XVI, quando os indígenas lutaram para deter a invasão aos seus territórios, impedir os roubos de seus bens e riquezas e não permitir a escravidão do seu povo. Hoje, os povos indígenas colombianos continuam lutando por sua sobrevivência, pois muitos são vítimas do conflito armado e dos interesses econômicos, sofrendo uma vulnerabilidade permanente dos seus direitos coletivos.

Assim, na história mais recente, já nas primeiras décadas do século XX, houve um processo de liquidação das aldeias indígenas devido às fazendas que tiveram, nessa época uma fase expansionista. Neste período, aparece um dos grandes líderes indígenas, Manuel Quintín Lame Chantre, líder dos *paeces* que promoveu um movimento contra o latifúndio que se levantou entre 1910 e 1918.

Dessa forma, foram conseguidas conquistas posteriores como a criação do Serviço Arqueológico Nacional (1935) e o Instituto Indigenista da Colômbia (1942), que contribuiu para a divulgação da problemática indígena nacional, uma política indigenista centrada no reconhecimento territorial favorável desde a Divisão de Assuntos Indígenas do Ministério do Governo (1960) e o Instituto Colombiano da Reforma Agraria (INCORA).

Consequentemente, foi criada em 1971 a pioneira das organizações indígenas da Colômbia, o Conselho Regional Indígena de Cauca (CRIC) que, posteriormente, promoveria a criação da Organização Nacional Indígena da Colômbia ONIC. Assim, depois de várias lutas indígenas iniciadas na década de 1970, junto com o movimento camponês pela recuperação das terras e pela preservação da cultura e o exercício da autonomia própria, começa se consolidar e diferenciar o processo organizativo do grande movimento indígena colombiano em regiões como: Cauca, Chocó, Sierra Nevada, Córdoba, Llanos Orientales y Tolima.

Em outubro de 1980 foi feito em Lomas de Ilarco – Sul do Tolima o Primeiro Encontro Indígena Nacional que deu origem e criou a ONIC. Este pode ser considerado um marco crucial que, de fato, contribuiu para que uma organização indígena adquirisse voz pela defesa

dos direitos destes povos frente ao governo, setores econômicos, políticos e sociais colombianos, assim como da comunidade internacional.

Dentre os processos de articulação e coordenação entre os diversos povos indígenas, a ONIC se apresenta como uma organização que recebe as demandas de todos os indígenas e gera um fortalecimento organizativo e reivindicativo dentro da unidade e convergência.

Com a unidade dos povos indígenas colombianos representada pela sua organização nacional, a ONIC, torna-se possível a inclusão das demandas reivindicatórias indígenas no novo texto constitucional, assim a Constituição Política de 1991 foi entendida como um acordo com a cidadania para um estado mais pluralista e democrático, ou como foi definido, de acordo com o texto um Estado Social de Direito. Na Carta Magna é possível reconhecer a multiculturalidade, a jurisdição própria e a especial. Nesta última encontra-se um capítulo da autonomia à questão indígena. Este fato pode ser considerado um grande avanço para os povos indígenas na luta pelo reconhecimento e o respeito à diversidade.

Conforme esses direitos adquiridos pela Constituição, os indígenas conseguiram proteção pelo menos a partir da jurisdição escrita. A partir daí nasce a necessidade de que todos estes direitos passem a ser respeitados no âmbito real, pois o movimento indígena colombiano ainda continua sua luta pela preservação cultural de seu povo.

1.2.3 Semelhanças e diferenças entre a organização e articulação indígena no Brasil e na Colômbia

Ambos os movimentos indígenas tanto o brasileiro como o colombiano, sendo latino-americanos, remontam sua luta à chegada dos conquistadores europeus na época da colonização, com sua política de dominação eurocentrista. A estrutura de dominação ideológica e poder demarcada pelos conquistadores que consideravam tudo o que não estivesse de acordo com os costumes da civilização ocidental como pré-moderno ou atrasado, teve grande impacto na vida dos povos indígenas dos dois países.

Os europeus começaram uma política de colonização caracterizada pela desarticulação dos povos indígenas da América Latina. Para Aníbal Quijano (2005), essa articulação se resume na implantação da modernidade, que destruiu estruturas inteiras de conhecimento, costumes, sabedoria, modos de produção agrícola e formas de organização social comunitária. Tratou-se de uma forma de destruição da memória coletiva, do imaginário histórico e da percepção de vida dos indígenas.

O movimento indígena latino-americano é considerado como um dos movimentos mais transformadores da realidade dos países abrangentes. Trata-se de um movimento articulador que possui um grande conteúdo cultural e uma visão global da política e sociedade mundial.

Por sua parte, o movimento indígena colombiano tem lutado para estabelecer e consolidar um processo de resistência pela sobrevivência dos povos indígenas em suas comunidades e, ao mesmo tempo, procura desenvolver uma estratégia de luta pelos espaços no poder político, no governo e principalmente na construção de políticas públicas.

O movimento indígena brasileiro procura lutar por seus direitos com uma participação política menos expansiva, pois existe uma população indígena pequena no país com aproximadamente 241 povos⁸ representados numa população de 734.127, segundo dados governamentais corresponderiam a apenas 0,4% dos brasileiros. Historicamente, o movimento indígena brasileiro não foi um movimento caracterizado por grandes mobilizações indígenas, mas isto vem mudando, especialmente através da disputa dos territórios ancestrais, discussão que tem estado muito ativa no debate público.

Parte do domínio ideológico sofrido dos povos indígenas do Brasil começou por parte dos padres jesuítas vindos de Portugal em 1546, com a missão de catequizar os índios. Essa missão pretendia difundir o catolicismo, ampliando a religião hegemônica de Portugal. A intenção implícita nos ensinamentos religiosos tinha a finalidade de promover a cultura portuguesa, sobretudo para facilitar a participação dos indígenas nos processos de colonização.

Nesse sentido, o convívio dos indígenas com outras sociedades tem sido bastante problemático desde a época da colonização, pois por muito tempo acreditou-se que a assimilação da cultura ocidental seria o caminho para a convivência pacífica entre essas culturas. No entanto, a absorção de uma nova cultura imposta por uma ideologia dominante resultou na dissolução de costumes, crenças e práticas culturais que caracterizavam a identidade étnica dos povos indígenas.

Portanto é possível considerar que os embates vivenciados pelos grupos indígenas de ambos os países são marcados por conflitos e disputas com teor de violência e morte, além de denúncias sobre a violação dos direitos humanos, registrados em órgãos internacionais como a ONU, OEA e OIT.

---

⁸ Estas cifras contrastam com as apresentadas pela APIB que indicam a existência, atualmente, no Brasil de 305 povos indígenas com aproximadamente um milhão de pessoas destas comunidades.

Uma das consequências de tanta disputa por territórios e imposições ideológicas tem culminado em expulsões de terras, transformando sociedades e comunidades indígenas em minorias marginalizadas integradas a um sistema que não lhes favorece socialmente e politicamente. Em muitos casos a desvirtuação de modos de pensar e agir culmina na perda de identidade e saberes tradicionais. O resultado de extensas lutas pela sobrevivência em outra realidade social pode causar danos irreparáveis na vida de indivíduos indígenas que, na maioria dos casos, são expostos a males como a pobreza, a marginalização, o alcoolismo, presentes nas problemáticas de uma sociedade considerada civilizada.

No contexto brasileiro a situação não é menos preocupante, conforme afirma Arruda (1994),

Na postura ideológica predominante, os índios não fazem parte de nosso futuro, já que são considerados uma excrescência arcaica, ainda que teimosa, de uma *pré-brasilidade*. Uma brasilidade, aliás, que não os reconhece, formada a partir de sua negação (...) Do prisma das sociedades indígenas, as contradições, ambiguidades e tensões decorrentes das relações de dependência e subordinação com a sociedade envolvente permanecem atuantes, assim como ainda prevalecem (...) os interesses anti-indígenas, exigindo um permanente esforço de resistência, de luta política e de reelaboração de suas formas de reprodução sociocultural (...). De um lado, o conhecimento dos processos naturais e as práticas de manejo adaptadas às florestas tropicais desenvolvidas por estes povos, por meio da observação e experimentação, cujos resultados acumularam-se em milênios de ocupação da região, têm grande interesse para a ciência e para a sociedade.

Apesar de todos esses fatores apontarem para a eliminação de várias etnias indígenas em território brasileiro, existem movimentos contrários de resistência que começam a ganhar força, inclusive na Colômbia, a partir da união de povos nativos que buscam garantir seus direitos através de organizações pautadas na conscientização política.

Segundo a agência EFE, empresa multimídia de notícias em espanhol, formada por uma rede mundial de jornalistas, cerca de 34 grupos dos 102 povos e comunidades indígenas que vivem na Colômbia estão sujeitos a desaparecer, por conta de uma crise humanitária que se alastra, principalmente, devido ao conflito armado entre o exército colombiano e a guerrilha

das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, Exército do Povo FARC-EP⁹ (...), segundo dados do Observatório pela Autonomia dos Direitos dos Povos Indígenas (ADPI)¹⁰.

A ADPI denuncia ainda que os povos indígenas colombianos não foram convocados para participar das negociações entre o governo de Bogotá e a guerrilha das FARC-EP, o que pode representar uma falta de interesse em proteger a integridade dos indígenas no país. Segundo o Observatório, o receio é de que sejam organizados os lançamentos de iniciativas de macroprojetos de extrativismo e, em consequência, atos de violência em territórios indígenas.

No Brasil os interesses dos grandes empresários e fazendeiros têm impactado amplamente as estruturas indígenas em território nacional. Desde o século XIX, a questão política indígena ganhou novas proporções devido a expansão territorial das fazendas. Este fator está diretamente relacionado com a ideologia dominante que se sustenta no conceito do imaginário de superioridade do homem branco de origem europeia e cristã, o que proporcionou uma desvalorização da cultura indígena, através de atitudes repressivas e civilizatórias. O conceito civilista que parte do princípio de que as terras deveriam ser registradas como propriedade em cartório ajudou os latifundiários a tomarem esses territórios, expulsando os indígenas que as habitavam. Essas ações caracterizam, desde então, o extermínio de grupos inteiros através da redistribuição de territórios, da expansão de frentes de ocupação econômica e consecutivamente, pela descaracterização dos aldeamentos indígenas e suas origens.

No entanto, desde a criação da Funai, foi elaborado, através da Lei 6001/73, o Estatuto do Índio, baseado em conceitos integracionistas. Após anos de luta, o Estado começa a reconhecer as diferenças na forma de organização social e o direito da autonomia indígena. No entanto, mesmo que essas políticas apoiem a causa indígena no Brasil, ainda há uma grande dívida social a ser saldada. Atualmente diversos grupos indígenas sofrem para conseguir estabelecer modalidades de organização institucional de outras sociedades às suas características, no que se refere à resistência de duas sociedades, culturas e etnias.

Diante de toda problemática elencada em ambos países, torna-se possível afirmar que a união dos povos indígenas latino-americanos é demarcada pela luta por seus direitos que, em sua maior parte, foram violados de tal forma que etnias inteiras foram suprimidas por

---

⁹ As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, Exército do Povo (FARC-EP). É um grupo guerrilheiro que se autoproclama de origem marxista-leninista. Constituem a força armada política do conflito no território colombiano desde 1964.

¹⁰ Trata-se de um coletivo de organizações que trabalham em Barcelona- Espanha, para defender os direitos humanos e coletivos dos povos indígenas na Colômbia.

ideologias dominantes. Essas lutas indígenas podem ser comparadas aos outros países colonizados que sofreram também com o choque cultural de dominação ideológica.

Na contracorrente desses desafios, os povos indígenas do Brasil e da Colômbia estão se valendo de novas formas de manifestação e resistência de suas culturas, a partir da utilização de ferramentas tecnológicas de informação e comunicação. Na Colômbia, por exemplo, segundo a ADPI, um dos fatores que acabaram por não contribuir com a causa indígena no país se deu pela falta de divulgação e, conseqüentemente pela falta de visibilidade internacional das reais faltas de condições e da exposição dos grupos indígenas diante da crise humanitária instaurada por esses combates. Esses fatores permitiram que essa situação passasse despercebida por muito tempo.

No entanto, essas ferramentas tecnológicas podem servir como divulgadores da real situação de resistência cultural de ambos os países de maneira que os movimentos começam a ganhar força através da articulação com os movimentos indígenas em países vizinhos. Esse relacionamento acontece por meio de tecnologias e é promovido por diversas organizações como a Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA), e alguns eventos internacionais como o Fórum Social Mundial (FSM) de 2009 em Belém no qual houve bastante participação indígena de vários países latino-americanos.

O caso brasileiro denota uma articulação em nível nacional representada com a criação da APIB em 2005, e a maior organização indígena do Brasil, a COIAB. Por sua parte o caso colombiano apresenta uma organização nacional sólida que é representada pela ONIC.

Contudo, as lideranças indígenas no Brasil e na Colômbia têm o desafio de lutar pela proteção dos seus direitos e reivindicações para que sejam efetivamente cidadãos em seus respectivos países. As suas demandas relativas a questões culturais, sociais, econômicas e políticas de respeito à suas identidades e cosmovisão são fundamentais para acrescentar a construção de um estado plural e democrático.

Mais recentemente, os movimentos indígenas brasileiro e colombiano encontram-se na luta pela resistência, articulando meios tradicionais e novos meios de comunicação como as TICs para serem tratados e considerados dentro da sua diversidade. Nesse sentido, as lideranças requerem atenção especial, e dessa maneira procuram que os seus governos apoiem mecanismos de proteção, seja por meio de políticas públicas ou programas inclusivos que supram as suas necessidades.

CAPÍTULO 2. AMPLIAÇÃO DOS ESPAÇOS DEMOCRÁTICOS GRAÇAS AO USO DAS NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS)

2.1. ESTADO DA ARTE DAS TICS

Neste capítulo, com o intuito de delinear concepções expressivas sobre os impactos das TICS na sociedade latino-americana na contemporaneidade, busca-se fazer uma breve abordagem sobre esse ideário, a partir de Manuel Castells, autor que introduziu os conceitos de uma sociedade que se configura ao redor de tecnologias que promovem conexões em rede. Estes processos são recentes e contribuem para a estruturação de um cenário que promove um novo comportamento social, empresarial e institucional, fato que pode interferir e dificultar o entendimento do impacto dessas mudanças nas relações sociais que agora são configuradas pela mediação de suportes tecnológicos em pleno avanço exponencial.

Antes disso, faz-se necessário situar os conceitos de comunicação e informação a partir das novas tecnologias. Portanto, para efeitos deste trabalho serão consideradas como TICS, computadores pessoais (PCs), *tablets*, telefonia móvel, telefonia fixa e internet. Esses meios permitem uma conexão direta de indivíduos, associações e projetos que são interconectados por meio de redes segundo determinados ideais e fins específicos.

O processo de globalização vigente exige mudanças em diferentes contextos que permitem a interconexão em favor do desenvolvimento de distintas áreas nas quais existem problemáticas diversas que ultrapassam as fronteiras políticas. Na atualidade, as TICS contêm aplicações de microeletrônica, informática, telecomunicações, entre outras mais recentes como nanotecnologia ou biotecnologia que vêm sendo usadas eficientemente na sociedade contemporânea para estender as relações sociais e superar os obstáculos que o mundo globalizado traz consigo.

As TICS são constituídas como ferramentas que favorecem o desenvolvimento econômico mundial, regional e nacional. Assim, os países da América Latina têm procurado ampliar e promover o desenvolvimento das TICS para diminuir suas condições de subdesenvolvimento. Em contrapartida, como assinala Gumucio-Dragon (2004), há uma crença de que as TICS são consideradas erroneamente a solução para a pobreza e o subdesenvolvimento.

O acesso às TICs em países da América Latina ainda não abrange a maioria da população, no caso do Brasil e da Colômbia a perspectiva não é diferente. No entanto, vale mencionar a iniciativa do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que lançou a DigiLAC em 2013, uma nova plataforma para medir e melhorar o acesso, adoção e uso da banda larga na América Latina. Esta publicação mostra que a América Latina no ano de 2012, apesar de ter vivenciado grandes avanços, está muito atrás de países mais desenvolvidos em termos de penetração da banda larga. Os dados apresentados pelo BID apontam que os países latino-americanos alcançaram uma média de 4,37 no Índice de Desenvolvimento de Banda Larga (IDBA), diante da média de 6,14 dos países integrantes da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

O IDBA calcula o estado da banda larga nos países da América Latina, no Caribe e na OCDE. O índice é calculado com base em 37 variáveis obtidas de diversas fontes públicas e agrupadas em torno de quatro pilares que são considerados essenciais para o desenvolvimento da banda larga: políticas públicas e visão estratégica, regulamentação estratégica, infraestrutura, aplicações e capacitação.

Diante disso, pode-se observar no gráfico 1, o Índice de Desenvolvimento de Banda Larga (IDBA) na América Latina no ano de 2012. Na escala de países é possível observar que o Brasil e a Colômbia estão cima da média da região. Assim, o Brasil se posiciona em terceiro lugar com 5,32, depois do Chile e Barbados e a Colômbia ocupa o sexto lugar com 4,77.

Gráfico 1 - Índice de Desenvolvimento de Banda Larga (IDBA) América Latina

Fonte: Banco Interamericano de Desenvolvimento, iniciativa DigiLAC, dados IDBA 2012.

A partir do gráfico 2, é possível estabelecer uma comparação entre os países da América Latina que fazem parte do BID, os países desenvolvidos que fazem parte da OCDE e, finalmente, os países dos objetos de estudo deste trabalho, Brasil e Colômbia. Cada uma das variáveis estudadas são subdivididas no quadro, tornando possível a análise de uma similitude nos dois casos. No primeiro gráfico se mantém no IDBA a preponderância dos países da OCDE, o Brasil e a Colômbia continuam acima da média dos países membros do BID.

O segundo gráfico que leva em conta as políticas públicas e a visão estratégica dos diferentes países mostra uma situação similar à anterior com preponderância dos países desenvolvidos. Já no terceiro gráfico que compreende regulação estratégica é possível observar que o Brasil e a Colômbia superam aos membros do BID e a OCDE. Desse modo, savale frisar que existe uma preocupação grande no Brasil e Colômbia por estabelecerem uma correta regulação nos esforços por aumentar o acesso à banda larga. Infelizmente, isto não ocorre com a seguinte variável e seu respectivo gráfico que abarca a infraestrutura, pois, os dois países estão muito longe da OCDE e muito perto da média dos membros do BID, muito similar ao último caso, principalmente em relação às aplicações e capacitação.

Gráfico 2 - Índice de Desenvolvimento de Banda Larga (IDBA) gráfico comparativo

Desta maneira, as TICs convertem-se na base de um novo paradigma econômico, político e social, a partir do qual se desenvolve a atual revolução tecnológica. É um processo que implica grandes transformações sociais baseadas na interconexão da qual as TICs são a infraestrutura básica. Porém, os indivíduos não deixam de ser fundamentais na medida em que se apropriam destas ferramentas, disponibilizam informações cada vez mais dinâmicas e colocam novos desafios e objetivos em diferentes áreas sociais.

Atualmente as novas tecnologias são produzidas em larga escala para atender demandas cada vez mais crescentes, estruturando culturalmente as relações sociais contemporâneas. A internet é a protagonista que desafiou e revolucionou a organização no tempo, espaço e as relações sociais, já que se constituiu como uma extensão da mídia existente, modificando gradativamente o seu papel na sociedade.

Diante desse contexto há, portanto, a necessidade de manter redes de comunicação e conexão entre diversos indivíduos que foi facilitada pela existência da rede mundial de computadores que pode ser considerada como o terreno fértil para o desenvolvimento de novas formas de participação e interação democrática.

Para Castells (1999), graças ao uso das TICs o contexto social tem se transformado gradativamente estruturando a sociedade em rede, constituindo, desse modo, uma nova morfologia social por meio da difusão da lógica de redes que modificam de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos de experiência, poder e cultura. A partir disso, a organização, por meio de redes de indivíduos interconectados, é efetivada e proporcionada pelas novas tecnologias que promovem a melhoria nos processos de socialização.

As mudanças ocorridas nos últimos anos, principalmente devido à ampliação da abrangência dos recursos tecnológicos nos setores público e privado atingiram substancialmente o contexto social, político e econômico. No entanto, outros fatos históricos auxiliam a contextualização do desenvolvimento de tecnologias na sociedade da informação, imprescindíveis para o desenvolvimento mundial.

De acordo com Castells (1999), historiadores alegam que ocorreram duas revoluções industriais, uma no século XVIII e outra após cem anos que marcou o desenvolvimento da eletricidade e do motor de combustão interna. A partir disso as sociedades puderam assistir um período de rápida expansão tecnológica. Para o autor (1999, p. 71), esse marco significou "um conjunto de macroinvenções que preparou o terreno para o surgimento de microinvenções nos campos da agropecuária, indústria e tecnologia". Portanto, o impacto gerado por esse contínuo avanço tecnológico reconfigurou a sociedade em diferentes setores.

No epicentro dessa expansão causada por essas duas revoluções nota-se uma revolução na distribuição de energia e também mudanças consideráveis no estágio do conhecimento, impactando diretamente no desenvolvimento da sociedade, "portanto, atuando no processo central de todos os processos - ou seja, a energia necessária para produzir, distribuir e comunicar - as duas revoluções industriais difundiram-se por todo o sistema econômico e permearam todo o tecido social" (CASTELLS, 1999, p. 75).

A partir da década de 1960, período que marca a revolução tecnológica que ganha força após a Segunda Guerra Mundial, é instaurada a chamada sociedade da informação e, em consonância, um novo paradigma socioeconômico pautado em transformações técnicas, organizacionais e administrativas. A produção e o fluxo de energia gerado na revolução industrial cede, portanto, espaço para a era da informação através de avanços significativos na telecomunicação e na microinformática, gerando novas possibilidades e promovendo uma maior velocidade e fluxo de comunicação. As principais invenções tecnológicas foram

construídas para auxiliarem a comunicação na Segunda Guerra Mundial, ainda na década de 1940, com a microeletrônica em computadores programáveis e transmissores.

A partir dessa revolução tecnológica a sociedade pôde ter a oportunidade de estabelecer novas formas de comunicação através do contato direto ou indireto, mediado por tecnologias, proporcionando uma nova dinâmica social graças à cooperação da junção entre a estratégia militar e da inovação científica e tecnológica ocorrida nas três últimas décadas do século XX.

Para Castells (1999), a partir desse desenvolvimento tecnológico, novas ferramentas começaram assumir espaços importantes com inovações na área da microeletrônica, redes de comunicação baseadas em satélites, fibras óticas e a instalação da rede telefônica e de TV. A partir desta época a sociedade tem criado e estruturado diversas tecnologias modelando-as, com o transcorrer do tempo, em favor do desenvolvimento social, político e econômico. Por sua parte, as TICs se constituem como ferramentas adaptadas que tem gerado diversos processos de mudança social em prol da constituição da cidadania.

O período pós-guerra, mais especificamente na década de 1950, também contribuiu para o avanço da eletrônica voltada para a difusão da informação, por meio da microengenharia, principalmente, na pesquisa de um sistema de comunicação que resistisse aos ataques nucleares através do câmbio de dados protegidos por um sistema que não ficasse abrigado somente em bases de comando. A Agência de Pesquisa Avançada (ARPA), do departamento de defesa estadunidense (DoD), foi o responsável por fomentar esta ação.

O desenvolvimento desse sistema promoveu a ARPANET, a primeira rede de computadores interconectados desenvolvida pelas universidades estadunidenses no ano de 1969. A ARPANET cessou suas atividades na década de 1980 quando surgiu a Internet (*Intercontinental Networks*), que possibilitou um maior alcance de conectividade, conquistando uma difusão mais ampla, de nível internacional, quebrando barreiras através da otimização do tempo e espaço.

No entanto, de acordo com Castells (1999), foi somente na década de 1970 que houve a ampliação das novas tecnologias de informação que impactaram a difusão de ferramentas que possibilitaram o desenvolvimento sinérgico e novas interações a partir de mediações de suporte de dados que promoveram uma nova configuração na comunicação social e, sobretudo no novo paradigma gerado pelo fluxo de informação.

Esta década é marcada por investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) em diversas áreas nos Estados Unidos, possibilitando a instalação de diversos laboratórios de

pesquisa. Em paralelo ao surgimento da engenharia genética, o microcomputador foi desenvolvido em 1975, período de forte inovação tecnológica, e começou a ser produzido comercialmente dois anos depois pela *Apple*¹¹.

Na década seguinte, com a ampliação da rede de computadores e de novos usuários, outras tecnologias foram desenvolvidas para acompanhar o avanço da internet, que permite através de um protocolo, a conexão e a troca de comunicação e a transferência de dados entre dois ou mais sistemas computacionais. Com o intuito de facilitar o acesso de novos adeptos, foi criada uma nova ferramenta que ambicionava promover o aumento de alcance de um sistema de documentos em hipermídia interligados e executados na grande teia gerada pela rede mundial de computadores, a *World Wide Web* (WWW).

Nesse viés, também foram desenvolvidos o texto em formato digital, ferramentas de edição em formato de blocos de texto, imagens e sons que permitiram o acesso através de *links* ou *hyperlinks*, que serviam de referência para o acesso desses hipertextos (*Hipertext Makeup Language* - HTML), promovendo virtualmente a divisão local de sítios virtuais (*sites*).

Foi na década de 1990 que houve um maior impacto causado pela distribuição da rede doméstica de computadores aliada ao progresso contínuo e expressivo da telecomunicação. A capacidade de transmissão de dados a partir de tecnologias de comunicação de banda larga tornou possível a interação mediada em tempo real através de sons e imagens, revolucionando a indústria tecnológica de telecomunicações no mundo.

Contudo, as TICs passaram a representar um novo paradigma e fazer parte das atividades cotidianas dos indivíduos, impulsionadas pelo rápido avanço tecnológico que tem possibilitado grandes mudanças na sociedade e na maneira como esta se organiza. Nas últimas décadas têm se materializado um profundo processo de transformação tecnológica, econômica e social. A dinâmica dessa transformação é provocada pela revolução tecnológica que inclui a adoção de processos de digitalização com base na amplificação do âmbito espacial e temporal, facilitando a organização dos movimentos sociais.

Na América Latina a ampliação e a apropriação das TICs apresenta um ritmo um pouco mais lento em comparação com países mais desenvolvidos como os Estados Unidos. No entanto, nos últimos anos, países como Chile, Colômbia, Brasil, Argentina, Venezuela e

---

¹¹ Apple Inc. é uma empresa multinacional estadunidense com sede em Cupertino (Estados Unidos) e outra pequena em Dublin que desenha e produz equipamentos eletrônicos e softwares.

México apresentam um cenário de rápida mudança em comparação com períodos recentes da história latino-americana. Particularmente em 2005 e 2006, o crescimento econômico na região foi excepcional e, pela primeira vez em 25 anos, uma porcentagem mais elevada do que a média universal. Juntamente com uma boa gestão das contas públicas os governos têm permitido excedentes para investir entre outros projetos em políticas de TICs na educação.

No Brasil, as primeiras conexões ocorreram no final da década de 1980, em circuito acadêmico. Em 1988, o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), inicia a proposta para a implementação de uma rede de computadores voltada para a pesquisa e desenvolvimento no país fomentada por órgãos como a Fundação de Amparo à pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). No entanto, somente na próxima década a internet foi disponibilizada no âmbito doméstico e empresarial.

Em 1994, a Embratel¹² desenvolve um projeto piloto de acesso discado à internet e em paralelo a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) inicia um processo de implementação da internet comercial no Brasil. Na mesma época foi criado o Comitê Gestor de Internet no Brasil, órgão responsável por regulamentar e administrar a implementação do serviço no país.

Apesar do interesse em promover a ampliação da internet no ano de 1995, em diversos setores no Brasil, o Ministério das Comunicações, como um dos membros do Comitê Gestor de Internet no Brasil e a Embratel não chegaram a um acordo que definisse a estruturação do serviço. Também não havia sido estabelecido até então uma estrutura necessária para que a internet fosse devidamente expandida e implantada no país. De qualquer forma, até o final daquele ano alguns provedores já operavam em nível nacional através da Embratel e outros como a IBM e a Unisys promoviam conexões internacionais.

A partir de 1996 houve uma melhoria na prestação de serviços, consolidando o crescimento do mercado, a ampliação de usuários e a quantidade de provedores e serviços prestados na internet. No final da década de 1990, com a expansão vertiginosa dos serviços de internet no Brasil, a conexão com a rede mundial de computadores não parou de crescer.

Porém, apesar dos investimentos e do processo crescente do número de usuários conectados, atualmente, em termos de qualidade, o país¹³ representa, segundo a empresa

---

¹² Embratel é uma das maiores operadoras de telecomunicações do Brasil e faz parte do grupo América Móvil, líder no segmento na América Latina.

¹³ O Brasil ainda está na fase de inclusão digital, com o número de conexões aumentando a cada trimestre. A maioria delas tem velocidade baixa, o que faz o país cair no ranking global”, explica Jonas Silva, diretor de canais e programas para América Latina da Akamai.

estadunidense Akamai, que mede o ranking de velocidade de internet, o 84º lugar (2,7 *megabytes* por segundo). Já a Colômbia ocupa o 74º lugar (3,0 *megabytes* por segundo).

Outro dado que merece atenção é que 43% dos domicílios brasileiros possuem acesso à Internet, conforme a pesquisa TIC Domicílios 2013, publicada pelo Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (CETIC). Segundo o Comitê de Internet no Brasil, é necessário explorar como se configuram os serviços de Internet oferecidos em âmbito nacional, o que deve servir de insumo para a elaboração de políticas públicas. Segundo a CETIC, há uma relação direta entre indicadores econômicos das regiões mais desenvolvidas, o número de provedores e o tipo de tecnologia ofertada.

Segundo o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI), observa-se que a quantidade de usuários e a frequência de uso da Internet vêm aumentando de forma acelerada. Seguindo a pesquisa TIC Domicílios 2013, pela primeira vez a quantia da população que é usuária de Internet ultrapassa 50%, dentre a população com 10 anos de idade ou mais, que totaliza 51%, número correspondente a 85,9 milhões de brasileiros. A adoção intensiva da Internet como parte essencial do cotidiano do brasileiro tem provocado transformações no hábito de comunicação e de relacionamento. O fenômeno das redes sociais no Brasil gera impactos em todas as classes sociais apresentando elevados índices de adoção, sobretudo, entre os mais jovens.

Na Colômbia, as primeiras conexões de redes também foram inicialmente experimentadas em ambientes acadêmicos. Em 1990, uma rede experimental chamada de *Token Ring* é montada para iniciar o processo de interligação de computadores. Também neste ano, a solução de acesso remoto foi instalada em Universidades. A conquista mais importante é a conexão da rede de UNIANDES, com o administrador do nodo RUNCOL e a rede mundial BITNET da IBM, feita com o apoio do Instituto Colombiano de Fomento para a Educação Superior (ICFES) e a Empresa Colombiana de Telecomunicações (TELECOM). Através desses trabalhos foi usado um ponto de entrada com a conexão BITNET da Universidade da Columbia em Nova York.

A partir de RUNCOL surge a REDE CALDAS, que foi um projeto do Instituto Colombiano para o Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia - Francisco José de Caldas, COLCIENCIAS liderado por pesquisadores e cientistas colombianos. Foi uma estratégia para

a execução das políticas de internacionalização da ciência definidas pelo Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, através da construção de uma comunidade virtual do conhecimento.

Em 1991, a UNIANDES efetua o registro de administradora do domínio “.co”. Graças a esse registro a universidade colombiana pode ter acesso aos serviços de Internet oferecidos pela Universidade da Columbia e, a partir disso, começa a vislumbrar a ampliação do serviço em outros setores.

Posteriormente, no dia primeiro de junho de 1994, com o esforço de universidades, do Estado e do setor privado, com 1800 milhões de pesos, foi criada a INTERRED – CETCOL (Rede Nacional da Ciência, Educação e Tecnologia) que atualmente possui 16 nodos em diferentes cidades do país.

Em janeiro de 1995, a *Compuserve*¹⁴ começa oferecer seus serviços como ISP (*Internet Service Provider*), como provedor de serviços de Internet. Mais tarde, entraram a operar outros ISP como IBM, Openway, Colomsat, SAITEL de TELECOM, entre outros.

Por outro lado, é importante mencionar outro avanço importante para a internet na Colômbia e no nível latino-americano dado pela criação do NAP Andino (*Network Access Point*), entre os países: Bolívia, Equador, Peru, Venezuela e Colômbia, construído na base militar El Pelu, no município de Puerto Colômbia e administrado pela TELECOM e *Digital Equipment Corporation* da Colômbia, operando a partir de outubro de 1999.

Já na última década, a Colômbia está conseguindo aumentar o número de usuários da internet em níveis destacáveis. Assim, vale a pena lembrar que em 2010, em território colombiano existiam 2.2 milhões de usuários na internet, o qual tem crescido até as últimas cifras contabilizadas no último trimestre de 2013, nas quais o número chega a 8.215.780 subscritores, destacando assim um crescimento aproximado de 25 % só em três anos como pode ser destacado no gráfico 3.

---

¹⁴ Compuserve é uma companhia de comunicações estadunidense, foi o primeiro provedor comercial de serviços telématicos dos Estados Unidos.

Gráfico 3 - Usuários de banda larga* e demais conexões

Fonte: Dados reportados pelos provedores de redes e serviços ao SIUST - Colômbia TIC

Já o índice de penetração dos usuários com internet de banda larga ainda apresenta números insuficientes referente à totalidade da população, mas é percebido um crescimento nas cifras do quarto trimestre de 2012, com aproximadamente 13,2% da população e do quarto trimestre do ano seguinte, com 17,4 % da população. Desse modo, desde o último trimestre de 2012 até o último de 2013, há um crescimento de 4,2% observado no gráfico 4.

Gráfico 4 - Usuários de internet de banda larga* e índice de penetração

Fonte: Projeção da população DANE 2012-2013 e dados reportados pelos provedores de redes e serviços ao SIUST –Colômbia TIC

Vale a pena ressaltar que os usuários da internet na Colômbia não possuem somente acesso a conexão de banda larga, pois também há conexões fixas: dedicada¹⁵ e comutada¹⁶, e internet móvel¹⁷ 2G, 3G e 4G, segundo os dados reportados pelos provedores de redes e serviços ao SIUST – Colômbia TIC.

No anexo 2, é possível observar o uso de internet geral, usuários com conta em redes sociais, como o *Facebook*, e estatísticas da população para toda a região da América Latina, segundo a *Internet World Stats*¹⁸, atualizada até 30 de junho de 2012. Aqui pode ser observado o caso brasileiro e colombiano de maneira comparativa, o Brasil com uma população de 193.946.886, sendo que 88.494.756 pessoas fazem uso da internet com uma porcentagem de penetração com respeito à população total de 45,6%. O caso colombiano com uma população de 45.239.079 sendo que 26.936.343 fazem uso da internet com uma porcentagem de penetração com respeito a essa população de 59,5%.

Conforme foi apresentado anteriormente, nas últimas três décadas do século passado, ocorreram mudanças significativas no campo informacional, tornando possível que as tecnologias de informação sejam consideradas um fator importante e uma oportunidade de reestruturação produtiva no Brasil e na Colômbia, assim como em outros países latino-americanos.

Em países desenvolvidos o processamento e a transmissão são produzidos em escala industrial e massiva, permitindo oportunidades de levar a um menor custo de produção, além de aumentar a capacidade de processar, armazenar e distribuir o máximo de informações.

De acordo com Riviere (2004), paralelamente a essa realidade, o problema de acesso às TICs surge pela precariedade de investimentos e da disponibilidade do material de acesso que acaba envolvendo as pessoas menos favorecidas na América Latina, o que limita o acesso de diferentes grupos sociais, com as consequentes disparidades econômicas e culturais, além da situação já existente.

---

¹⁵ Acesso sem discagem, direto entre o seu micro e o seu provedor. É uma linha ou cabo físico que liga o usuário ao seu provedor sem intermediários e/ou concorrentes.

¹⁶ Tipo de acesso à Internet no qual uma pessoa usa um modem e uma linha telefônica para se ligar a um nó de uma rede de computadores do provedor de Internet.

¹⁷ A internet móvel e a telefonia móvel, ou telefonia celular, são prestadas por meio do Serviço Móvel Pessoal (SMP).

¹⁸ Internet World Stats é um site internacional que possui dados de uso da Internet mundial, as estatísticas da população e estatísticas de viagem e dados de pesquisa do Mercado de internet, há mais de 233 países e regiões do mundo inclusas.

Para entender as diferentes situações na América Latina e o contexto internacional sobre a inclusão de novas tecnologias nas formas de comunicação e acesso à informação, torna-se importante analisar como os recentes processos socioculturais são refletidos no espaço, e a relação entre a distribuição de infraestrutura, os níveis educacionais e econômicos da população, além das decisões estaduais a investir em pesquisa e desenvolvimento.

Para Riviere (2004), o processo de desenvolvimento tecnológico é desigual em diferentes países e povos, limitando a participação de países menos desenvolvidos em oportunidades de integração no processo de globalização. Este processo está concentrando o poder e marginalizando os países e populações pobres. Conforme afirma Buzai (2001), as novas tecnologias nos apresentam uma perspectiva histórica sobre o caminho inexorável para as várias potências mundiais na contínua busca de dominação global, porém, agora deve-se acrescentar a nova fronteira eletrônica, o ciberespaço.

Atualmente, objetos culturais tendem a se tornar cada vez mais técnicos e específicos, e são fabricados deliberadamente para responder melhor aos objetivos pré-determinados no que refere-se às convergências midiáticas. O cenário desse processo promove, portanto, não só a integração, mas também a fragmentação da sociedade, dividindo comunidades, nações e regiões, entre os quais estão integrados e os excluídos. Existe, portanto, um contraste interno na América Latina, onde a apropriação social e econômica da tecnologia não é idêntica em todos os países, nem é equitativa entre os segmentos sociais.

Para Mattelart (2004), a sociedade da informação global é um mito que contém uma nova geoestratégia, pois é necessária a conscientização sobre o papel da mídia e sua observação com um juízo crítico. Considera-se que o conceito hegemônico de informação refere-se a uma perspectiva instrumental que ignora "a memória e a cultura dos povos."

Para Riviere (2004), a partir da década de 1990, é possível notar que em países sul-americanos inseridos com mais ênfase no modelo neoliberal, como Argentina, Brasil, Chile e Uruguai tiveram uma maior disseminação das "novas e velhas tecnologias" como uma maneira de entrar no "primeiro mundo". Os avanços tecnológicos parecem estar estreitamente relacionados com os padrões de integração na economia mundial.

A autora defende que a América Latina sofre déficits significativos em produtividade, habilidades e tecnologia. As diferenças de produtividade entre os países e entre as empresas dentro dos países são profundamente afetadas por diferenças de habilidades e tecnologia. O setor de telecomunicações é monopolizado por poucas empresas que controlam a maior parte

lucrativa e apenas uma pequena parcela da população tem acesso ao mundo privilegiado da Internet.

Nesse sentido, a criação, o desenvolvimento e a difusão de novas tecnologias implica em processos de concentração na instalação de infraestrutura para o uso intensivo de serviços de telecomunicações e de informação. A América Latina, apesar de apresentar avanços significativos nesses processos, ainda carece de planos de ação mais eficazes para promover a universalização da apropriação e utilização de redes.

Para Riviere (2004), os processos atuais de intervenção técnica, capacitação econômica e apropriação social denunciam a necessidade de uma ética do bem comum para a resolução de conflitos de interesses entre o universal, público e privado. Essa ética está tomando conta dos movimentos sociais, ampliando grupos culturais que começam a se reunir em torno de cidadãos e fóruns sociais mundiais em uma nova cultura de redes de solidariedade.

Para Castells (2013), esses movimentos sociais atuam em redes organizadas autônomas de comunicação horizontal, nas quais os indivíduos compartilham suas experiências dentro de um processo de comunicação autônoma e livre ao controle dos que detém o poder institucional. Dessa forma, a aplicação e apropriação da capacidade de interconexão por redes sociais de diferentes tipos permite a formação de diversas comunidades baseadas em princípios de horizontalidade e interconexão interativa estimulados pelas tecnologias no âmbito virtual com o reflexo direto na vida real. Assim, são criados novos padrões de interação, comunicação e organização social dos quais os movimentos sociais se nutrem.

2.2. A COMUNICAÇÃO E A CULTURA DA INTERNET NA DEMOCRACIA

A comunicação pode ser entendida como o processo pelo qual um emissor e um receptor estabelecem uma conexão num momento em espaços determinados para transmitir, intercambiar ou compartilhar ideias e informações. Trata-se de um meio de conexão e integração dos indivíduos que é estruturado culturalmente e que pode ser otimizado graças ao uso de novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs).

Para Castells (2013), a comunicação é o processo de compartilhar significado pela troca de informações. A contínua transformação da tecnologia da comunicação na era digital amplia

o alcance dos meios de comunicação para todos os domínios da vida social, numa rede que é simultaneamente global e local, genérica e personalizada, num padrão em constante mudança.

Por sua parte, as TICs entendidas como ferramentas e programas que administram, transmitem e compartilham informação por meio de suportes tecnológicos, possuem um papel muito importante para a sociedade contemporânea, pois são elementos que impulsionam a emergência de novos valores que trazem consigo transformações sociais em todas as áreas, seja: econômica, social, política e cultural. Tudo isto é possível graças às diversas contribuições das TICs, entre as que valem a pena mencionar: a facilidade de acesso à informação e dados em grandes escalas, a oferta de diversos canais de comunicação instantânea, a grande capacidade de armazenamento das informações, a eficiência na automatização de trabalhos e a possibilidade de gerar interatividade, digitalização e compartilhamento de toda a informação, etc.

Nesse sentido, as novas tecnologias possibilitaram o surgimento da sociedade da informação ou sociedade em rede (*network society*). Essa expressão foi adotada por Castells (1999), para sintetizar a morfologia desta nova sociedade vigente, onde tudo é sistêmico e interconectado. Dentre as transformações sociais que afetam esta sociedade, destacam-se o uso da internet e das TICs como fatores importantes, que proporcionam uma maior facilidade de acesso e troca de informações entre os diversos sujeitos individuais ou coletivos, favorecendo o desenvolvimento de fenômenos complexos.

Para Castells (2013), o uso das novas TICs, especialmente a Internet e as redes sem fio como plataformas de comunicação digital, são chamadas de redes de autocomunicação e estão gerando uma mudança fundamental no domínio da comunicação e no campo da participação cidadã. Agora é possível considerar a presença de uma comunicação de massa que processa mensagens de muitos para muitos, baseada em redes horizontais de comunicação interativa.

Para este autor, a comunicação digital foi a responsável pela construção de novas formas de organização e movimentos sociais, possibilitando que qualquer indivíduo seja agente ativo e passivo na produção de informações. Diante disso, a internet pôde promover uma nova definição de valores que altera as bases e as formas de comunicação, além do fluxo e acesso à informação. Essa nova estruturação é denominada de sociedade em rede, que nas palavras de Castells (2005, p. 19), trata-se de

uma estrutura social baseada em redes operadas por tecnologias de comunicação e informação fundamentadas na microelectrônica e em redes

digitais de computadores que geram, processam e distribuem informação a partir de conhecimento acumulado nos nós dessas redes (...).

Assim, concordando com Vaz (2001), a expansão da Internet e sua consolidação como paradigma deve-se principalmente à sua capacidade de integrar diferentes modalidades de comunicação e diferentes tipos de conteúdo, sua estrutura descentralizada, a capacidade de associar o processamento de informações com a comunicação e a acessibilidade relativamente elevada ao seu uso. Esses atributos, porém, não têm exclusividade na determinação de seu impacto social. Este impacto é produzido pela interação com os demais condicionantes tecnológicos e processos econômicos, culturais e sociais.

Segundo Petrauskas (2006), a sociedade se configura de forma complexa, cada vez mais informatizada, onde as TICs desempenham um papel importante na medida em que podem contribuir para fortalecer a democracia através da criação de mecanismos ou novos institutos que permitam ao cidadão participar do processo político e influir diretamente na tomada de decisões.

Diante desse contexto, percebe-se que as ferramentas tecnológicas para transmitir informação e gerar comunicação, ao serem utilizadas para os devidos fins, poderão contribuir significativamente para o fortalecimento da democracia, contribuir para uma maior transparência na Administração Pública e propiciar uma participação mais efetiva do cidadão no controle do poder público ao garantir a todos o acesso à informação e às novas tecnologias.

A partir do momento em que a promessa de acesso a todos os cidadãos se cumpra, a assimilação deste tipo de tecnologia poderá valorizar e reafirmar a importância dos meios de expressão da opinião pública e especialmente, dos meios de comunicação autônomos no processo político democrático.

As TICs inseridas no contexto dos movimentos sociais promovem uma forma de ganhar espaços de autonomia no mundo contemporâneo, sem a monopolização do poder. Dessa maneira, pode ser facilitada a conexão entre pessoas de qualquer condição social para que possam fazer suas reivindicações dentro de diversos movimentos sociais.

Para Castells (2013), os cidadãos apropriam-se das novas TICs, especialmente da internet, constituindo um espaço de autonomia que facilita a conexão entre os indivíduos e a consecução de projetos a partir da formação de diversas redes que são concretizadas a partir de opiniões pessoais ou filiações organizacionais. Dessa forma, por meio do ciberespaço, pessoas de todas as origens, organizadas em redes de movimentos podem ocupar um espaço

público *on-line* e *off-line*, no qual reivindicam seus direitos e espalham-se pela internet levando em conta suas características virais e de difusão instantânea, com o intuito de gerar transformação social.

Na conjuntura dos movimentos sociais, este tipo de organização vem se tornando cada vez mais importante no contexto político, ajudando na formulação, inclusive da própria política pública. Na atualidade, em maior parte, as mobilizações sociais são impulsionadas por meio das novas TICs, que facilitam e desenvolvem a organização e comunicação, tanto interna como externa, a partir de organizações que estimulam a inserção na discussão pública de problemas e suas demandas sociais, a reivindicação de direitos e deveres, promovendo a cidadania.

De acordo com Castells (2013), o movimento organizado a partir das tecnologias teria sido fator definitivo para um processo de declínio das tradicionais formas de Estado. Esse processo contribuiu para que os movimentos reivindicadores fomentassem uma reconstrução do princípio de Democracia devido à insatisfação da realidade de opressão das minorias. Um exemplo disso pode ser observado a partir de movimentos sociais, simultaneamente ocorridos no âmbito local e global no mundo Árabe, na Europa e nos Estados Unidos.

Esses movimentos possuem aspectos específicos e, ao mesmo tempo, elementos gerais que os comparam. A forma como houve a conexão a partir da interação promovida através da internet é o que desperta a atenção do autor. O exemplo que possibilita um maior entendimento dessa questão se deu em várias partes do globo após a crise econômica e política do ano de 2008, quando a internet foi a responsável pelo enfraquecimento do monopólio de informação, até então estabelecido pelos veículos midiáticos tradicionais.

Outro exemplo que pode ilustrar a força dessas organizações é a comoção gerada nas redes sociais pelo movimento que ocorreu no Brasil, em 2013, o Passe Livre¹⁹. As manifestações chegaram às ruas de várias cidades do país, contando com a participação de milhares de cidadãos. Esse movimento chegou a superar as reivindicações sobre aumento do valor do transporte público e coletivo, adquirindo novas proporções.

Para Castells (2013), dois sentimentos humanos impulsionam mudanças, o medo e a raiva. O medo presente na repressão do Estado, na ditadura, na violência e na impunidade, apesar de estagnar a ação, causa certa indignação que é sedimentada com o tempo pela coação presente

---

¹⁹ O Movimento Passe Livre (MPL) é um movimento social autônomo que luta por um transporte verdadeiramente público, sob controle popular e sem catracas.

nos conflitos entre o Estado e a sociedade, se manifestando através da raiva. Há, portanto, um movimento político que se forma com a saturação causada pelo medo e raiva que acabam enfraquecendo a autoridade e a representatividade das instituições e do Estado.

Esse fator presente nesses movimentos ganha força e adeptos com maior facilidade e velocidade por meio da internet e das redes sociais que servem como ferramentas de comunicação horizontal. Certamente, a internet tem rompido barreiras que antes não podiam ser enfrentadas devido à escassez de recursos que possibilitassem a eficiência de tais organizações. Nas palavras de Castells (2013, p. 59), “(...) a revolução da internet não nega o caráter territorial das revoluções ao longo da história. Em vez disso, ela se estende do espaço dos lugares para o espaço dos fluxos (...)”.

A partir da amplitude conquistada por essas organizações que se manifestam nessa espécie de espaço dos fluxos, o sentimento de raiva se transforma em solidariedade. Ocorre nessas manifestações um processo de identificação entre os indivíduos que se reconhecem e se unem através da internet para ganhar força em suas lutas. Para este autor essas lutas incentivam mudanças de mentalidades através desse agir comunicativo que se baseia no ideal de uma reestruturação democrática tão necessária para a gestação de uma sociedade menos desigual.

Nesse sentido, é possível verificar que os movimentos sociais são formados e idealizados por atores da mudança social que são capazes de exercer influência decisiva na vida pública, pois, são produtores de novos valores e objetivos políticos em torno dos quais pretendem transformar as instituições da sociedade a fim de representar esses valores, criando novas formas de democracia para reorganizar a vida social.

De acordo com Sodré (2002), os efeitos dos meios de comunicação nos movimentos políticos levam à convicção de que, na construção da realidade social, a mídia pode ser considerada como estruturadora ou reestruturadora de novas percepções e cognições, funcionando como uma espécie de agenda coletiva dentro do processo democrático, de forma que com a presença de meios de comunicação autônomos os movimentos sociais conseguem se organizar eficientemente em favor da transformação social democrática.

2.3. TICS COMO FERRAMENTAS DA MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Com a estruturação da Sociedade da Informação, os governos da América Latina têm procurado desenvolver estratégias nacionais de conectividade e conteúdos digitais entre os

quais se destacam a instalação de centros digitais em centros urbanos ou rurais, muitas vezes até em regiões afastadas. Construir a Sociedade da Informação significa promover o desenvolvimento mais equitativo dos países por meio do uso e apropriação das TICs. É por isto que é tão importante gerar esforços na tarefa da universalização do acesso destas tecnologias.

A sociedade tem experimentado diversas transformações estruturais por causa de uma transição e migração digital inimaginável. A evolução do uso das TICs nos movimentos sociais, no mundo, nas empresas e nos governos é caracterizada pela manifestação de mudanças que atravessam fronteiras, aceleram o desenvolvimento em diversas áreas e geram integração de diversos conteúdos, meios eletrônicos, comerciais e profissionais.

No caso dos movimentos sociais, a internet na atualidade torna-se imprescindível para as lutas sociais contemporâneas, pois promove diversas atividades diminuindo custos, além de incentivar a eficiência na manipulação do tempo, assim como consegue mobilizar pessoas e movimentos de diferentes localidades em favor de uma causa local ou transnacional por causa do acesso às informações sem mediação.

Embora os movimentos sociais encontrem-se localizados em determinado espaço geográfico lutando por uma causa específica, suas manifestações encontram-se ligadas às causas internacionais que movimentam muitas outras organizações que possuem as mesmas bandeiras ao redor do mundo.

Assim, como as TICs tiveram diversas transformações na década de 1960 e, de forma simultânea nas formas da ação social coletiva, principalmente na Europa e na América do Norte. Por sua parte, na América Latina, essas mudanças foram mais significativas nos anos 1990, conforme a abordagem sobre a história do desenvolvimento das TICs. Em paralelo a essas revoluções tecnológicas ocorridas no final do século passado, os movimentos sociais encontraram, por intermédio dessas novas ferramentas tecnológicas, a possibilidade de ampliarem suas participações de forma mais ativa e em consonância com a reconfiguração gerada pela sociedade da informação e, sobretudo pela comunicação mediada.

Os movimentos sociais começaram usar TICs, por causa da necessidade de melhoramento da defesa da cidadania e suas respectivas formas de organização em favor dos interesses públicos, de colaboração e solidariedade. Desta forma, desde a segunda metade da década de 1990 encontraram no ciberespaço a oportunidade de difundir amplamente suas reivindicações em favor da sua luta social. Desde suas origens tratou-se de disseminar diversas ideias e gerar

maiores intercâmbios entre os indivíduos que faziam ou não parte de um grupo ou movimento, para ampliar a interação em escala global de forma horizontal com impacto em diversas áreas.

Existem diferentes iniciativas individuais ou institucionais, com as que são usados recursos virtuais que facilitam a cooperação, solidariedade e o compartilhamento entre os usuários produzindo novas formas de agir socialmente e propondo novas configurações socioculturais.

Ao refletir sobre movimentos sociais, Castells (2009), afirma que em um mundo marcado pela ascensão da autocomunicação massiva, os movimentos sociais e as políticas insurgentes têm a possibilidade de ingressar ao espaço público a partir de múltiplas fontes. Ao utilizar redes de comunicação horizontal e mídia massiva para mostrar suas imagens e mensagens, aumentam suas chances de promover a mudança social e política, embora comecem de uma posição subordinada em termos de poder institucional, recursos financeiros, ou legitimidade simbólica.

Diante dessas definições, as TICs podem ser consideradas ferramentas facilitadoras para que os movimentos sociais possam consolidar os sistemas públicos participativos. De acordo com Araújo (2009), esses sistemas podem ser conceituados como um conjunto de partes inter-relacionadas, interagindo para atingir determinados objetivos. Deste modo, as TICs inter-relacionam, aprofundam e facilitam as manifestações sociais, com a organização de diversos programas que permitem a produção de serviços por meio de redes de pessoas colaboradoras, integradoras e comunicadoras que trabalham juntas em favor de objetivos. No contexto da sociedade da informação, os movimentos sociais parecem estar redefinindo sua lógica de espacialidade e temporalidade conforme os fluxos de espaço.

Desta forma, os movimentos sociais procuram ampliar ideias para atingir o maior número de pessoas possível, atuando através da conexão de rede com várias organizações que possuem os mesmos objetivos. De acordo com Barreto (1997), tecnologias intensas em inovação modificam também as condições de produção, distribuição e uso da informação, com novos reposicionamentos, que afetam diretamente todos os atores do setor da informação, assim como os seus relacionamentos.

Portanto, o uso das TICs, por parte dos movimentos sociais, permite o aumento do número de adesões por meio de novos fluxos comunicacionais e informacionais. Dentro do contexto

do movimento existem consultas *on-line*, e uma descentralização do poder que permite a participação ativa dos membros.

Por meio da utilização do ciberespaço, é possível aumentar a capacidade de divulgação de conteúdos, em qualquer espaço ou tempo, assim como difundir várias e maiores campanhas, além de promover a auto divulgação e a interação com milhões de movimentos com distintas reivindicações que constituem intervenções midiáticas e comunicacionais em todos os níveis: local, nacional e transnacional.

A Internet é entendida como uma nova mídia, mais democrática na qual os usuários podem opinar e acrescentar ao debate público livremente. O correio eletrônico é muito usado para difundir campanhas e causas de maneira mais dinâmica, as mobilizações sociais se podem efetivar mais rapidamente e responder adequadamente as reivindicações e protestos, os fóruns e debates *on-line* são ligados aos diversos eventos de vários movimentos sociais no espaço real e virtual, o que constitui uma esfera pública de comunicação baseada em princípios descentralistas, não hierarquizados e contra-hegemônicos.

O uso de TICs permite aos movimentos sociais buscar apoio e mobilização para diversas causas eficientemente, da mesma forma, fazer possível a criação de espaços de discussão e troca de informação, assim como aperfeiçoar a organização e mobilização dos indivíduos para diversas ações virtuais ou reais. Desta forma, os usuários trocam e discutem informação e conhecimento, a internet é transformada num meio de comunicação política influente que traspassa o ciberespaço para o mundo real. É atingida uma grande quantidade de indivíduos que começam a tomar as ferramentas chaves da internet, influenciando a capacidade de mobilização articulada e cooperativa dos diversos grupos.

De maneira que, pode-se apontar para a existência de um ciberativismo que gera situações politicamente orientadas que resultam na mobilização física de pessoas convocadas para um determinado fim e local, por meio das TICs, sejam: telefonia móvel via mensagem SMS ou Internet. Nesse sentido, as TICs se tornaram instrumentos de fundamental importância para a organização e articulação destes coletivos sociais e tornaram possível, desta forma, a formação de novos movimentos sociais e novas formas de ativismo social. Trata-se da introdução de uma nova cultura organizacional nos movimentos sociais por meio da apropriação estratégica das tecnologias de informação, que promovem por si mesmas novas tendências nas formas de comunicação e ação coletiva.

Igualmente, é maior a incorporação de novos usuários que se convertem em produtores e emissores de informações totalmente interativas, sem barreiras geográficas ou temporais, que conseguem se difundir rápida, eficiente e multidimensionalmente. De acordo com Moraes (2000), a internet projeta-se como fórum *on-line* capaz de revitalizar lutas e movimentos civis, na atmosfera de permutas próprias da cultura de redes. Esta é outra dimensão do imaterial: favorece processos tecnocomunicacionais de participação política, que não se confundem com práticas arraigadas de exercício concentrado de poderes.

No entanto, para Frey (2003), no contexto dos conflitos sociais e culturais de uma sociedade cada vez mais complexa e diversificada, e em face de novas potencialidades de criação de redes através da disseminação crescente das TICs, os riscos relacionados à segregação, à exclusão e a um possível aumento de conflitos e de intolerância devido à proliferação dessas novas estruturas de rede devem ser considerados. Para este autor a opção comunitária deve priorizar as condições institucionais, as relações de poder locais e a necessidade de um grande esforço no que diz respeito à revitalização da democracia local e de base.

O autor considera também que apesar disso, pela perspectiva das comunidades locais, as TICs podem representar um possível novo canal que permite a expressão das necessidades coletivas e, ainda, o envolvimento de cidadãos em processos de tomada de decisão política e, finalmente, a sustentação da esfera pública local e o fortalecimento da democracia.

Diante da presente discussão, é possível considerar que as diversas ferramentas da *Web* podem propiciar aos movimentos sociais uma intervenção ágil em assuntos específicos, acentuando-lhes a visibilidade pública. Outro fator positivo é a constituição de comunidades virtuais por afinidades eletivas e a participação de Organizações Não Governamentais (ONGs), Organizações de Base Comunitárias (OBCs) e Organizações da Sociedade Civil (OSCs) nesse cenário. Formam-se, assim, coletivos em rede, por aproximações temáticas, anseios e práticas comuns de cidadania.

De acordo com indicadores da última pesquisa sobre TICs e organizações sem fins lucrativos de 2012 realizada pela CETIC, é possível analisar em números o impacto das TICs em Organizações no Brasil e, conseqüentemente, a ampliação do uso desses recursos no terceiro setor. Através da Tabela 1, é possível visualizar a porcentagem dos recursos tecnológicos apropriados e disponíveis em organizações brasileiras.

Tabela 1- Proporção de Organizações que possuem equipamentos eletrônicos, por tipo de equipamento

Percentual (%)		Televisão	Videocassete ou DVD	Rádio	TV por assinatura	Antena parabólica	Projetor de slides / Datashow
ATIVIDADES-FIM	Associações patronais, profissionais e sindicais	53	36	35	12	14	39
	Educação, lazer e cultura	54	45	50	21	18	28
	Desenvolvimento e defesa de direitos	56	52	48	8	20	39
	Religião	59	65	50	16	17	71
	Outros	53	49	45	9	22	41

- ¹ Base: 3.546 organizações sem fins lucrativos. Cada item apresentado se refere apenas aos resultados da alternativa "sim". Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013. Respostas estimuladas.
- Fonte: NIC.br - out/2012 a mar/2013

Fonte: CETIC. Disponível em < <http://www.cetic.br/tics/osfil/2012/geral/A12/>>. Acesso em: 25/jul/2014.

No tocante das Organizações que possuem computadores com acesso à conexão de rede, a pesquisa aponta que, em média, a maioria não possui nenhum tipo de acesso à rede de computadores. O número mais expressivo com a falta de recursos é de Organizações de desenvolvimento e defesa de direitos. Tal realidade é possível ser visualizada através da Tabela 2.

Tabela 2- Proporção de Organizações que possuem computadores com rede (Lan, Intranet e Extranet)

Percentual (%)		Possui rede	Tecnologia de rede				Não possui rede
			LAN / Rede com fio	LAN / Rede sem fio	Intranet	Extranet	
ATIVIDADES-FIM	Associações patronais, profissionais e sindicais	46	16	15	31	16	54
	Educação, lazer e cultura	41	17	11	26	10	59
	Desenvolvimento e defesa de direitos	38	16	14	28	14	62
	Religião	46	18	21	31	14	54
	Outros	50	21	19	34	14	50

- ¹ Base: 2.288 organizações sem fins lucrativos que possuem computador. Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013. Respostas estimuladas.
- Fonte: NIC.br - out/2012 a mar/2013

Fonte: CETIC. Disponível em < <http://www.cetic.br/tics/osfil/2012/geral/A11/>>. Acesso em: 25/jul/2014.

O terceiro setor apresenta um crescimento considerável no Brasil, no que tange o acesso à Internet por pessoas voluntárias em Organizações sem fins lucrativos, conforme os dados da Tabela 3, apesar da maioria ainda possuir conexão lenta através de linha discada (DSL).

Tabela 3- Proporção de Organizações com acesso à Internet, por tipo de conexão utilizada

Percentual (%)		Acesso Discado	Banda Larga Fixa				Conexão móvel 3G	Não sabe
			DSL - conexão via linha telefônica	Conexão via cabo	Conexão via rádio	Conexão via satélite		
ATIVIDADES-FIM	Associações patronais, profissionais e sindicais	14	46	34	14	7	15	7
	Educação, lazer e cultura	12	43	29	14	8	19	9
	Desenvolvimento e defesa de direitos	13	42	30	15	7	20	9
	Religião	15	47	35	13	6	27	8
	Outros	8	46	31	18	10	15	9

1 Base: 2.288 organizações sem fins lucrativos que possuem computador. Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.
Fonte: NIC.br - out/2012 a mar/2013

Fonte: CETIC. Disponível em < <http://www.cetic.br/tics/osfil/2012/geral/A9/>>. Acesso em: 25/jul/2014.

Na Tabela 4, é possível observar outro dado relevante sobre o oferecimento de treinamento e capacitação para o uso de computadores e internet em organizações brasileiras. A maior parte delas não oferecem a oportunidade de voluntários e colaboradores remunerados terem acesso a treinamento e qualificação para a utilização de computadores em rede.

Tabela 4- Proporção de Organizações que ofereceram entre 2012 e 2013, treinamento em informática, computador e/ou Internet.

Percentual (%)		Sim	Não	Não sabe
Total		35	64	1
PORTE	Nenhuma pessoa remunerada	25	74	1
	De 1 a 9 pessoas remuneradas	29	70	1
	De 10 pessoas remuneradas ou mais	48	52	0
REGIÃO	Norte / Centro-Oeste	41	59	0
	Nordeste	34	66	0
	Sudeste	33	66	1
	Sul	40	60	1
	Associações patronais, profissionais e sindicais	36	64	0
ATIVIDADES-FIM	Educação, lazer e cultura	31	68	1
	Desenvolvimento e defesa de direitos	36	64	0
	Religião	36	63	1
	Outros	35	64	1

• 1 Base: 2.288 organizações sem fins lucrativos que declararam possuir computador. Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.
• Fonte: NIC.br - out/2012 a mar/2013

Fonte: CETIC. Disponível em < <http://www.cetic.br/tics/osfil/2012/geral/C10/>>. Acesso em: 25/jul/2014.

Na Tabela 5, é possível observar que muitas organizações em diferentes segmentos ainda não possuem uma página ou hospedagem de conteúdo em páginas virtuais de terceiros. Mais uma vez, as organizações voltadas ao desenvolvimento e defesa de direitos apresentam um dos menores índices. Ainda que essas organizações consigam fomentar ações com a ajuda de computadores em redes por estarem presentes, de alguma forma, na web, a maioria não possui conteúdo disponibilizado em páginas na internet, o que pode dificultar a consolidação, bem como a construção de uma teia de relações que possibilite a troca de informações em consonância com a vigência da sociedade da informação.

Tabela 5- Proporção de Organizações que estão presentes na web através de páginas virtuais ou página de terceiros

Percentual (%)		Sim	Não	Não sabe
Total		21	75	3
PORTE	Nenhuma pessoa remunerada	19	79	2
	De 1 a 9 pessoas remuneradas	26	70	4
	De 10 pessoas remuneradas ou mais	19	78	3
REGIÃO	Norte / Centro-Oeste	24	72	4
	Nordeste	23	76	0
	Sudeste	20	76	4
	Sul	20	76	3
ATIVIDADES-FIM	Associações patronais, profissionais e sindicais	23	74	3
	Educação, lazer e cultura	30	68	3
	Desenvolvimento e defesa de direitos	21	75	4
	Religião	22	74	4
	Outros	19	80	2

• ¹ Base: 1.606 organizações sem fins lucrativos que declararam ter acesso à Internet, mas que não possuem website. Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.
 • Fonte: NIC.br - out/2012 a mar/2013

Fonte: CETIC. Disponível em < <http://www.cetic.br/tics/osfil/2012/geral/C3/>>. Acesso em: 25/jul/2014.

Para Borba e Thomazi (2013), o terceiro setor é um espaço que merece ser destacado e que vem crescendo nas últimas décadas. Trata-se de uma forma de articulação social, e muitas vezes, uma resposta de um grupo social ao descaso do Estado em assuntos significativos para as comunidades locais. Esse setor da sociedade é composto principalmente pelas ONGs, que,

na maioria dos casos, podem ser registradas, usam mão de obra voluntária e não possuem interesse em fins lucrativos.

Para esses autores, as ONGs oferecem um espaço de mobilização social em que conhecimentos implícitos e formais são articulados para o bem comum. Com o crescimento desse setor, e também diante dos avanços das TICs, é importante promover uma parceria entre a educação e as comunidades locais, possibilitando, desse modo a troca de conhecimentos entre os diversos atores sociais.

Entretanto, através dos gráficos apresentados, pode-se concluir que no Brasil, muito ainda precisa ser feito em relação à inclusão digital no que se refere ao acesso de equipamentos tecnológicos que promovem ações facilitadoras nos processos de comunicação e informação em organizações. Nesse sentido, a inclusão digital depende de fatores como investimentos, treinamento e capacitação de pessoal, além de elementos como computador, telefone, provimento de acesso, softwares básicos e aplicativos, entre outras tecnologias, assim como a disponibilidade de serviços em determinadas regiões.

Para Moraes (2000), os movimentos coletivos compartilham ações sociopolíticas, tendo em vista o fortalecimento dos laços comunitários e de uma ética por interações, assentada em princípios de diálogo, de cooperação e de participação. Portanto, através do percurso analítico dissertado até aqui, permite-se considerar que as TICs podem ser ferramentas poderosas para promover inclusão social, através dos movimentos sociais e da participação do terceiro setor.

No Brasil, conforme os dados apresentados através de pesquisas realizadas pela CETIC, ainda que haja a promessa de que as TICs sejam ferramentas facilitadoras na construção de uma rede horizontal de troca de dados, informações e comunicações, a precariedade relacionada aos processos de inclusão digital ainda é um entrave a ser driblado para que novas conquistas sejam alcançadas no terceiro setor.

Mesmo que esses dados apresentem números relevantes sobre a apropriação das TICs por parte dessas organizações, essa pesquisa carece de uma ampliação de variáveis que considerem outros fatores preponderantes para que seja possível esboçar melhor este cenário, bem como promover um aprofundamento dessa situação e ainda para que possíveis apontamentos de soluções para a problemática que envolve a exclusão digital nas organizações sejam realizadas.

Para efeitos de contextualização deste trabalho, é possível considerar que apesar de breve, a análise desses gráficos revela que esses indicadores podem contrastar com a promessa de

um cenário mais igualitário no acesso à tecnologias de comunicação para que a manifestação de movimentos sociais e organizações sejam de fato consolidadas.

De qualquer forma, é importante analisar como é facilitada a inclusão social por tais meios e como é constituído o processo de apropriação em favor da comunicação e organização dentro dos múltiplos atores coletivos, para desta forma avaliar e, finalmente, compreender como as TICs estão empoderando os movimentos sociais e o terceiro setor para que possam expressar-se explicitamente, além de participar do debate público e se envolver fortemente em outros processos de governabilidade democrática graças à modelos eficientes de organização e comunicação.

2.4. REDES EM FAVOR DA ORGANIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO

A formação de redes é uma prática antiga, mas como afirma Castells (1999), as redes ganharam vida nova, em nosso tempo, transformando-se em redes de informação energizadas pela Internet. As redes têm vantagens extraordinárias como ferramentas de organização em virtude de sua flexibilidade e adaptabilidade inerentes, características essenciais para se sobreviver e prosperar num ambiente de rápida mutação.

Na sociedade atual as redes por meio das TICs conseguem garantir maior flexibilidade na comunicação e organização dos indivíduos e grupos de interesse, promovendo uma melhor coordenação de tarefas e administração por meio de caminhos baseados na descentralização e na horizontalidade. Assim, a internet deve ser entendida como uma rede de comunicação global, na qual, seu uso e sua realidade são produto da ação humana, de forma que os indivíduos, as instituições e as organizações são protagonistas que transformam a tecnologia, apropriando-a, experimentando-a e modificando-a.

A constituição de redes de organizações propõe articular ações e intercambiar informações entre atores e entidades do mesmo campo de atuação para promoverem pressões mais amplas (MORAES, 2001; SCHERER-WARREN, 1996). Desta forma, os movimentos procuram formar maiores redes tanto internas como externas para fortalecer o impacto das suas reivindicações e estabelecer grandes parcerias que sejam ponte entre a sociedade civil e o Estado. A organização em rede, no sentido mais literal da palavra e contextualizando

historicamente, pode ser entendida como uma quantidade de pontos ou nodos interligados por relações que podem ser de vários tipos, em interligação ou interdependência.

Withaker (1998) tem uma visão mais ideológica das redes, para ele, uma estrutura em rede corresponde também ao que seu próprio nome indica: seus integrantes se ligam horizontalmente a todos os demais, diretamente ou através dos que os cercam. O conjunto resultante é como uma malha de múltiplos fios, que pode se espalhar indefinidamente para todos os lados, sem que nenhum dos seus nodos possa ser considerado principal ou central, nem representante dos demais. Não há um chefe, o que há é uma vontade coletiva de realizar determinado objetivo.

Desse modo, pode ser dito que a estrutura em rede por ser horizontal, esta demarcada dentro do âmbito democrático, no qual existe uma igualdade onde não é possível estabelecer hierarquização. Cada um dos integrantes é articulado com os outros por meio de conexões similares em favor da participação.

Para Scherer-Warren (2005), como resultado de todo esse processo articulatório, se constitui o que pode ser denominado por rede de movimento social, que pressupõe a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum que definem os atores ou situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas.

Desta forma, os movimentos sociais locais entendem a necessidade de se articularem com outros grupos com a mesma ou similar identidade social com o intuito de ganhar visibilidade, produzir impacto na esfera pública e conseguir conquistas em prol da mudança social, seguindo seus valores e objetivos. As redes de movimentos sociais tornam possível articular as ações locais, nacionais e internacionais.

No âmbito das tecnologias por computador e a internet, as redes possuem um dos maiores benefícios em oposição ao sistema presencial, pois a velocidade com que as informações são passadas é instantânea, atingindo os referidos receptores comprimindo as limitações do tempo e do espaço.

De acordo com Warren (2005), a Internet e os e-mails são práticas cotidianas das redes do novo milênio onde os encontros presenciais podem ser mais circunstanciais e espaçados, quando a comunicação cotidiana está garantida pelos meios virtuais. Nesse sentido, os movimentos sociais se aproveitam da flexibilidade da rede para divulgar suas ideias e

informações que anteriormente levavam dias ou até meses para chegar de um indivíduo a outro.

Entre as vantagens deste novo uso das redes informáticas, especialmente o uso da internet encontram-se: a praticidade e a eficiência da difusão das informações em tempo real, e a facilitação da organização e comunicação dos movimentos tanto interna como externamente. São provocadas assim, transformações nas relações humanas e são estabelecidos novos laços sociais.

Desta forma o modelo de organização em rede é base das estruturas e das principais atividades da sociedade da informação por ser flexível. Os movimentos sociais encontram na tecnologia e especialmente na Internet, uma forma eficiente de empregar redes informáticas a seu favor, além de manejar sua política informativa e suas formas organizativas em rede.

Segundo Benkler (2006), as redes digitais estão ampliando os espaços democráticos, da crítica, da criação cultural e da diversidade, bem como abrindo espaço para a emergência de uma esfera pública interconectada, com mais potencial democrático que a esfera pública dominada pelos meios de comunicação de massa. Através do uso das TICs há uma ampliação da participação de diversos membros da sociedade civil no espaço público por onde transcorre um fluxo intercomunicacional e a organização em prol da mudança social.

É importante enfatizar que a rede digital é uma rede móvel que acompanha o curso do cidadão global, viabilizando novos tipos de mobilização popular, pois as redes digitais permitem práticas colaborativas muito eficientes e a formação de uma economia de compartilhamento favorecida por iniciativas como: o movimento de *software* livre²⁰, ações *wiki*²¹, *Creative Commons*²², etc.

Denota-se que estes movimentos conseguem se relacionar interativamente com a sociedade em geral na busca pela construção do espaço público, desde o ciberespaço até a criação de comunidades livres que atuarão dentro do espaço urbano. Desta forma, não ficam só com a forte interação que a rede de internet outorga-lhes, mas também aproveitam e

---

²⁰ É o *software* que respeita a liberdade de todos os usuários que adquiriram o produto, e uma vez obtido pode ser usado, copiado, estudado, modificado e redistribuído livremente de várias formas. Pode estar disponível gratuitamente ou ao preço de custo.

²¹ Página *web* que pode ser editada por vários usuários voluntários através do navegador web. Os usuários podem criar, modificar ou eliminar o mesmo arquivo que compartilham.

²² Promove licenças de autor que têm forma flexível, oferecem ao autor uma forma simples e estandardizada de outorgar permissão ao público geral de compartilhar e usar seus trabalho criativo baixo termos e condições de sua eleição.

ocupam o espaço urbano, colocando no debate público suas reivindicações já planejadas e repletas de significado.

Para Castells (2013), os espaços ocupados por redes de indivíduos têm desempenhado um papel importante na história da mudança social, assim como na prática contemporânea, por três motivos. Primeiro: eles criam uma comunidade, e a comunidade se baseia na proximidade; Segundo: os espaços ocupados não carecem de significado, são geralmente carregados de poder simbólico de invadir áreas do poder de Estado ou de instituições financeiras, ou evocam memórias de levantes populares que expressam a vontade dos cidadãos quando foram fechadas outras vias de representação; Terceiro: construindo uma comunidade livre num espaço simbólico, os movimentos sociais criam um espaço de deliberação que, em última instância, se torna público.

Portanto, é importante dizer que os espaços públicos são tradicionalmente espaços onde não existiram disputas pela legitimidade das demandas coletivas num ambiente comunitário carregado de identidade. Os indivíduos que compõem os movimentos sociais conectados em redes horizontais dentro de um processo de comunicação, produzem ação coletiva efetiva, menos hierárquica, porém poderosa. As diferentes redes são organizadas a partir de objetivos comuns em favor da transformação social.

Desta forma, os movimentos sociais usam as TICs e se manifestam por meio de protestos tanto no ciberespaço como no espaço público urbano, contra más condições econômicas, sociais, culturais e políticas. Na maior parte dos casos filmam vídeos que depois são compartilhados na internet e se tornam virais, convocando maiores números de manifestantes graças às redes sociais da internet. Essas organizações ocupam o espaço público por meio de protestos, cobrindo os muros de slogans acompanhados por suas redes sociais de amigos, famílias, etc.

O trabalho organizacional por meio da internet é uma ferramenta quase que imprescindível para as lutas sociais contemporâneas, pois facilita as atividades, diminui custos, permite maior eficiência do manejo do tempo, possibilita a emissão e divulgação de informações, une e mobiliza pessoas de diferentes localidades em prol de uma causa comum local ou internacional.

CAPÍTULO 3. ESTUDOS DE CASO: AMPLIAÇÃO DOS ESPAÇOS DEMOCRÁTICOS DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS NO BRASIL E NA COLÔMBIA POR MEIO DAS TICS

3.1. ESTUDO DE CASO: COORDENAÇÃO INDÍGENA DA AMAZÔNIA BRASILEIRA (COIAB)

A organização indígena brasileira COIAB foi criada em abril de 1989, numa reunião de líderes indígenas da Amazônia brasileira. Atualmente é a maior organização deste tipo em território brasileiro, com 75 organizações membros dos nove Estados da Amazônia Legal Brasileira²³ (Amazonas, Acre, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), no total representa aproximadamente um 60% da população indígena do país com 160 povos indígenas distintos.

A organização representa a luta dos povos indígenas da Amazônia Legal Brasileira pelos seus direitos básicos. Com sede principal na cidade de Manaus, a COIAB se localiza no centro político do Estado do Amazonas, mas também possui uma representação em Brasília - DF, para que, a partir disso, promova uma articulação política nacional com todas as demais organizações indígenas brasileiras. Desta forma, a COIAB ao mesmo tempo é membro da APIB, que mobiliza todas as organizações regionais indígenas do país.

Entre as bandeiras principais de luta desde o início da COIAB está a procura pelo acesso aos territórios indígenas, a demarcação das terras, a luta pelo acesso à saúde diferenciada, a educação escolar indígena, etc. Hoje, a principal bandeira de luta da COIAB é a manutenção dos direitos adquiridos após a Constituição de 1988, não mais o acesso escasso ou restrito, mas a garantia, continuidade e aperfeiçoamento desses direitos nos territórios indígenas.

Em entrevista concedida em Manaus no dia oito de maio do presente ano, conforme afirmou Francinara Soares, coordenadora tesoureira da COIAB, que pertence ao Povo Indígena Baré, a organização está passando por dificuldades principalmente financeiras.

---

²³ No Brasil, o mapa geográfico subdivide o país em cinco regiões distintas: norte, sul, nordeste, sudeste e centro-oeste. A maior parte da bacia amazônica está na região norte; no entanto, há diversos rios que nascem em estados de outras regiões. Diante disso foi criada a chamada Amazônia Legal, composta por estados da região norte mais dois estados das outras regiões, Mato Grosso do centro-oeste e Maranhão do nordeste.

Atualmente, a organização vive de doações, e estas não são suficientes para sustentar todos seus projetos. Por exemplo, o projeto que apoiava a representação da organização em Brasília terminou e, até o momento que esta entrevista foi realizada, não foi conseguido o financiamento para dar continuidade à representação física da organização. De acordo com Francinara,

sem verba para pagar o espaço, aluguel, essas coisas, é complicado, mas temos representantes em Brasília, por exemplo, o nosso próprio vice-coordenador, o senhor Lourenço Krikati, vai ficar mais nessa cidade com o apoio do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), que tem colocado à disposição não só da COIAB, se não da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) uma sala deles no Distrito Federal, para fazer reuniões e participar, dando continuidade ao trabalho em favor da causa indígena.

Embora a COIAB esteja localizada em Manaus, sua organização procura fazer uma articulação com outras organizações e comunidades indígenas da região que abrange os nove estados da Amazônia Legal Brasileira. Em entrevista telefônica, realizada no dia 28 de maio de 2014, com o Coordenador Geral da organização, o senhor Maximiliano Correia Menezes, foi destacado que tem existido uma dificuldade da organização conseguir promover uma articulação indígena nesta região, porém foi possível trazer as organizações indígenas com sede também em Manaus, que são formadas por membros que moram na cidade, mas que nunca tiveram um espaço político para discutir seus interesses coletivos. Essa ação permitiu que houvesse um diálogo entre as partes e, conseqüentemente, o trabalho em conjunto. Estes membros são aliados para discussão dos interesses coletivos em Manaus e, muitas vezes, também ajudam com recursos a própria COIAB, para conseguir passagem para viagens.

Atualmente, a COIAB está procurando retomar contatos com alguns parceiros que havia perdido em antigas coordenações e também firmar novas parcerias. Para Maximiliano Correia é fundamental retomar parcerias desfeitas e buscar cooperação:

Em 20 anos de movimento indígena, eu sempre vi uma grande oportunidade de trazer alianças, vejo com bons olhos novos parceiros. Já conversamos com a FUNAI, BNDES, Governo do Estado de Amazonas, Governo do Mato Grosso, do Amapá, embaixada da Noruega, parceiros que no passado apoiaram e depois teriam se retirado por não serem tido correspondidos pelos coordenadores que me antecederam, estou trazendo esses parceiros de volta.

Dessa maneira, é possível observar que durante um tempo os antigos coordenadores da COIAB, não se movimentaram para manterem suas parcerias, no entanto, a partir da nova administração da COIAB, há uma grande preocupação por manter e estabelecer novas

parcerias e alianças com organizações governamentais ou não governamentais que possam contribuir com recursos humanos, financeiros ou políticos aos objetivos da causa.

3.1.1. Comunicação para os Povos Indígenas brasileiros

Apesar das dificuldades sofridas pela organização, suas articulações em prol de melhorias e reivindicações acontecem graças aos processos de comunicação entre os povos indígenas. Essa comunicação é caracterizada pelo relacionamento entre indivíduos e diferentes povos ou entre as comunidades com outros grupos sociais. Trata-se de um relacionamento que deve ser feito de maneira harmoniosa para o sucesso de seus devidos fins. Nas palavras de Delio Alves, atual membro militante da COIAB, que faz parte do segmento de Juventude Indígena, em entrevista realizada no dia 8 de maio de 2014,

Se nós estamos relacionados harmoniosamente, nós temos comunicação entre nós e os povos indígenas. Para as pessoas mais antigas, o mais importante é o convívio pessoal, eu falo perto de você, no cara a cara, eu ouvindo sua voz e você ouvindo a minha, sentados na beira da fogueira, passar nossas histórias ancestrais, falar das histórias, falar dos amigos, falar dos acontecimentos. Enfim, passar o ensino através da oralidade, sentindo, vendo...

Desta maneira, os anciãos indígenas veem a oralidade como parte fundamental de suas culturas. Porém, no ponto de vista dos mais jovens, com as novas tecnologias vai se perdendo um pouco essa sensibilidade do corpo a corpo, da relação direta, do pegar, do sentir e ver. Ou como afirma Delio Alves, da mesma forma, “hoje as pessoas não saem mais de suas casas para ir à beira do fogo, para contar as histórias, para ouvir o que os mais velhos têm para falar, porque muitas delas ou vão assistir televisão ou ficam na internet”.

Para Maximiliano Correia, a comunicação tem várias formas de ser entendida. Uma é a escrita, pois a validade do que for registrado pode ser garantida através de um documento. Mas ele se preocupa que qualquer conteúdo registrado no papel pode ser considerado um documento. Nas palavras de Maximiliano, “para nós indígenas o que vale é a palavra, eu cumprir a palavra, a questão da comunicação”.

Outra maneira de entender os processos de comunicação validados por eles se dá através de reuniões entre os indígenas ou por meio dos mensageiros ou líderes chaves que podem receber informação diretamente através da oralidade ou por meio de e-mails. A partir disso, vão distribuindo oralmente as informações para o movimento que não tem outro tipo de

acesso a essas informações. Essa comunicação está relacionada com a fiscalização das terras e todas as outras reivindicações indígenas.

Esses fatores são de considerável importância para os membros da COIAB, tornando imprescindível o estudo e a análise desses processos para não permitir que se perca a cultura ou a ancestralidade tradicional indígena. As novas tecnologias, portanto, devem ser aproveitadas da melhor forma com o objetivo de divulgar essa cultura, angariando e conscientizando novos membros para a continuidade da luta histórica dos povos indígenas em favor de um mundo inclusivo baseado em direitos plurais.

3.1.2. TICs, Povos Indígenas brasileiros, a educação e a COIAB

Para os membros da organização, incluindo Delio, Francinara e Maximiliano os indígenas também precisam evoluir, acompanhar as novas tendências em questões informáticas que ficam à disposição. Não é porque há apropriação das novas tecnologias que se deixa de ser indígena, quem é indígena não deixa de ser, independente se estiver fora da sua aldeia, assim como fazem parte todos do povo brasileiro e, de qualquer maneira, devem ter seus direitos garantidos. Entre esses o acesso aos benefícios das comunicações para a própria sobrevivência.

Para Delio Alves, a prática do saber tradicional ainda existe e deve ser considerado como prioridade, mas se contrapõe um pouco à utilização das novas tecnologias, pois se deixam de fazer alguns rituais que fazem parte dos costumes da tradição para fazer coisas não indígenas, como por exemplo, ver TV, ou mandar e-mail, ou acessar o *Facebook*. Ao invés de se reunirem presencialmente, muitas vezes, os membros de comunidades que detêm recursos tecnológicos, acabam por aderir um comportamento midiático, ou seja, se rendem às facilidades do mundo contemporâneo, deixando de lado as suas práticas culturais. A questão que aqui se faz pertinente é a importância de saber utilizar as TICs em favor da cultura indígena.

Raquel Macedo, indígena entrevistada na COIAB em Manaus, no dia oito de maio de 2014, pertencente ao Povo Indígena Munduruku, e trabalhadora da frente da Coordenação das Mulheres Indígenas da Amazônia, concorda que, apesar de existir preocupação em avançar ou acompanhar as TICs, também existe a preocupação do impacto de tecnologias em comunidades que permaneceram, até então, alheias a esse tipo de meio de comunicação. O receio ronda sobre a mudança brusca de realidade, ou, na pior das hipóteses, que exista um

afastamento da própria cultura. Diante dessas possibilidades, para Raquel, é importante que a educação esteja de acordo e preze pela valorização dos conhecimentos tradicionais.

Em concordância, Maximiliano Correia, afirma que é necessário trabalhar em duas educações: uma através da cultura tradicional, que está diretamente relacionada aos costumes que são transmitidos dos mais velhos para os mais novos, percorrendo as gerações e outra que está em consonância com o comportamento social contemporâneo, que cada vez mais é caracterizada pela mediação dos processos de comunicação com o auxílio das TICs.

Surge, portanto, a necessidade de adequar o uso de tecnologias para o atendimento das necessidades culturais dos indígenas de acordo com um modelo diferenciado que procure privilegiar o ensino dos costumes, formando cidadãos indígenas conscientes de sua riqueza cultural.

É importante destacar que todos os povos indígenas têm sua diversidade cultural, cada um tem seus próprios meios de comunicação e devem ser respeitados. Dentro da COIAB existe uma preocupação por educar os povos indígenas que tiverem interesse nessas tecnologias por meio do Centro Amazônico de Formação Indígena (CAFI), aonde os indígenas estudam a cultura e a identidade própria. O centro de formação oferece uma orientação dada por grandes líderes indígenas que refletem sobre a história informal, não a dos livros ou dos documentos nacionais da história brasileira, é a história desconhecida do grande público, que é própria dos povos indígenas e da sua luta de sobrevivência.

Para Francinara Soares, trata-se de respeitar essas tradições, sem ferir a ninguém. Em suas palavras, “os ex-alunos deste centro de formação aprendem nas oficinas de comunicação e a manusear câmera fotográfica e máquina filmadora, a utilização da internet para benefício próprio e das comunidades, compartilhando essas informações para a posterioridade”.

Levando em conta que os recursos da COIAB são escassos, o CAFI tem apoio da APIB e cada organização da rede envia representantes para capacitações e treinamentos. Dentre esses representantes, estão pessoas-chaves das diferentes organizações membros da APIB ou das regionais. Trata-se da formação cultural e digital que tem o objetivo de atualizar e preparar os membros para que se aprimore o contato, ou apresente os avanços dos recursos tecnológicos. Alguns exemplos são dados por Sonia Guajajara, ex-coordenadora da COIAB e atualmente coordenadora da APIB e Mayara Oapixana do CIMI que estão participando dessa formação e repassando à suas organizações e comunidades.

Um exemplo relevante da causa indígena brasileira surgido a partir desses contextos de formação é o uso de redes de correios eletrônicos indígenas. Assim, em nível nacional, torna-se possível que vários membros dos diversos povos indígenas tenham acesso à internet por meio da rede de correios eletrônicos do *Yahoo* ANAIND²⁴, que foi organizada pela Associação Nacional de Ação Indigenista (ANAI). Esta rede trabalha só com e-mails para circular informação da causa indígena e quilombola.

Para Delio Alves da COIAB, as TICs são ferramentas importantes para a mobilização e articulação das organizações indígenas e, sobretudo, para a conscientização das pessoas em relação às ações necessárias para a luta dos direitos indígenas. Através destas tecnologias é possível mostrar a contribuição indígena para a preservação do meio ambiente, dos rios, das florestas, dos animais, assim como a própria cultura indígena. As TICs são utilizadas para divulgar todos os trabalhos dos indígenas, assim como divulgar seus programas.

É importante mencionar que embora as TICs sejam ferramentas necessárias para a organização e mobilização que segue um trajeto que é percorrido a partir da virtualidade com a finalidade de atingir o maior número possível de indígenas, para os membros da COIAB, o contato pessoal de corpo presente sem a mediação de recursos tecnológicos de comunicação é fundamental para a cosmovisão indígena. Portanto, o uso das TICs não caracteriza um movimento de “desrealização”, ou seja, que tem a intenção de romper com o relacionamento não mediado entre os membros de uma mesma organização, bem como entre as outras comunidades interligadas.

Como qualquer outra organização a COIAB teve sua história com o uso de tecnologias. Em seus primeiros anos era comum o uso do mimeógrafo a base de álcool, depois foi adquirido mimeógrafo a base de tinta, posteriormente a máquina elétrica, o FAX, até chegarem os computadores com internet. Esses últimos estão presentes há 15 anos na organização. Diante dessas novidades, a organização começou a educar as pessoas sobre o uso adequado dessas ferramentas com a ajuda da capacitação das lideranças regionais.

Os membros voluntários da organização são pessoas jovens que já tiveram acesso às tecnologias e formação nas escolas indígenas através de cursos de informática, que os capacitaram para a manipulação destas ferramentas. Os membros adultos e mais velhos que

---

²⁴ REDE ANAIND. Para se inscrever entra na seguinte página web e faz a solicitação. <https://br.groups.yahoo.com/neo/groups/anaind/info>.

possuem vínculo empregatício procuram aprender a manusear essas ferramentas de maneira constante e conjuntamente.

Entre as vantagens que os membros da COIAB observam sobre o uso de tecnologias, encontra-se o armazenamento de dados usando computador e internet que é considerado um meio chave para a preservação do meio ambiente, já que a partir disso, não são mais necessários tantos materiais vindos de recursos naturais. Nesse sentido, Maximiliano Correia destaca que as TICs facilitam encaminhar documentos e ao mesmo tempo criar pastas para guardar dados e arquivos, “eu, pessoalmente, penso que toda vez que a gente imprime algum documento, estamos derrubando uma árvore”. Tal relato acaba por reafirmar que as TICs são ferramentas importantes para a preservação do meio ambiente.

A internet também serve como meio de comunicação efetivo para denúncias e propagação de causas de apoio. Saber usar de forma consciente esta ferramenta é importante para a realização efetiva de um trabalho que atenda as necessidades indígenas. Para o senhor Maximiliano Correia, uma organização que usa TICs é mais fortalecida, pois consegue fazer acontecer reivindicações com mais velocidade. As TICs ajudam aqueles que recebem as informações a se organizarem em causas que são necessárias para determinado momento.

O telefone celular ainda é considerado um meio fundamental de comunicação rápida e bastante acessível, exceto para os lugares mais afastados que não conseguem receber sinal das empresas de telefonia móvel. Como é o caso de várias comunidades da Amazônia que estão dentro da jurisdição da COIAB, por exemplo, a comunidade de Iauaretê²⁵, que é a maior comunidade indígena de São Gabriel da Cachoeira, localizada no limite com a Colômbia. No lado colombiano há uma antena de celular e por ser um país muito próximo, a comunidade utiliza a antena da Colômbia para se comunicar, pois não existe uma antena no lado brasileiro. O problema, neste caso, está em tentar se comunicar com outras regiões ou com os membros da própria COIAB, além de arcar com os custos de ligações internacionais como se fosse para Colômbia dentro do próprio território brasileiro.

A principal ferramenta usada pela COIAB para transmitir suas mensagens e informar aos povos indígenas amazônicos e suas organizações de base é a comunicação mediada por

---

²⁵ Iauaretê significa onça na língua Tupi. É uma comunidade considerada como patrimônio da humanidade da UNESCO, conhecida como ‘Cachoeira das onças’.

computador (CMC), através da internet, página web²⁶, seguida pelos correios eletrônicos e o celular. A COIAB adicionalmente tem uma conta no *Facebook* (COIAB Amazônia Indígena)²⁷, esta conta é utilizada para divulgar informações sobre os acontecimentos no Brasil em relação aos diferentes povos indígenas e também há informações sobre a agenda de possíveis eventos de mobilizações pelos estados, ou se as comunidades indígenas podem estar passando por eventuais problemas. A informação é compartilhada com as pessoas que estão no grupo ou individualmente, se for o caso. Da mesma forma, a organização tem vários grupos de e-mails com os quais compartilha informações, que tratam da realidade dos povos indígenas do Brasil.

As TICs ajudam a organização indígena a visibilizar, divulgar e se posicionar em relação às violações dos direitos dos povos indígenas em diferentes territórios, e invasões de terra. Delio Alves menciona, por exemplo, o caso do Mato Grosso, e a prisão ou criminalização das lideranças indígenas, como a do Cacique Babau do Nordeste brasileiro²⁸ que foi bastante difundida usando redes sociais e correios eletrônicos.

Da mesma maneira, as TICs são muito usadas dentro da organização para promover a criação de políticas públicas, programas e projetos específicos para os povos indígenas. Entretanto, existe a preocupação com a ampliação do acesso às TICs, pois no caso da COIAB, que se localiza em Manaus, capital do estado do Amazonas, há internet e sinal de celular sem tantos inconvenientes, mas em outras comunidades fora do centro urbano, muitas vezes, não há sequer telefone.

Porém, há nesse ínterim a necessidade de que as informações fluam entre os membros e as comunidades, que muitas vezes não possuem qualquer tipo de acesso às ferramentas tecnológicas de comunicação. Para a solução de possíveis impasses são organizadas formas alternativas para suprir a falta de comunicação através de dinâmicas, ou metodologias que envolvem as representatividades ou as organizações filiais da COIAB, as quais recebem as informações e posteriormente repassam às outras comunidades através da oralidade.

---

²⁶Antiga página web da COIAB. www.coiab.com/site. É importante mencionar que a COIAB está passando por um momento de reestruturação de sua página virtual, foi criada a www.coiab.org, atualmente a organização está em negociação com uma empresa de Manaus para reativar sua página com o novo *link*. A alternativa dos membros da COIAB para que as informações continuem circulando pela internet, foi disponibilizar comunicados e notícias no blog da APIB e na página COIAB Amazônia do *Facebook*.

²⁷Grupo do Facebook COIAB Amazônia Indígena.

<https://www.facebook.com/groups/385663351456585/?fref=ts>. Acesso em 25/jul/2014.

²⁸Babau é o cacique Tupinambá da Serra do Padeiro – Cidade de Olivença. É um dos líderes de maior envergadura entre os caciques indígenas da Bahia.

As pessoas de comunidades apartadas conhecem a realidade através das informações que, por sua vez, só conseguem ser transmitidas oralmente. Dessa forma, se sentem integradas, mesmo não estando fisicamente presentes dentro da organização, no centro urbano. Dessa forma, as TICs proporcionam uma integração entre as populações indígenas ou organizações que estão em partes distantes por meio de mensageiros que recebem essas informações nos centros urbanos via correios eletrônicos, comunicados do endereço virtual, ou através da página do *Facebook*.

3.1.3. Meios tradicionais de comunicação e novas TICs

Antigamente existia na COIAB, o jornal '*Informativo Trocano*', com publicações impressas trimestrais e também uma versão eletrônica no *website* da organização. Através dessas publicações era possível divulgar as informações ao movimento indígena por meio dos líderes. Infelizmente, por falta de recursos o jornal cessou suas publicações. Porém, na FOIRN, organização de base regional da COIAB, existe ainda um boletim indígena informativo chamado '*Wayuri*'²⁹, que é uma língua de origem indígena que significa mutirão. O boletim recebe informações também provenientes da COIAB e atualmente é produzido a cada três meses, mas nos primeiros anos era publicado todo final de mês.

Da mesma maneira, era e ainda é muito utilizada a radiofonia na COIAB e na FOIRN. Para Francinara Soares, é muito importante o uso da radiofonia, pois em algumas regiões não há acesso a outras tecnologias. Não existem rádios indígenas no Brasil, então o movimento indígena tem tentado conquistar espaços nas rádios comunitárias. Assim, existe, por exemplo, no Rio Negro, um programa de rádio chamado "Vozes do Rio Negro" transmitido pela rádio municipal. O programa apresenta assuntos relacionados ao movimento indígena, entrevistas, músicas, cantos e histórias contadas nas três línguas mais faladas da região de São Gabriel da Cachoeira, o nheengatu, o tukano e o baniwa, aprovados por lei municipal (145/2002).

Atualmente na COIAB, a apropriação das ferramentas tecnológicas é considerada importante para a melhora das comunicações, o *Skype* é uma ferramenta bastante útil dentro e fora da COIAB, como afirma Francinara Soares. Quando o *Skype* ainda não tinha migrado para o *Facebook* e para o *Hotmail*, era uma ferramenta muito mais de trabalho, porque poucos indígenas tinham acesso, já que ainda não era tão conhecido. Com essa migração a comunicação ficou mais ágil, pois conectados ao *Skype* os membros podem visualizar todos

---

²⁹ Para receber por e-mail o boletim basta com escrever solicitando-o a wayuri@foirn.org.br

os outros colegas que estão *on-line*, facilitando as conferências virtuais. Dessa forma, o *Skype* acabou virando não só uma ferramenta de comunicação com os parceiros em questão de trabalho, como com as demais organizações indígenas.

Da mesma forma, o *Whatsapp* tem sido uma ferramenta de comunicação facilitadora para a COIAB na medida em que os membros que possuem conta neste aplicativo, amplamente difundido em *smartphones*, conseguem trocar mensagens simultâneas gratuitamente. Entre as potencialidades de uso das TICs, para Francinara Soares, é a visibilidade que estas ferramentas favorecem para a organização, além da vantagem de promover com maior facilidade suas informações por si mesmos, sem intermediários ou porta-vozes. Nas palavras de Francinara Soares: “é importante que todos vejam realmente a nossa causa, a nossa realidade, a nossa luta”. Mas para ela no futuro se faz necessário que as tecnologias sejam cada vez mais usadas, com o intuito de fortalecer a identidade cultural a partir da escola indígena.

Por outro lado, é importante levar em consideração que nem sempre as TICs conseguem cumprir o seu papel na causa indígena pelo uso indevido da internet, por exemplo, como menciona Maximiliano Correia:

No estado do Acre, nós temos uma liderança que tinha trabalhado no Governo Federal e ultimamente tinha trabalhado no Governo do Estado, porém tinha gente com inveja e mal intencionada que disse que essa liderança havia feito algo errado, publicaram na internet, pelo *Facebook* espalharam estes boatos, manchando a imagem do líder.

Este tipo de atitude pode ser evitada por meio de uma educação adequada sobre o uso destas ferramentas tecnológicas. Por isso, a COIAB pode ser considerada uma organização que se preocupa com esses fatores, pois desenvolve programas de capacitação e conscientização sobre a responsabilidade que se deve ter sobre o uso das redes sociais.

Outro caso importante que foi mencionado pelo senhor Maximiliano em entrevista sobre o mau uso das redes sociais, foi o caso da organização de um concurso de ‘Miss Indígena Brasil’, no qual uma pessoa divulgou imagens de várias mulheres indígenas sem a devida autorização. Para os membros da COIAB, como Maximiliano e Raquel, que trabalha na causa da mulher indígena, atitudes como essa são muito perigosas, pois acabam por expor essas mulheres através da internet.

Para Delio Alves, existe a necessidade de que haja maior acesso às TICs entre os indígenas e capacitação para que sejam utilizadas com maior consciência através de

programas de educação que ensinem as consequências do mau uso e, sobretudo, os benefícios agregados a essa prática. Sobre a universalidade de acesso às TICs em comunidades indígenas no Brasil, o senhor Maximiliano Correia, defende que,

as novas tecnologias têm que atender o máximo de organizações indígenas, pois isso acaba facilitando a comunicação entre as comunidades. Como temos muitas comunidades de difícil acesso, isso dificulta a presença da liderança indígena nas reuniões, mas se um dia o governo tivesse interesse em instalar internet nessas comunidades seria uma grande conquista, porque poderíamos nos comunicar com os parentes que estão lá na ponta.

Espera-se então que seja aumentado o acesso a todos os povos indígenas para que se possa difundir com maior eficiência as informações sobre a importância da diversidade cultural do movimento indígena brasileiro em favor do fortalecimento das organizações e da sobrevivência das comunidades.

Nas organizações que possuem acesso às TICs, é possível observar que há uma visível mudança de comportamento que se dá através da necessidade de indígenas estarem sempre conectados, de fazer chegar mais rápido as informações e facilitar o trabalho da organização. Com isso, a capacidade de denúncia instantânea promovida pelo uso da internet, páginas web e redes sociais é fundamental para o trabalho de mobilização da COIAB.

A COIAB faz parte da Comissão da Verdade, que em conjunto, promovem um trabalho em parceria com Marcelo Zelic, membro do Grupo “Tortura Nunca Mais”, aproveitando que existe um acervo muito grande de informações sobre direitos violados aos indígenas e outras questões que afetam às comunidades. Em contribuição nesta parceria, a COIAB começou a estruturar um banco de dados que ainda não foi finalizado, para disponibilizar informações no âmbito virtual. Um exemplo do material que pretendem incluir neste banco de dados é o ‘Relatório Figueiredo’ que trata-se de um documento de 1968, que conseguiu ser recuperado e digitalizado sobre matanças, tortura e crueldades contra indígenas em todo o país durante a época da ditadura militar.

3.1.4. Exemplos de mobilizações e campanhas organizadas por meio de TICs

No estado do Amazonas houve inconvenientes com o povo indígena Tenharim, localizado no município de Humaitá, pois a população não indígena invadiu a aldeia, acusando alguns indígenas de serem os responsáveis pelo desaparecimento de três pessoas. Após inúmeras ameaças, os indígenas foram expulsos da cidade. Nesse momento, foi utilizado o *Facebook*

para esclarecer a situação e promover o fim ao preconceito, por etnia, religião, etc. A campanha foi acionada nas redes sociais contra o preconceito e em favor de um país plural.

Os Tenharim conseguiram voltar aos seus territórios, mas ainda hoje são privados de outros direitos pelas ameaças que sofrem diariamente. Recentemente, em dezembro de 2013, cinco lideranças foram presas e acusadas de assassinato sem provas. Os Tenharim não podem circular pelas cidades sob risco de espancamento, as crianças estão proibidas de frequentar a escola, os professores de lecionar e os indígenas servidores públicos não podem mais se dirigir aos seus postos de trabalho. Esta situação tem sido manifestada em forma de protesto em diversas redes sociais e reuniões dos povos indígenas, como as páginas do *Facebook* ‘Justiça aos Tenharim’ ou ‘5Tenharim Mobilização Nacional a partir do dia 19 de abril’.

Ilustração 3- Campanha em favor dos índios Tenharim

Fonte: Página do *Facebook* Justiça aos Tenharim

Delio Alves menciona a campanha nacional divulgada na internet que surgiu em favor dos territórios indígenas do Mato Grosso do Sul, quando houve problemas com os guaraní-

kaiowá³⁰ que estavam reclamando pela demarcação de território, e foram atacados com ameaças e pressões dos fazendeiros locais para que deixassem as suas próprias terras. A partir das redes sociais, incluindo o grupo da COIAB Amazônia Brasileira, muitos brasileiros e pessoas que tinham sensibilidade com a causa indígena mudaram seu estado no perfil do *Facebook*, para “eu sou guaraní-kaiowá”, apoiando sumamente a causa deste povo indígena, atingindo grande parte do povo brasileiro.

Ilustração 4- Campanha de apoio à tribo Guarani-Kaiowá

Fonte: Rede social *Facebook*. Página “Somos Guarní Kaiowá”.

De 30 de setembro a 5 de outubro de 2013 houve uma mobilização que convocou pela internet, por meio da página da COIAB no *Facebook*, a rede de correios eletrônicos

³⁰ Atualmente em território brasileiro há cerca de 51.000 índios Guarani, em sete estados diferentes, é a etnia mais numerosa do país, muitos outros índios Guarani vivem no Paraguai, Bolívia e Argentina. O povo Guarani no Brasil está dividido em três grupos: Kaiowá, Nandeva e M'byá, dos quais o maior é o Kaiowá. Segundo a organização internacional Survival, no Mato Grosso do Sul os Kaiowá têm problemas graves de demarcação das suas terras, vivem espremidos em pequenos pedaços de terra cercados por fazendas de gado e campos de soja e cana-de-açúcar, outros sem terra alguma vivem acampados na beira de estradas.

ANAIND, o blog da APIB e as páginas web do CIMI, FOIRN, entre outros parceiros, a centenas de indígenas as portas do Supremo Tribunal Federal (STF) para pedir que fosse realizado o julgamento dos embargos apresentados sobre as 19 condicionantes da decisão que autorizou a demarcação em área contínua da Terra Indígena Raposa-Serra do Sol de 2003. A APIB apresentou uma carta dirigida aos Ministros do STF solicitando atenção a várias reivindicações dos Povos Indígenas. Teve o apoio do Movimento dos Sem Terra (MST) por meio de faixas de protesto na mobilização e na sua própria página web.

Ilustração 5- Divulgação da Mobilização Nacional Indígena

Fonte: Página web do CIMI

Houve também, a ‘Mobilização dos povos indígenas do Amapá e norte do Pará’, que foi realizada de 14 a 17 de abril de 2014, para comemorar o Dia do Índio, que é correntemente festejado no dia 19 de abril. Esta mobilização ocorreu em Macapá com eventos perto da Fortaleza de São José de Macapá e contou com uma massiva divulgação de propagandas na página do *Facebook* da COIAB e em outras páginas web de organizações não governamentais parceiras como, por exemplo, o Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (IEPÉ).

Ilustração 6- Divulgação da Mobilização dos povos indígenas do Amapá e norte do Pará

Fonte: Página *web* do IEPÉ

O Acampamento Terra Livre (ATL) foi outro exemplo de mobilização indígena no país organizado fortemente por meio das TICs. A APIB, composta pela COIAB, a Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME), a Articulação dos Povos Indígenas do Sul (ARPINSUL), a Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste (ARPINSUDESTE), o Conselho dos Povos Indígenas do Mato Grosso do Sul e pela Grande Assembleia do Povo Guarani (ATY GUASU). Desse modo, as diversas associações e comunidades indígenas, foram convocadas e organizaram juntas, a mobilização nos dias 26 e 29 de maio de 2014. Esta convocação contou com aproximadamente 800 lideranças indígenas dos mais de 230 povos indígenas existentes no Brasil. As informações foram divulgadas nos endereços eletrônicos das organizações indígenas, blogs, páginas do *Facebook* e páginas de organizações afins da causa. Nos lugares mais afastados, praticamente sem acesso às TICs as informações eram repassadas por lideranças ou pessoas chaves oralmente ou por meio de cartas tradicionais.

Ilustração 7 – Divulgação da mobilização indígena, maio de 2014

Fonte: Página do *Facebook* da COIAB. Divulgado pela ARPINSUL

Da mesma forma, no mês de maio de 2014 foi divulgado no grupo do *Facebook* da COIAB, uma campanha sobre os direitos dos povos indígenas sob um olhar diferenciado. Esta campanha teve o intuito de conquistar o direito da homologação das terras indígenas, com a participação de alguns artistas conceituados da região.

Esses exemplos são algumas demonstrações do que as TICs têm conseguido angariar, por meio de campanhas de mobilização realizadas em prol de melhorias e conquistas de direitos aos indígenas no Brasil. Contudo, ainda há muitas comunidades que não possuem meios de comunicação para conseguirem firmar uma rede de contato mais eficiente que permita o fluxo de informações pertinentes às suas necessidades. Torna-se, portanto, necessário o entendimento de como funciona a distribuição de TICs nas comunidades.

3.1.5. Financiamento das TICs na COIAB

Esta questão é dada através de projetos e programas externos, cooperação internacional, principalmente supervisionada pela coordenação diretiva da COIAB, que tem o papel de desempenhar a captação de recursos através da elaboração de projetos.

Francinara Soares, afirma que a organização vive de doações, projetos com organizações internacionais e ajudas de pessoas inerentes a causa indígena. Mesmo assim, os recursos da organização são escassos. As TICs permitem a mobilização e poupam os recursos e o uso da internet permite uma articulação maior dos povos indígenas. Um exemplo é o *Facebook* pelo qual se enviam mensagens a milhares de pessoas sem gerar os custos de ligação convencional para repassar mensagens ou via telefonia celular.

Entre os convênios que a COIAB têm atualmente, vale a pena mencionar projetos realizados através de contato por e-mail ou telefônico com o Instituto de Conservação Ambiental (TNC), a Fundação Ford, o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia IPAM, o Instituto Internacional de Educação do Brasil IEB, entre outros. Por meio destes convênios se recebem apoios para realizar oficinas, mobilizações, etc.

O governo brasileiro dentro de seus programas de ampliação da rede digital enviou computadores para algumas sedes das organizações indígenas. Dentre essas organizações contempladas, vale a pena mencionar o caso da FOIRN, como faz referência Francinara Soares:

Foi apenas um aparelho para São Gabriel da Cachoeira, local que abriga 22 povos indígenas, com um 90% da população indígena. Outra questão que é deixada de lado nestes projetos de entrega de equipamento por parte do governo nacional é a manutenção deles, que não existe.

Os projetos da COIAB com o governo nacional estão parados, pois, anteriormente, a organização celebrou um convênio com a Funasa sobre saneamento em aldeias indígenas que foi fechado em dezembro de 2001. Esse convênio destinava determinado dinheiro à construção de sistema de abastecimento de água, que incluía a perfuração de 13 poços artesianos em aldeias. As obras não foram acabadas e a COIAB ficou com um problema de referência do próprio CNPJ. Segundo Francinara Soares, houve um processo trabalhista e a organização ficou com dívidas fiscais, conjuntas e unificáveis que fizeram com que a organização não pudesse assinar outros convênios com o governo por falta de esclarecimento dos trâmites burocráticos.

Atualmente, os membros da organização estão trabalhando para tentar resolver essa situação e poder acessar o sistema de apoio do governo com financiamento direto na conta da COIAB, como anteriormente era efetuado. Segundo o senhor Maximiliano Correia, no período de três ou quatro anos essa situação será resolvida.

3.1.6. Intercâmbio da COIAB com outros movimentos sociais possibilitado pelas TICs

É possível observar que as redes sociais acabam por expandir os limites das organizações através da troca de experiências com outros movimentos sociais, principalmente aqueles que estão mais próximos das bandeiras de luta próprias. Na COIAB, um exemplo disso é o apoio de algumas comunidades como os quilombolas do Brasil. Com a violação dos direitos dos povos indígenas, os quilombolas são igualmente afetados, existe então a troca de informações referentes à violação dos direitos de ambos para o apoio mútuo através de experiências de relação.

Igualmente, é feito contato com organizações de outros países, pelo correio, telefone e o *Skype*. Por exemplo, há bastante contato com a COICA, formada pelos nove países amazônicos: Brasil, Colômbia, Venezuela, Equador, Peru, Bolívia, Suriname, Guiana Francesa e Inglesa.

Para esses países que fazem parte da floresta amazônica, a comunicação é facilitada por meio dessa organização junto às TICs. A comunicação acontece através de correio eletrônico para trocar informações e planejamentos de ações. Em dezembro de 2014, acontecerá a Vigésima Conferência das Partes (COP20) da Organização das Nações Unidas em Lima, Peru. A COIAB está muito engajada a este evento, fazendo oficinas para discutir a rede indígena e as mudanças climáticas.

Nos dias 19 e 21 de maio de 2014, foi realizado no município de Rio Branco, o primeiro Encontro de Experiências e estratégias sobre Rede Indígena Amazônica (RIA)³¹ com projeção à COP20. Esteve no Brasil a representante oficial do Enlace com Povos Indígenas para a COP20, Claudia Gálvez Durand, do Ministério do Meio Ambiente do Peru, que compartilhou informações com vários delegados membros da COICA, entre eles o Coordenador Geral da COIAB, o senhor Maximiliano Correia.

---

³¹A rede indígena é uma rede diferente da que se discute mundialmente, em palavras do senhor Maximiliano Correia “nós povos indígenas entendemos a rede de forma diferente, ela tem a ver com gestão territorial e ambiental. Para nós fazer uma gerencia das nossas terras, precisamos planejar de que forma nós temos que cuidar dessas terras.

Do mesmo modo, há colaboração e alianças com outros coletivos sociais como a Mídia Ninja,³² presente em todo Brasil. A COIAB, assim como as comunidades indígenas que possuem acesso às TICs, firmam parcerias na luta pela causa indígena para divulgar as mobilizações nas redes sociais. Francinara Soares menciona que estes parceiros, embora não sejam indígenas, apoiam a causa e ajudam a divulgar as manifestações, compartilhando as postagens nas redes sociais.

Com o MST, o CIMI, o *Greenpeace*, o Instituto Socioambiental ISA, a *The Nature Conservancy* TNC, entre outras organizações, também é estabelecido contato virtual, que posteriormente é feito no âmbito real firmando relações de apoio e união de forças em várias mobilizações. Da mesma forma, Francinara enfatiza que como a COIAB não tem os recursos para pagar um assessor de comunicação, estas organizações muitas vezes enviam seus próprios assessores para auxiliar na divulgação de comunicados e pareceres públicos.

Com organizações não governamentais afins também há parcerias, por exemplo, com o Centro de Culturas Indígenas do Peru (CHIRAPAQ), ONU mulheres e a Rede de Mulheres da América Latina. Há contato e fluxo de informações referentes aos povos indígenas brasileiros e latino-americanos no âmbito regional. Desse modo, a COIAB também transmite informações, formando parcerias e compartilhamentos em rede.

3.2. ESTUDO DE CASO: ORGANIZAÇÃO NACIONAL INDÍGENA DA COLÔMBIA (ONIC)

3.2.1. Comunicação para os Povos Indígenas colombianos

Segundo a ONIC, existem 102 povos indígenas em território colombiano, entre estes há muita diversidade sobre como veem a comunicação. Porém dentro da organização, no último projeto de criação da Política Pública de Comunicação, há um consenso sobre o que é este conceito. Em entrevista realizada, em Bogotá, no dia 29 de janeiro de 2014 com Celmira

---

³² Coletivo de jovens e ativistas, denominado Mídia NINJA (Narrativas Independentes em Jornalismo e Ação), que trabalha como uma nova mídia de informação baseada na difusão de conteúdo através das redes sociais e especialmente da retransmissão em tempo real sem cortes nas ruas do Brasil, sua filosofia está baseada no trabalho colaborativo e o compartilhamento online.

Lugo, pertencente ao povo indígena colombiano Zenú e da equipe de construção de Política Pública de Comunicação da ONIC,

a comunicação como dizem os mais velhos e sábios é com o espiritual, com a mãe natureza, os pássaros, o vento, é quando sonhamos, os sonhos devem ser interpretados porque nos comunicam coisas, a comunicação é feita também entre pessoas, por exemplo, a família, um dos meios de comunicação que existe dentro das comunidades é a fogueira porque em torno desta os pais e avós aconselham.

Dessa maneira acontecem reuniões familiares, comunitárias, Mingas³³, ou comunicação por meio do Manguaré³⁴. Todos esses processos são catalogados como meios próprios de comunicação tradicional. Segundo suas tradições, a comunicação existe entre a natureza, nossos espíritos e também os maiores espirituais, num cenário no qual sempre estão dialogando em comunidade, em coletividade, onde se projetam os planos de vida, se harmonizam e se fazem pagamentos a natureza.

Outra maneira de comunicação muito importante para os povos indígenas é a transmissão oral, de geração em geração. Geralmente, essas conversas acontecem quando se reúnem ao redor da tulpa³⁵, da fogueira onde são discutidas as questões que envolvem os acontecimentos no território, além de outros assuntos como a proteção dos lugares sagrados que são partes fundamentais do sentir de ser indígena.

Para Adolfo Conejo, pertencente ao povo indígena Totoroes, delegado do Conselho Regional Indígena do Cauca (CRIC) e membro da equipe técnica de Políticas Públicas de Comunicação e Informação da ONIC,

o que significa a comunicação indígena não é o técnico, não é o instrumental, senão toda a parte espiritual, cosmogônica e de resistência que vem sendo realizada, assim como todas nossas formas próprias de comunicação, a língua, as mingas comunitárias, as mobilizações, tudo o que é feito em nossos territórios e tudo o que acontece com nossos povos é comunicação. Isso é tudo o que deve ser fortalecido e dessa forma poder dar uma orientação clara.

---

³³ A palavra Minga vem da língua quechua é uma antiga tradição de trabalho comunitário e coletivo com fins de utilidade social. Também pode fazer referência a grandes manifestações e protestos organizados pelos povos indígenas.

³⁴ Árvore com a qual se constrói um instrumento de som. Os diferentes sons constituem uma simbologia com distintos significados. É usado fortemente na região da Amazônia e Orinoquia colombiana.

³⁵ Fogão de barro a lenha.

3.2.2. Contexto da organização para os povos indígenas: a comunicação em favor da resistência

Ainda desconhecida pela maioria dos brasileiros, a ONIC, foi criada como uma iniciativa de unificação dos povos indígenas colombianos dentro do marco do 1º Encontro Nacional Indígena sucedido em outubro de 1980, na localidade de Lomas de Ilarco na municipalidade de Coyaima no Sul do departamento de Tolima. Desde suas origens foi instaurada como uma organização em favor da defesa e proteção dos direitos dos povos indígenas colombianos em âmbito nacional e internacional, e se constituiu como peça chave na organização e mobilização deste grupo de pessoas.

Os povos indígenas da América Latina têm sofrido muito ao longo da sua existência, principalmente no caso colombiano, pois tem havido violação de direitos, registros de genocídio, assassinato, extermínio cultural e físico, perseguição, saqueios em seus territórios, intromissão das transnacionais e multinacionais em suas terras, assim como são vítimas constantes de uma guerra que não pertence a eles. Todos esses fatores têm enfraquecido muitas das suas formas culturais e de comunicação e em outras ocasiões têm levado ao extermínio total e parcial de vários povos.

A comunicação é uma das estratégias para resistir, lutar e fortalecer a cultura dos povos. Entre as formas básicas de comunicação atual no contexto de povos indígenas colombianos encontram-se as reuniões, assembleias e mingas, assim como era feito pelos mais velhos quando se reuniam e planejavam estrategicamente a recuperação e liberação de terras por meio dos guardiões indígenas, da parte espiritual, das estratégias de comunicação, etc. Atualmente, a comunicação tem levado em conta a apropriação de meios como o rádio, a televisão, os celulares e a internet principalmente.

O uso dos meios de comunicação apropriados por parte das comunidades indígenas colombianas provém dos anos 1980, primeiramente por parte dos ‘povos do departamento de Cauca’³⁶ que foram pioneiros na manipulação destes meios. Inicialmente, dentro da estruturação do Plano de Comunicações lançaram o jornal ‘Unidade Álvaro Ulcué’³⁷ que procurou desde suas origens visibilizar a luta do movimento indígena desta região. A partir

---

³⁶ Estes povos indígenas contam com um processo de comunicação bem estruturado e completo, especificamente na região de Norte de Cauca em Santander de Quilichao, com o ‘Tecido de Telecomunicações da ACIN’.

³⁷ Por problemas financeiros parou de se publicar faz dois anos segundo site do CRIC. Disponível em: <http://www.cric-colombia.org/portal/proyecto-politico/programa-de-comunicaciones/>, Acesso em: 07/05/2014

daí surgem outros jornais como ‘Unidade Indígena’³⁸ que depois foi adotado pela ONIC como o jornal indígena de circulação nacional. Neste contexto percebe-se a importância do papel da comunicação e são instaladas as primeiras emissoras indígenas³⁹ (ver anexo 3).

Em entrevista no dia 29 de janeiro de 2014 com Gustavo Ulcué na ONIC, membro do povo indígena colombiano Nasa e membro da equipe da Secretaria Técnica da Mesa Permanente de Concertação Nacional com os Povos e Organizações Indígenas por parte da ONIC, faz menção que as primeiras emissoras indígenas foram criadas em Cauca fruto de indígenas que se formaram na “*Radio Sutatenza*” a primeira emissora comunitária e popular colombiana instituída em 1947 para divulgar conteúdos culturais, políticos e sociais, estabelecida a cargo do setor camponês.

Assim, posteriormente são criados *websites* de várias organizações indígenas entre essas a ONIC, inseridos no projeto de conectividade nacional onde foram desenvolvidas as páginas virtuais das prefeituras de todas as municipalidades do país por parte das empresas ‘*Colnodo e Colombia Multicolor*’ em convênio com o governo nacional. Com a criação destes *websites*, surge a necessidade de formar comunicadores indígenas com consciência política nas distintas regiões para reportar notícias, atividades, mobilizar, etc.

3.2.3. Mídia tradicional vs novas TICs: Novas oportunidades para visibilizar

Muitas vezes os povos indígenas colombianos são vistos como um grupo minoritário da população dos países dos quais são cidadãos, um grupo de pessoas que é atrasado ou que ficou parado no tempo simplesmente porque a mídia tradicional tem subvalorizado e escondido a realidade em um conceito de marginalização. Como membros da sociedade, desconhecemos o que são verdadeiramente os povos indígenas, desconhecemos a sua cultura, suas questões e muitas vezes o sentido da sua luta.

Para o movimento indígena colombiano segundo Richard Leguízamo, assistente da Área de Comunicações e Pesquisa da ONIC, em entrevista no dia 14 de janeiro de 2014, na sede da organização em Bogotá, “o valor das TICs é claro, pois são entendidas como uma opção eficiente de comunicação, organização e visibilização”. Estas tecnologias promovem melhor o

---

³⁸ Jornal desenvolvido pelo Conselho Regional Indígena de Cauca (CRIC), como órgão desta organização indígena. O primeiro exemplar circulou em janeiro de 1975.

³⁹ A primeira emissora indígena instalada foi Rádio Nasa em Cauca em 1996 depois apareceu ‘Voces de Nuestra Tierra’ de Jambaló em 1997. Atualmente existem 26 emissoras de interesse público indígenas, 3 emissoras comunitária, segundo informe em 2009 da ONIC.

conhecimento e a informação dentro de um contexto mais plural e respeitoso à diversidade. Assim, as TICs permitem que a sociedade consiga conhecer a realidade das comunidades indígenas, suas percepções, opiniões e projetos como meio de preservação da sua cultura e identidade.

Os direitos de informação dos cidadãos referem-se não só ao acesso à informação, senão à preservação e geração de condições adequadas para a posta em público da experiência, vida e conhecimento socialmente construído por cada grupo social, coletividade, povo. (HOMBRE NUEVO EDITORES, 2005).

Atualmente, os meios de comunicação de massa ou a mídia convencional colombiana, possuem padrões de representação excludentes, racistas ou segregacionistas. Muitas vezes estes meios de comunicação, só favorecem representações sociais dos grupos, acentuando ou moderando as formas herdadas de nomear, discriminar e aumentar os conflitos sociais dos grupos considerados como minoritários. Levando em conta a desvalorização ‘do indígena’, estes povos, na maioria dos casos, ficam reduzidos ao folclore, identidade herdada, saberes tradicionais, etc., deixando de lado muitas questões que afetam estas comunidades e que passam inadvertidas ao representa-las.

Por conta desse contexto o movimento indígena tem gerado manifestações na luta pelo direito à expressão da sua singularidade e identidade cultural na esfera pública através da mídia tradicional e por meio do uso das novas tecnologias que permitem acessar a um sistema mais plural, horizontal e público de comunicação. Dessa maneira, é possível afirmar que o uso das TICs é fundamental importância para que os povos indígenas (re)criem a sua própria identidade através da reafirmação de sua cultura, não só para a sociedade como um todo, mas, sobretudo, para os próprios indígenas. Para Richard Leguízamo,

a importância das TICs é vital, pois os povos indígenas colombianos têm levado um relacionamento de caráter político com o Governo Nacional, pois a maioria dos objetivos têm sido conquistados através de manifestações, mobilizações, mingas, etc..., nas quais para poder conseguir que a maioria dos povos indígenas colombianos saibam o que se pretende fazer com uma mobilização específica, as ferramentas como a internet, por meio do uso do correio eletrônico, as redes sociais, ou o *website* têm sido básicas nestes processos organizativos.

Desta forma, é fundamental para a organização que exista uma estratégia de formação integral e capacitação de homens e mulheres comunicadores indígenas que entendam a parte política e organizativa da sua realidade própria, para a partir disto, poder informar através dos meios apropriados adequadamente sem repetir o que modelo da mídia tradicional faz.

Concorda Adolfo Conejo assim, “se o comunicador não tem na sua consciência e pensamento a clareza política vamos continuar com os mesmos erros e é isso o que não queremos”. Portanto, o plano de formação integral é fundamental e dessa maneira, simultaneamente, a parte técnica, administrativa e de gestão.

As TICs constituem-se como ferramentas básicas e eficientes hoje, porém não são consideradas como indispensáveis para gerar comunicação e organização, Richard Leguízamo e Adolfo Conejo afirmam que o princípio de comunicação dos povos sempre vai existir de uma forma ou outra, seja através de meios próprios ou apropriados. Entretanto, atualmente existem ferramentas de tecnologia que facilitam o trabalho e a consecução dos propósitos e objetivos. Adicionalmente, a comunicação sempre tem estado imersa em todo o processo de luta e resistência dos povos indígenas.

As lutas e denúncias dos povos indígenas devem ser efetivadas na medida em que a falaciosidade da mídia externa se constitui como um perigo constante que ameaça direta e indiretamente aos povos. Diante disso, Adolfo Conejo aponta que,

quando a mídia de massa nos apresenta, é como uma forma de folclore ou de turismo ou nos visibilizam quando matam a um indígena pelo conflito armado, porque eles gostam que apareça quando estão disparando ou em guerra. Em todos estes cenários apresentam aos povos indígenas, mas em momento nenhum nos apresentam propondo novas alternativas de vida ou mostrando que temos um olhar diferente deste mundo.

É necessário pensar o que não é representado, reprimido ou mal interpretado das comunidades indígenas num espaço próprio, tendo em vista o que não é possível de alcançar nestes espaços convencionais. Concorda-se em que “a mídia não os representa adequadamente, isto é, não expressa com justiça o ponto de vista e as perspectivas que mais valorizam como coletivos; oferece versões triviais do que para estas pessoas são assuntos vitais e de ordem primaria” (HOMBRE NUEVO EDITORES, 2005).

Para confirmar os enunciados anteriores, basta ler algum jornal impresso tradicional ou assistir um dos jornais mais populares da televisão colombiana para perceber, quase que imediatamente, a leitura miserável e depreciativa feita no que tem a ver com estas comunidades. Com respeito a isto, existem iniciativas em favor de mostrar esta situação; o CRIC, associado à ONIC, está pensando em usar as TICs por meio da criação de uma espécie de programa de seguimento da mídia convencional, no que seria denominado ‘Observatório de Meios de Comunicação’ para fazer seguimento a todas as notícias que mencionam indígenas e procurar ter dados exatos sobre como a mídia tradicional desinforma a sociedade.

Deste modo, o uso e a apropriação das TICs, assim como a configuração de redes por parte da ONIC e outros movimentos sociais, têm contribuído ao surgimento de uma esfera pública diferente, nessa esfera pública existe uma nova configuração da comunicação global caracterizada pela inclusão social e a autonomia, sendo possível assistir, por fim, a uma reconfiguração da informação. Tenta-se, portanto, exercer o direito público de produzir e receber comunicação e informação que visibilize realidades ocultas para fazer valer verdadeiramente este direito social. No caso específico dos povos indígenas, trata-se de permitir que a sociedade conheça a realidade desta parte da população para abrir novos horizontes culturais.

Concordando com Sandoval (2005), o acesso dos povos indígenas as TICs encontra-se relacionado com os direitos coletivos destes povos, os direitos humanos, à cultura, às línguas, à organização autônoma e à superação da miséria em aspectos como a eletricidade, telefonia, moradia, rede de satélites, capacitação, *hardware* e *software* básicos.

Há séculos os povos indígenas encontram-se em permanente luta pelo respeito a sua identidade, território e cultura, e apesar do desgaste sofrido, eles têm percebido que para continuar vigentes na arena política e social é necessário se apropriar de novos meios, sejam sociais de protesto popular ou mobilização social ou tecnológicos de apropriação da comunicação e informação por meio das TICs para potencializar a organização e mobilização.

3.2.4. TICs, Povos Indígenas colombianos e ONIC

A ONIC vem utilizando as TICs há aproximadamente 10 anos. Há cerca de trinta e dois anos, em seu início, a organização funcionava como qualquer escritório da época com equipamentos e recursos que hoje são praticamente obsoletos, próprios da época, como máquinas de escrever, telefax e chamadas de longa distância.

Atualmente, a organização possui um prédio de três andares e conta em cada seção com um sistema de internet segmentado por andar. Da mesma maneira, a telefonia celular é aberta e há correios eletrônicos corporativos para as diferentes coordenações. Existe um *website* (www.onic.org.co), uma página oficial da organização dentro da rede social *Facebook*, uma conta de *Twitter*, e um canal da organização no *YouTube*, (Canal ONIC), onde é facilitado o acesso aos vídeos e áudios de vários encontros e algumas campanhas reivindicatórias das diversas comunidades indígenas. Adicionalmente, esta se programando inaugurar uma sala de videoconferência internacional ainda neste ano.

Já que a ONIC trabalha como organização em rede, concordando com Castells (1999), “as redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura”. Dentro da ONIC o estabelecimento da lógica da rede traz consigo diversas consequências com relação a sua estrutura, e ação coletiva. O uso das TICs de acordo com o conceito de rede possibilita uma atuação reivindicadora mais ampliada e horizontalizada da organização nacional e internacionalmente.

É possível observar que existe uma clara preocupação por parte da administração da organização sobre como usar eficientemente as TICs dentro da própria organização, assim como servir de exemplo para outras organizações regionais e de base nesta temática em favor da informação e a comunicação dos povos indígenas. Assim, assinala Richard Leguízamo,

a maioria das organizações, das 44 que fazem parte da ONIC contam com um sistema de informação, computadores, celulares e muitas vezes com o sistema *WhatsApp* ou *Skype*, quer dizer a comunicação neste sentido é muito fluida porque normalmente eles têm tentado manter seus escritórios em centros urbanos aonde o acesso as redes de comunicação é facilitado.

Na maioria das grandes organizações que fazem parte da ONIC, segundo Richard, existe uma Conselheria de Comunicações, uma Coordenação de Comunicações ou um Departamento de Comunicações. Quando são organizados eventos cada um destes setores são encarregados por meio das TICs de gerar informação e comunicação eficiente. Assim, muitos destes setores têm uma excelente manipulação das ferramentas tecnológicas no que tem a ver com difusão, por exemplo, pela internet no *website*, socialização por redes sociais e notícias compartilhadas em bases de dados de correios eletrônicos.

Todos estes avanços vêm se desenvolvendo e estruturando pela necessidade de estarem interconectados local, regional, nacional e internacionalmente, adotando-se de forma sistemática o tema das tecnologias. Segundo Richard Leguízamo,

em princípio poderia se pensar que os povos indígenas não usam as TICs e resulta que estamos apropriados delas por tudo o que implica a globalização, o tema das tecnologias mesmas, cortar as distâncias, poder chegar a maior quantidade de povos e de organizações no país através de diferentes ferramentas que existem.

Para a ONIC é importante incorporar as TICs no dia a dia, seja por meio de comunicados *on-line* via *Facebook* ou *Twitter*, boletins eletrônicos, correios eletrônicos, bases de dados, ou o uso do *website* aonde é mostrada a realidade dos povos e são denunciadas violações de

diversos tipos com fotos, reportagens, notícias e comentários articulados com as organizações regionais e de base.

É possível dizer que as TICs têm penetrado na maioria dos povos indígenas colombianos, embora, conforme assinala Richard Leguizamo,

há de reconhecer-se e faz parte da multiculturalidade dos povos indígenas, que vamos encontrar povos da Amazônia colombiana aonde os indígenas ainda se comunicam com o *Manguaré*, que é um bombo grande feito da casca de madeira com o qual eles enviam sinais as comunidades que estão por perto e permitem manter uma unidade em quanto a pensamento, atividades, reuniões. Ainda há comunidades no país aonde não conhecem o celular, onde nunca têm visto a tela de uma televisão e estranhamente sabem o que é um computador”, (...) mas vamos encontrar também e podemos afirmar que um 70% ou 75% dos povos indígenas colombianos estão sintonizados com o tema das TICs.

Assim, uma das TICs que mais se encontra dentro dos territórios indígenas é o celular, pois têm áreas onde o sinal destes aparelhos tem maior cobertura e facilidade, porém há outras, por exemplo, parte da região Orinoquia, Amazônia ou Chocó que é mais complexo, pois o sinal não chega bem nem sequer aos centros urbanos. Celmira Lugo em entrevista faz questão de dizer que

o celular tem facilitado muito a comunicação, pois os territórios muitas vezes estão muito longe uns dos outros, assim como das organizações regionais ou da mesma organização nacional no caso a ONIC. Embora existam outras comunidades mais especificamente no ocidente colombiano, por exemplo, na região da Guajira aonde é usada a internet por satélite, as comunidades usam mais os correios eletrônicos e a pesquisa na web, especialmente os estudantes das escolas e os líderes indígenas.

Vale a pena destacar que segundo Richard, Adolfo e Celmira da ONIC, a internet chegou mais ou menos no ano 2000 em grande parte das organizações de comunidades indígenas incluindo a ONIC, e a apropriação começou a ganhar força em 2003.

Embora as TICs tenham um lugar importante dentro das comunidades indígenas, no que tem a ver com as redes de comunicação associadas ao tema da internet e as redes sociais. São os jovens que mais as utilizam, já os mais velhos fazem uso na medida em que sua função dentro da organização ou da comunidade o requer para estar em contato com outras pessoas ou organizações de base. Por exemplo, a maioria dos líderes indígenas usam eficientemente estas ferramentas para se comunicar e gerar liderança.

Segundo Gustavo Ulcué da ONIC e membro da organização de base CRIC,

os jovens com menos de 35 anos, usam e manipulam mais as ferramentas tecnológicas nas organizações, buscam gerar programas radiais, fazer vídeos, fazer páginas, etc. Já os mais velhos têm acesso às redes sociais, ao e-mail, mas são mais consumidores da informática.

Trata-se de uma relação entre os sujeitos e as ferramentas tecnológicas em favor da educação, organização e principalmente da comunicação. A apropriação destes meios constitui uma forma de efetivar a cidadania. Para os povos indígenas a importância radica no bom uso que seja dado a estas ferramentas sem deixar de lado a importância da comunicação via oralidade que é fundamental para estes povos dentro de sua cosmovisão e valores.

Seguindo esta lógica a questão do uso de meios apropriados tecnológicos para os povos indígenas e suas organizações, é feita especialmente para atuar em favor dos seus objetivos, seus planos de vida. Como destaca Richard Leguizamo “temos usado as TICs para avançar na consecução dos nossos objetivos. As TICs têm permitido conectar e unir diversos povos indígenas, muitos deles com características e objetivos em comum, reconhecidos todos como povos originários”.

Deste modo, têm sido utilizadas as redes sociais para subir informação e para gerar comunicação entre as organizações regionais. Simultaneamente, têm sido criadas páginas web dentro de várias organizações, bases de dados de correios eletrônicos organizacionais e pessoais, para compartilhar informação sobre as distintas convocatórias e mobilizações. É importante mencionar que as informações, em muitos casos, precisam ser enviadas, privilegiando primeiramente as regionais para que estas as transmitam às comunidades de base, pois em vários casos estas comunidades estão muito distantes e ainda não possuem acesso às redes de internet ou celulares.

De tal modo as regionais enviam a informação aos líderes e estes informam sobre a situação de suas comunidades e organizações de base por meio das TICs, isto faz fundamental a utilização da ferramenta com consciência e visão política. Em outros casos, quando muitos indígenas com acesso às tecnologias, decidem participar dentro de foros de discussão destes *websites* estabelecidos pela organização ou redes sociais. São dadas algumas diretrizes em reuniões nacionais, regionais e locais, sobre o que pode e não pode ser dito. Pois, segundo Celmira Lugo, há uma necessidade especial de estabelecer estas diretrizes em muitos casos, pois “têm apreciações algumas vezes duras e existe o medo de que sejam tomadas represálias contra as pessoas que fazem estes comentários, sua família ou a mesma organização”.

Para as organizações indígenas, particularmente a ONIC, as TICs têm se convertido em ferramentas fundamentais para a defesa e o fortalecimento dos planos de vida, como diz Gustavo Ulcué “para defesa, pois temos conseguido denunciar e visibilizar todo o contexto de agressão que se vive nos nossos territórios, o extermínio dos povos, o conflito, as ameaças, a afetação territorial geral”. Seguindo a Gustavo, as organizações indígenas regionais assim como a nacional têm apropriado *smartphones* para fazer *streaming*⁴⁰ com a internet móvel, através destes aparelhos dentro das mobilizações são feitas transmissões em tempo real.

No que tem a ver com o fortalecimento dos planos de vida e a luta pela sobrevivência, concordam Gustavo, Celmira, Adolfo e Richard que, fazendo bom uso destes meios tecnológicos é possível educar e visibilizar melhor as problemáticas dos povos indígenas colombianos nacional e internacionalmente para se conservar vigentes dentro do cenário público. Um exemplo deste tipo de uso eficaz é a criação de documentários sobre a problemática indígena que têm sido apresentados em festivais ou eventos internacionais.

Por outro lado, a defesa do território é outro dos pilares de luta dos povos indígenas, e igualmente as TICs têm sido levadas em conta neste tema. Vale a pena mencionar um exemplo no qual se usou a internet em Toribio Cauca, aonde no ano de 2013, dentro do mandato do prefeito Ezequiel Vitonas, teve-se muitos enfrentamentos de vários dias, envolvendo o exército colombiano, às FARC-EP, e aos paramilitares. A única forma de se comunicar com o resto do mundo foi através da internet, porque a guerrilha tinha cortado o cabo de telefone e a energia. Desta forma, o único que funcionou na época foi o “Compartel”⁴¹, e só porque possuía um painel solar e uma antena que funcionava com um satélite interconectado, portanto o prefeito denunciava tudo o que estava acontecendo para a mídia tradicional e o governo através de *Skype* e do correio eletrônico. Por meio deles eram enviadas reportagens e notícias atualizadas a respeito da grave situação da ordem pública.

Outro caso relevante de uso de TICs em favor dos planos de vida indígenas é demarcado na região de Nariño, no sul ocidente colombiano, onde a comunicação por meio das TICs vem se fortalecendo a partir do ano 2000 quando se começou com o rádio e foram criadas 4

---

⁴⁰ É uma tecnologia utilizada para otimizar a descarga e a reprodução de arquivos de áudio e vídeo por meio do envio de arquivos via servidores web a diferentes usuários que os descarregam. No tempo de espera de carregando, embora que a conexão fique com pouca velocidade, o usuário poderá continuar enviar e receber arquivos usando esta tecnologia de maneira mais eficiente.

⁴¹ É um programa de Telecomunicações Sociais criado pelo Ministério de TICs, com o objetivo de permitir que as regiões mais apartadas e as pessoas com maiores necessidades econômicas do país se beneficiem com as TICs como telefonia rural e internet. Em várias municipalidades são instalados computadores em espaços adequados para uso da população.

emissoras indígenas grandes no departamento. No ano de 2010 foi criada uma rede de meios de comunicação dos povos indígenas da região, conforme o relato de Emerson Díaz, pertencente ao povo indígena dos Pastos e membro da equipe de construção de Políticas Públicas de Comunicação para os Povos Indígenas da ONIC, “começamos com temas do audiovisual, produção, TICs, trabalhos multimídias, assim temos nos agrupado em varias fundações, associações e criamos a Rede Intercultural de Meios de Comunicação dos Povos Indígenas (RIMCOPI)⁴²”.

De acordo com essas anotações, é possível observar que as organizações regionais afiliadas a ONIC de distintos cantos do país trabalham conectadas aos avanços tecnológicos seguindo a linha direcional da sua organização nacional tentando fazer bom uso destas ferramentas.

Seguindo estas análises, não é suficiente o acesso as TICs no contexto dos povos indígenas colombianos regidos pela organização nacional ONIC, há adicionalmente uma necessidade de outorgar planos de formação e instrução que possam sensibilizar os indígenas das distintas aldeias conforme uma política de inclusão dentro da diversidade que objetive educar para criar consciência política e não gere uma afetação cultural dentro das comunidades.

Desta maneira, é importante sinalizar que a ONIC faz uso destas ferramentas tecnológicas, principalmente através do rádio e da internet por meio de seu *website*⁴³, correios eletrônicos corporativos, boletins eletrônicos, redes sociais (*Twitter*, *Facebook*), ao mesmo tempo, os *Smartphones* com sistema de internet são também importantes para a organização, pois facilitam a comunicação por meio de ferramentas ou aplicativos como *WhatsApp* ou *Skype*, etc.

No caso da rádio, a ONIC possui uma emissora que foi uma das primeiras tecnologias melhor utilizadas para mostrar a realidade indígena, é a “Dachi-bedeá”, significa na língua *Embera* “voz dos povos”. Atualmente, esta emissora esta sob a direção da Conselheria de Comunicações, Informação e Pesquisa da organização. Há um *link* dentro do *website* da ONIC que conecta à emissora.

---

⁴² É uma fundação que trata o tema de multimídia e televisão indígena, possui um canal étnico.

⁴³ É alimentada com a informação verificada que vem das equipes de comunicação das organizações regionais filiais.

Por sua parte, no *website* da ONIC, são expostas diferentes notícias nacionais e internacionais sobre os povos indígenas e as relações e vínculos favoráveis para sua preservação. É possível visualizar várias campanhas *on-line* usadas para divulgar o trabalho comunitário e as atividades sociais. Atualmente, é possível ver a campanha intitulada '*Pervivencia*', que trata o tema da luta pela sobrevivência dos povos indígenas em risco de extinção.

Da mesma forma, dentro do *website* existe a ferramenta de listas de correio eletrônico que permite a ONIC enviar uma grande quantidade de comunicados, publicações, informes regionais ou nacionais para os membros inscritos. Adicionalmente, há foros de discussão onde existem categorias especializadas, segundo a plataforma política da organização, em temas organizados por categorias como: defesa da autonomia e dos territórios indígenas, recuperação das terras usurpadas, propriedade coletiva das aldeias, controle dos recursos naturais localizados nos seus territórios indígenas, impulso às organizações econômicas comunitárias, defesa da história, cultura e tradições indígenas, educação bilíngue e bicultural, recuperação e impulso à medicina tradicional e exigência de programas de saúde de acordo com as características sociais e culturais das comunidades e povos indígenas, entre outras disposições favoráveis aos indígenas.

No que tange os correios corporativos, cada uma das conselheiras da organização possuem contas no *Skype* e correios eletrônicos específicos. Existe uma única conta no *YouTube*⁴⁴ e no *Facebook*⁴⁵ que esta a cargo da Conselheira de Comunicações quem é encarregada da sua atualização constantemente.

Outro exemplo de uso de TICs na organização se dá conforme o registro de dados, documentos ou informações. Diante disso, é possível afirmar que a maioria da documentação que tem a ver com a parte administrativa da organização encontra-se digitalizada na Conselheira da Administração.

No caso da região Cauca e especificamente a organização de base associada à ONIC, conhecida como CRIC, esta filial possui um programa de Direitos Humanos e Defesa da Vida com a finalidade de registrar todas as violações aos direitos humanos, conflito armado, ameaças, assassinatos, etc, nesses territórios. Trata-se de informação recolhida em bases de

---

⁴⁴ Canal YouTube usuário adminonic. Disponível em: www.youtube.com/user/adminonic. Acesso em: 25/jul/2014.

⁴⁵ A página do *Facebook* da ONIC, atualmente tem 1825 seguidores e membros. Acesso em: 25/08/2014.

dados para mostrar ao governo nacional ou instâncias internacionais, a realidade indígena por meio de dados e estatísticas.

Dessa forma, a ONIC se constitui como catalisadora das demandas de diferentes povos indígenas colombianos. A organização gera união e maior interação das diferentes comunidades no contexto nacional. Adicionalmente, é possível observar que existe uma preocupação com a mídia tradicional que produz imagens e representações destas comunidades de forma equivocada. Para a organização nacional é fundamental tirar o controle absoluto e gerar uma democratização da mídia tomada pelas próprias mãos, ou seja, pelas mãos do povo indígena.

Devido ao grande processo de resistência, o governo nacional começa dialogar com o movimento indígena. As estratégias dadas a respeito do tema da comunicação, têm se fortalecido nos diversos territórios graças à ênfase do bom uso dos meios para contribuir ao fortalecimento dos povos e à defesa da vida e território.

Destaca-se a contribuição do uso da internet que para a ONIC funciona como uma fonte alternativa acessível de informação, onde podem ser difundidos eventos e informações não relatadas ou divulgadas de forma imprópria pela mídia de massa.

Adolfo Conejo e Mileydis Polanco, esta última, entrevistada no dia 29 de janeiro de 2014, pertencente ao povo indígena colombiano Wayuu, é membro da Organização Nacional indígena Yanama e trabalha, atualmente na equipe de construção da Política Pública de Comunicação no projeto da ONIC, concordam que em grande parte das organizações indígenas tem se adoptado e apropriado dessas ferramentas tecnológicas para dar uso correto e permitir o fortalecimento dos planos de vida, da defesa do território e finalmente da resistência de seus povos, que é o grande objetivo do tema de apropriação dos meios de comunicação.

Por meio da visita ao *website* da ONIC as pessoas de diferentes lugares podem apoiar a causa, se informar e comunicar eventos e mobilizações, em geral conhecer a problemática atual dos povos indígenas nacionais. Exemplo disto é o dado por Celmira Lugo da ONIC sobre a última Minga Social Indígena Nacional, de outubro de 2013, que foi organizada praticamente toda pela rede de internet, o que

ajudou muito a conectar, convocar e informar as pessoas, pois muita gente não sabia por que íamos nos mobilizar. Se utilizaram as emissoras indígenas simultaneamente que também serviram para orientar sobre o que íamos fazer, como o faríamos e para quê. A convocatória foi muito boa e

completamente feita pelos meios tecnológicos, incluindo telefone, emissoras e a internet.

Em complemento, Richard Leguízamo, afirma que “a Minga Social Indígena e Popular de 2013, com a ONIC como mentora principal mobilizou mais de 120.000 indígenas de 24 departamentos colombianos e grande parte desse processo se conseguiu por meio de ferramentas tecnológicas de comunicação”.

É instituído assim um grande ativismo político via *web*, pois são concentradas demandas de todos os povos indígenas colombianos no marco de uma organização específica que agrupa cada uma das células dispersas dentro do território nacional e utiliza as TICs em favor da proteção de cada um destes povos.

Desse modo, os povos se articulam no grande movimento indígena, assim para Mileydis Polanco, “a ideia é nos articular com todos os processos da comunicação indígena no nível nacional e isso é o que temos conseguido até agora, vendo as formas de pensar a comunicação indígena”. De forma que as organizações indígenas de base e a organização nacional constituem uma rede que aprofunda a democratização social, propicia o diálogo entre o setor governamental e a sociedade, e permite a comunicação e organização eficaz dos indígenas em consonância com a conformação e apresentação de demandas específicas das diversas comunidades.

Para Adolfo Conejo “a ideia é continuar se articulando com mais força em cada um dos cantos e territórios do país e articular os diferentes processos, povos e coletivos de comunicação que trabalham em nível continental”. Para isto, estão sendo estabelecidas as Reuniões Continentais de Comunicação Indígena que permitem refletir, constatar e analisar a realidade dos povos indígenas latino-americanos no tema das comunicações. Da mesma forma, tem sido estabelecidas conexões por meio da articulação com outros movimentos sociais como o camponês ou agrário e os afrodescendentes.

Assim, vale a pena mencionar o caso do departamento de Nariño, onde pode ser destacada uma união em favor das comunicações indígenas, como assinala Emerson Díaz em entrevista:

no departamento temos na Aliança de Comunicação, um plano de comunicação que se constitui como uma política pública departamental. Fizemos uma aliança com outros comunicadores e fazemos intercâmbio por meio de TICs, por exemplo, com o movimento camponês representado pela ADN (Associação para o Desenvolvimento Camponês de Nariño).

Destaca-se que por meio do uso da plataforma tecnológica é possível estabelecer contatos com outras entidades que seguem as mesmas bandeiras. No caso da ONIC, a organização estabeleceu vínculos com entidades como: a Agência da ONU para os Refugiados (ACNUR), o Ministério de Assuntos Exteriores e de Cooperação da Espanha, a Organização Canadense Católica para o Desenvolvimento e a Paz, Advogados sem fronteiras, entre outras.

Como tem sido apontado ao longo deste trabalho, o uso das TICs é feito em favor da resistência dos povos indígenas, a conexão, a difusão e a proteção das reivindicações destes povos. Juan Pablo Gutierrez, embaixador internacional e fotógrafo oficial da ONIC, em entrevista realizada no dia 29 de janeiro de 2014, defendeu que se procura fazer uso das TICs para estabelecer e manter parcerias nacionais e internacionais, em suas palavras, “para apoiar e manter os processos de relacionamento com a comunidade internacional, e adicionalmente como arma de resistência para utilizar na documentação de casos que se levam em nível nacional”.

Da mesma forma, Juan Pablo menciona algumas parcerias políticas estratégicas mais recentes da ONIC com organizações nacionais e internacionais, entre as que sobressaem:

a Assembleia das Primeiras Nações no Canadá, o Povo Indígena dos Inuitas do Canadá, o Povo Indígena dos Suam na Suíça, algumas organizações indígenas da Birmania; e no âmbito local, algumas organizações que não são filiais da ONIC, mas são afins à sua causa, como já tinha sido mencionado anteriormente, outros movimentos sociais como o camponês, afrodescendente, a Mesa Nacional Estudantil, os grêmios de sindicatos, etc.

Diante disso, é importante ressaltar que existem diferentes tipos de atores que fazem parte deste trabalho conjunto. Assim, os colaboradores da mobilização podem ser quaisquer usuários, sem exclusão, que se relacionem com outros para atingir algum propósito dos povos indígenas: encontrar recursos, compartilhar informações, estabelecer comunicação, gerar espaços cooperativos e solidários, etc.

Conhecendo a importância da comunicação em processos de reivindicação dos povos indígenas, a ONIC reclama por seu direito ao total acesso às TICs. O acesso às TICs tem sido limitado e deve ser ampliado por diferentes manifestações de mudança cultural, intercâmbio simbólico, redes virtuais indígenas, novas formas de representar a realidade, comunicação no tempo real, linguagem virtual, e tudo o que impõe a utilização destas novas tecnologias.

A organização nacional indígena e suas organizações de base usam as TICs no âmbito *on-line* para organização, comunicação e mobilização, mas há sempre uma finalidade *off-line*

simultânea que transcende a virtualidade. Assim, como afirma VEGH (2003), a organização e mobilização através da internet contém três formas de mobilização: a rede pode ser usada para convidar pessoas para uma ação que normalmente acontece *off-line*, mas que pode ser mais eficiente se executada *on-line*. E finalmente, a Internet pode ser usada para organizar e mobilizar pessoas para uma ação que só pode ser realizada mediante o uso de recursos tecnológicos que permitam atingir o maior número de receptores simultaneamente.

Portanto, por meio da internet, a ONIC emite comunicados sobre diferentes mobilizações que são realizadas diretamente na praça pública, no nível local, regional ou nacional. As reuniões informativas nas regionais são geralmente efetuadas no espaço *off-line*, porém se a informação é disponibilizada pelos *websites* das regionais ou da organização nacional, a informação é mais fluida, pois geralmente são os líderes que se informam e transmitem aos membros que podem ou não ter acesso à rede. Entretanto, a informação torna-se pública nesse formato, permitindo que todos tenham como acessá-la.

A comunicação e o contato entre organizações e redes de outros países acontece, na maioria das vezes, a partir do âmbito *on-line*. Embora haja eventos que podem reunir os líderes de diferentes organizações internacionais, o contato permanente só é facilitado por meio das ferramentas tecnológicas.

Da mesma forma, as TICs permitem abrir os horizontes do âmbito organizacional para abarcar discussões do âmbito local até o global. Atualmente, as comunidades indígenas apresentaram suas reivindicações por meio da representação da ONIC em vários eventos internacionais de tecnologia, destacando, entre eles, o Seminário Mundial sobre a Sociedade da Informação (Tunísia, novembro de 2005); o Primero Seminário Indígena de TICs, auspiciado pela International Telecommunication Union e a Comissão Nacional para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas (México, 28-30 de novembro de 2005).

Com a realização de tais eventos, houve o despertar da ONIC sobre a importância das TICs como ferramentas para o favorecimento e efetivação da causa indígena colombiana frente ao âmbito internacional. As TICs se constituem atualmente como ferramentas que precisam ser entendidas e apropriadas por parte dos povos indígenas para que sejam representados por suas comunidades, organizações regionais e, sobretudo, pela organização nacional.

Dessa maneira, a ONIC tem como objetivo deixar de ser só consumidora de tecnologias ou produtos informáticos e começar a produzir as próprias ferramentas informáticas,

conforme afirma Gustavo Ulcué “nos apropriar mais sobre os *softwares* livres para aprender a construir e fazer nossas próprias coisas”.

Assim como muitos indígenas estão se apropriando das TICs, é importante mencionar que nem todos os povos indígenas colombianos estão interessados em fazer uso das TICs. Muitos povos, segundo Gustavo Ulcué, “têm manifestado que não estão interessados em nenhum aparelho tecnológico, que preferem avançar calmamente e pausadamente, ou que preferem fortalecer sua parte espiritual e cultural assim como suas formas de comunicação próprias”. Porém, para Gustavo, na realidade complexa colombiana, todos os povos aos poucos vão precisar adotar novas tecnologias para resistir ao modelo, levando em conta sua autonomia e faculdade para decidir como e quando será feito.

Um exemplo interessante desta situação de pouco empenho inicial pelo acesso às TICs é demarcado pelo caso do povo indígena “Arhuaco” da Serra Nevada de Santa Marta. Este povo era muito resistente sobre o uso de recursos tecnológicos e não se interessava em conhecer as TICs. Atualmente, as TICs têm chegado aos seus territórios e eles têm começado a aceita-las com menos resistência.

Muitos povos indígenas, na maioria dos casos, considera que nem tudo o que representa ancestralidade e cultura própria é objeto de socialização, pois segundo Richard Leguízamo “mostrar pode servir para que a civilização ocidental pense que somos uma espécie de folclore dentro do país, e nós como organização temos proposto para muitos setores sejam sociais, acadêmicos, políticos, etc., que parem de olhar para nós como o folclore do país, pois, nós temos nosso folclore mas também uma ancestralidade, uma cultura. Dessa forma, a ONIC respeita cada posição dos distintos povos indígenas colombianos na hora de mostrar ou não sua cultura por meio de ferramentas tecnológicas. Trata-se da importância da valorização da diversidade destas comunidades.

A partir desses fatores, é possível refletir que as TICs poderiam desmobilizar os relacionamentos não mediados por recursos tecnológicos, ou seja, as relações presenciais a partir do contato real. No entanto, para os povos indígenas, o contato real com seus membros é algo primordial para a constituição dos relacionamentos interpessoais e coletivos, portanto é uma questão que não deve ser colocada em segundo plano. Um exemplo disso é dado por Richard Leguízamo:

As organizações de base mantêm suas reuniões e assembleias de maneira periódica, dependendo da sua localização estratégica. Por exemplo, a ORIQUIN é a Organização Regional Indígena do Quindío, a essa

organização devem pertencer umas 35 ou 40 organizações pequenas que estão distribuídas no departamento do Quindío. Eles, dentro dos seus estatutos de funcionamento de caráter regional, têm estabelecido se reunir presencialmente pelo menos entre 4 e 5 vezes ao ano.

Entretanto, vale ressaltar que as TICs têm gerado uma maior coesão nos movimentos de reação, de protesto e de mobilização, tanto os nacionais como os internacionais. As TICs têm oferecido recursos de fundamental importância para a reunião de forças em diversas comunidades em prol de conquistas e objetivos semelhantes.

No caso do departamento de Cauca, o CRIC associado à ONIC, conforme afirma Gustavo Ulcué, conseguiu ter contato com o EZLN do México, movimento social que usou bastante a Internet para visibilizar o que aconteceu no seu território, através da mobilização zapatista. Houve contato também com o MST do Brasil, intercâmbios sobre a construção do plano de formação, recuperação de terras no Brasil e uso de emissoras comunitárias. É possível observar que esses contatos estabelecidos a distância, possibilitaram, que essas organizações fizessem parcerias e, posteriormente, visitas aos países para o compartilhamento de informações e experiências.

As TICs também promovem facilidades no que tange os registros de informação e documentação de casos e experiências, por exemplo, o registro da memória dos mais velhos ou anciãos que podem ser organizados através de uma espécie de biblioteca na qual são armazenados esses arquivos. Desta forma, têm sido armazenados muitos registros fotográficos em comunidades que são usados em vídeo-foros sobre a ancestralidade dentro das diferentes reuniões ou assembleias programadas.

Nesse sentido, os *mamos*⁴⁶, têm conhecimento sobre as facilidades das TICs e acreditam que são objetos construídos a partir de recursos oferecidos pela natureza⁴⁷ e que promovem benefícios, desde que sejam utilizados para o bem das comunidades, assim como oferecem orientação espiritual e política sobre o bom uso deles.

Para Richard Leguízamo, Adolfo Conejo ou Celmira Lugo, indiscutivelmente, antes do princípio básico do querer ser, o que deve ser seguido parte do que é determinado pela mãe natureza, uma força maior que guia os indígenas para que consigam atingir seus objetivos. Portanto, o princípio básico é que as ferramentas não podem passar por cima do pensamento

---

⁴⁶ Líderes indígenas, anciãos, conselheiros com a experiência.

⁴⁷ Pedir permissão à natureza e os espíritos, para que os aparatos entrem no território e por exemplo registrem imagens na produção de documentários que tem sido produzidos com a articulação dos povos: Koguis, Arhuacos e Uiuas.

ou da cosmovisão indígena, tornando essas ferramentas úteis para o alcance desses ideais, em benefício de todos os povos.

A premissa é que nunca possam ser mais importantes do que o objetivo, social e tradicional, e é importante saber que para os povos indígenas, a comunidade se constrói no cotidiano, nas assembleias, nas mobilizações e no interatuar de um ser com outro ser. A espiritualidade aqui é encarada como prioridade e deve fortalecer a comunidade, sendo que esses princípios são construídos através de suas culturas, alicerçadas por costumes pautados na oralidade e no compartilhamento por meio do contato físico.

Trata-se então de um direcionamento de trabalho com as TICs, mas garantindo mudanças reais. Um caso eficaz de uso das TICs que é destacável é o acontecido dentro de uma comunidade da rede articulada à ONIC, dentro do povo NASA do qual Gustavo Ulcué é membro. As TICs têm sido utilizadas para gerar dinâmicas de fortalecimento em aldeias indígenas no tema da aprendizagem das línguas próprias, no caso de sua comunidade, ocorre o ensino da ‘Nasa Yuwe’, fazendo ferramentas interativas e tutorias virtuais animados para as crianças através de *screens* (telas), permitindo que crianças conheçam a informática e aprendam própria cultura. Há também registros dos rituais tradicionais que depois são levados às escolas e divulgados para as crianças em favor do fortalecimento das dinâmicas culturais dos povos indígenas.

Em outra comunidade de Nariño pertencente à ONIC, existem sistemas de geolocalização de aldeias indígenas por meio do armazenamento de dados. Neste caso, Emerson Díaz da ONIC e representante do departamento de Nariño, faz ênfase das ferramentas que utilizam em sua comunidade como multimídias feitas em *Flash*⁴⁸ onde se indica a localização das aldeias indígenas em favor do resgate, valorização e fortalecimento da cultura através dos ensinamentos sobre os mitos e lendas. Nestes aplicativos é possível ver um resguardo específico e o mito ou a lenda originários desses lugares. Há também videogames que combinam estratégias de medicina tradicional, manipulação das cores, etc.

É denotado desta maneira que, para várias comunidades indígenas da rede articulada da ONIC, existe uma preocupação por reconhecer e entender as TICs para apoiar sua causa em níveis distintos. As TICs são ferramentas compreendidas como recursos para aproveitar em

---

⁴⁸ Software para criar animações, mais conhecido como Adobe Flash.

temas do diário viver cultural, da resistência e da persistência dos povos indígenas. Assim para Gustavo Ulcué,

os povos indígenas precisam apropriar-se do contexto no qual vivem para que consigam adaptar-se. Por exemplo, na época da colonização tivemos que nos adaptar ao ritmo dos espanhóis para sobreviver; hoje, temos que nos adaptar a outros ritmos, e nos apropriar das ferramentas tecnológicas. Não vestir as roupas tradicionais, não tira de nós “o indígena”, isto vai além de como somos vistos, muito mais importante é o que somos, como levamos nossa cosmovisão, como sustentamos nossa língua, nossa religiosidade e são estes objetivos da apropriação da tecnologia.

Para Mileydis Polanco,

o problema não é a ferramenta tecnológica e sim a perda de valores internos, trata-se de como fazer para que os que levam a palavra consigam fazer com que as pessoas reflitam sobre o uso e o caminho. Dessa maneira, é necessário um trabalho interno em nossas comunidades para que as realidades de nossos povos possam ser conhecidas pelos outros através destes aparelhos e para isso também temos que aprender a utiliza-los.

Diante disso, a instrução das comunidades para o uso das TICs em favor do avanço na luta indígena é básico. Os povos indígenas precisam conhecer e saber usar realmente as ferramentas de tecnologia para apropria-las de forma adequada e reivindicar suas necessidades através destes meios de maneira mais eficaz.

Em contrapartida há povos indígenas colombianos que atualmente não fazem uso e nem tem interesse pelas TICs, entre estes, destacam-se: os “Achagua ou os Nukak”, e outros povos amazônicos que não querem contato nenhum, pois muitos são considerados também povos nômades que não criam comunidade em assentamento.

Apesar de haver essa resistência, é preciso levar em conta que existe também uma grande falta de penetração das TICs em muitos territórios indígenas colombianos. Embora exista a demanda por parte da organização nacional em relação ao acesso de tecnologias, também a ONIC e as organizações filiais regionais, seguindo as necessidades e os interesses das suas comunidades, têm manifestado que a apropriação das TICs deve ser de forma responsável e disciplinada, devem realizar-se, desse modo, avanços de maneira progressiva e pausada.

Em alguns casos é possível observar certa preocupação por parte dos povos indígenas que consiste em como essas tecnologias podem afeta-los culturalmente. Os membros devem conhecer sua realidade, seu contexto, seu território, pois a tecnologia precisa ser usada de um jeito adequado. Na visão de Adolfo Conejo, “as TICs devem servir para visibilizar e potencializar o processo de luta e resistência, o projeto político a ser considerado”.

Muitas vezes o controle das ferramentas tecnológicas é uma preocupação adicional para membros de diversas comunidades indígenas. No caso das emissoras que são instaladas é indispensável. Para Adolfo e Gustavo as pessoas que se encontram encarregadas destas ferramentas devem ter uma clareza política para que não cometam o erro de muitas emissoras comerciais, ou seja, de usar a ferramenta para fins banais, pois o sentido de uma ferramenta como esta não é só compartilhar músicas e diminuir a cultura indígena, e sim gerar consciência sobre a importância da informação e da fala sobre a realidade dos povos e os planos de vida seguindo um projeto político claro.

Outro caso preocupante para os povos indígenas é o controle e formação adequada sobre as tecnologias dentro das salas de internet ou telecentros que são disponibilizados, pois há especialmente crianças e adolescentes que são muito mais suscetíveis de acessar conteúdos diversos sem a mínima noção educativa. Embora também pessoas adultas que podem ser afetadas alterando seus modos de vida tradicionais, alterando sua cultura, sua noção política e cosmovisão indígena.

Cada uma das comunidades se projeta segundo suas ideias para que consigam fortalecer seus processos de comunicação, ou avançar na formação de comunicadores, seja em universidade indígena⁴⁹ ou não.

Essa formação é, portanto imprescindível, já que o uso das TICs objetiva a denúncia e a visibilidade de muitas reivindicações do movimento indígena no contexto de conflito colombiano, onde é possível assistir a casos de ameaças e perseguições aos líderes por parte de atores sociais fora do movimento.

Vários líderes indígenas têm sido assassinados ou forçados a deixar seus territórios, mas não é possível dizer que foram as informações ou os comunicados divulgados pelas TICs, os responsáveis destes fatos. Geralmente as TICs são vistas dentro de um olhar positivo que facilita visibilizar a problemática indígena em favor da resistência.

Há muitos líderes indígenas que estão dentro do sistema de proteção do Ministério do Interior e Justiça, que dispõe de um escritório encarregado de proteger as pessoas que são vítimas de ameaças. O que estabelece o protocolo de segurança do Ministério é oferecer para a pessoa ameaçada um celular para que possa se comunicar com seus familiares e com as

---

⁴⁹ Na Colômbia existe atualmente uma universidade indígena que é a Universidad Autónoma, Indígena e Intercultural – UAI

autoridades, porém segundo Richard Leguízamo, “temos descoberto de maneira muito ruim que muitos desses celulares são espionados por pessoas às margens da lei”.

Em alguns casos é considerado que existam problemas de privacidade e segurança para as comunidades que adotam as TICs, como afirma Gustavo Ulcué,

os indígenas não estão acostumados a serem prevenidos em segurança das ferramentas tecnológicas, é fácil “hackear” os correios dos indígenas, porque as senhas q são os sobrenomes, o nome dos filhos, o número da identidade, não há esquemas de segurança, temos um computador e pensamos que ao possuir um antivírus é suficiente, mas não sabemos que precisamos ter um anti-espião, um *anti-malware*, um bloqueio de *cookies*, parece paranóico possuir tudo isso, mas é o que deve ser feito.

3.2.5. O apoio do governo de TICs para os povos indígenas colombianos

O governo nacional oferece projetos a partir de várias convocatórias sobre diferentes questões que incluem a oferta de TICs para diversas comunidades. Há uma preocupação por garantir o acesso à rede de internet a todos os colombianos, inclusive os povos indígenas. Porém, isto não garante o direito dos povos indígenas, porque, por exemplo, o governo procura instalar um ‘quiosque digital’⁵⁰ em determinado território. A instalação fica, portanto, a critério da decisão da comunidade, pois a mesma deve avaliar as condições, se haverá um processo de formação prévio à instalação, e se há ou não garantia de que vai ser mantido pelo governo, etc.

O projeto “Colômbia Digital”, o antigo “Compartel Nacional”, tinha como objetivo gerar conectividade em todo o território nacional, em todos os cantos do país, para Gustavo Ulcué ,

Teve-se um avanço na conectividade, mas houve um problema maior e o governo chegou com internet em lugares onde muitos nem tinham tido contato com ela, portanto não chegou da melhor forma pois não houve formação sobre esta ferramenta para que fosse adotada com consciência e utilizada de forma eficaz, além disso, o governo colocava as conexões, fazia manutenção uma vez ao ano, nos primeiros anos e depois não voltava mais, até que os aparelhos terminavam se desatualizando”.

Houve só um projeto do governo referente à formação, os “telecentros ou infocentros”, que eram lugares onde as pessoas aprendiam o básico de informática, como ligar ou desligar o

---

⁵⁰ Os quiosques digitais são pontos de acesso comunitário para a população de zonas rurais afastadas com mais de 100 pessoas. Esses pontos permitem que essas pessoas se conectem à internet e recebam capacitação gratuita sobre uso e apropriação de TICs, serviços de telefonia, assim como fazer trâmites e serviços com o governo para otimizar suas atividades econômicas.

computador, manipular o office, navegar pela internet, e ferramentas de desenho muito básicas, como “*Publisher*”. Contudo, o projeto não teve aprofundamento nem continuidade.

Por outro lado, com o apoio da Administração Distrital de Bogotá, a ONIC tem conseguido um espaço na televisão pública, assim criaram no ano de 2013, “Colômbia Nativa”, produção colombiana indígena. No momento em que foi realizada a entrevista em janeiro de 2014, foram emitidos 25 capítulos até dezembro de 2013. Em palavras de Richard Leguízamo, “trata-se de fazer televisão com indígenas para povos indígenas”.

Os capítulos foram transmitidos pelo Canal Capital de Bogotá e também foram colocados no canal próprio da organização no *YouTube*. Vale a pena mencionar, que por meio desta ação foi possível uma maior divulgação com o uso das TICs, além de receberem propostas da Televisão Técnica de Argentina, Portugal e outros países europeus para transmitir, editar e reproduzir seus programas.

Têm outros casos de apoio governamental em que o governo instala em alguns territórios indígenas computadores com internet, seja com energia solar ou elétrica e com conexão via satélite ou de rede de fibra ótica. No entanto, a questão aqui é que muitas vezes essas ferramentas recebem investimentos iniciais, mas dificilmente são mantidas pelo governo. Outro fator que dificulta a longevidade desses projetos é que não existem garantias jurídicas que permitam que os aparelhos sejam instalados em territórios indígenas que tenham sustentabilidade econômica para que os comunicadores possam realizar adequadamente seu exercício da profissão.

Adolfo Conejo enfatiza que em seu território, o departamento de Cauca, no qual existe bastante incidência de conflito armado, ataques, combates, bombardeios, não existem garantias para que os comunicadores consigam se mobilizar. Para este membro, os comunicadores só estão realizando seu trabalho porque há um compromisso organizativo e coletivo com os povos indígenas.

3.2.6. Financiamento das TICs na ONIC

Segundo Richard Leguízamo, “a maioria do financiamento acontece através de convênios de caráter multilateral que são estabelecidos com entes do governo ou com agências de cooperação internacional. Por exemplo, a ONIC tem dentro de seus processos de comunicação, o Sistema Indígena de Comunicação do qual fazem parte até o presente momento, cerca de 36 emissoras manipuladas por coletivos e organizações indígenas em

diferentes partes do país, sendo que a maioria dos aparelhos com os que estas emissoras trabalham foram conseguidos através de um convênio que se realizou com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional.

De forma que todo o tema sobre comunicações, tanto interna como externamente à organização é coordenado pela Conselheria de Comunicação e Pesquisa na direção do Conselheiro Álvaro Piranga Cruz, desde novembro de 2012. Ele é mandatado pela sua organização de base, pertence ao povo Coreguaje que possui sede no departamento de Putumayo na Colômbia.

Atualmente, há convênios com entes do governo como o Ministério das Tecnologias da Informação e as Comunicações MINTIC. Nesse sentido, o Convênio para a construção da Política Pública de Comunicações para os Povos Indígenas deve estabelecer uma direção, um manual de procedimentos sobre como deve ser o acesso, a participação e o uso de ferramentas de comunicação por parte dos povos indígenas.

Para Richard Leguízamo, “é um processo no qual envolvem-se a maioria das organizações regionais, pois estamos em processo de consolidar a informação para apresentá-la ao Ministério”. Para este caso há uma equipe presencial encarregada desde setembro de 2013 na ONIC e outras pessoas trabalhando em nível regional dos diferentes povos indígenas.

Adicionalmente, há convênios com a Agência Nacional de Televisão que levam em conta o tema de acesso a canais comunitários e canais públicos. Além disso, o governo também provê alguns equipamentos tecnológicos, exemplo disto foram as primeiras emissoras indígenas catalogadas como “emissoras de interesse público”, que se instalaram no ano de 2000. A questão é que nunca houve uma direção sobre como iam sustentar estes meios de comunicação, muitas vezes em algumas aldeias indígenas, com os recursos próprios, se fazia algum investimento para que os comunicadores pudessem exercer seu trabalho. Entretanto, muitas dessas emissoras tiveram que ser fechadas pelas suas condições econômicas precárias e adicionalmente a cobrança do espectro eletromagnético da empresa Sayco y Acinpro.

Outra forma de financiamento é que muitas organizações de base, apresentam projetos ao Ministério da Cultura, Ministério das TICs, ou a agências de cooperação internacional para conseguir alguns meios de comunicação para os processos coletivos. Nas comunidades indígenas que fazem parte das organizações de base, a questão do financiamento das TICs é pessoal ou de gestão de aldeias indígenas, muitas vezes são feitas solicitações à Secretaria da Educação, pois ela tem convênios com o MINTIC e as escolas recebem os computadores do

convênio “Computadores para aprender”, por parte do MINTIC ou os “quiosques digitais” aonde há mais acessibilidade.

Finalmente, para estabelecer um maior número de convênios com organizações nacionais e internacionais as TICs são básicas, pois efetivam os contatos e permitem sustentar a comunicação fluida. Exemplo disso são os convênios com o Programa de Desenvolvimento e Paz do Canadá, nestes convênios, para manter o contato com esta organização foi necessário usar o sistema de comunicação telefônica e tecnologia informática por meio da rede de internet.

3.2.7. Eventos recentes realizados através das TICs

Em novembro de 2013 se desenvolveu no território do departamento de Cauca, especificamente da Aldeia da Maria no município de Piendamó, o quinto encontro de organizações indígenas da Abya-Yala, que para os povos indígenas é a América Latina. A este evento chegaram comunicadores indígenas de aproximadamente 17 países da região onde foi analisado com profundidade o impacto dos processos de comunicação, tanto internos como externos nos povos indígenas da América Latina.

Ilustração 8- Divulgação do Quinto encontro de organizações indígenas da Abya-Yala

Fonte: Página web da ONIC

Também foi organizada com o auxílio de divulgação em diferentes redes sociais, a Quinta Reunião dos Povos Indígenas onde participaram cerca de 2000 pessoas, de 17 países. Foi um evento importante para povos tanto indígenas como não indígenas na medida em que o plano principal do evento era aportar, construir e levar uma visão diferente do que são os povos indígenas na América Latina a partir de olhares diversos.

A última Minga Nacional Indígena de 2013 foi organizada através do contato feito pela internet, telefone e rádio, tornando possível a convocação de pessoas a longa distância. O contato tornou possível transmitir informações sobre o evento, além de orientar as comunidades sobre como iria ser feita a mobilização e seus objetivos. Usaram-se muito as redes sociais, especialmente o *Facebook*. Segundo Celmira Lugo, “houve momentos nos quais a página desta rede se saturou de tanta informação que foi colocada ao mesmo tempo de diversos cantos do país”.

Ilustração 9– Divulgação da Minga Social Indígena

Fonte: Página web da ONIC

Espera-se que as TICs continuem contribuindo ao fortalecimento organizativo dos planos de vida e a defesa dos povos indígenas e, principalmente, que consigam divulgar casos graves e denunciar as dificuldades dos povos em diferentes eventos nacionais e internacionais.

3.2.8. Política Pública de Comunicação para os Povos indígenas colombianos, ONIC-MINTIC

A Política Pública de Comunicação para os Povos Indígenas (PPCPI) é um tema de construção coletiva e participativa para os membros da ONIC. Segundo Celmira Lugo, “é a resposta a uma luta inquietante sobre a questão da comunicação indígena levada pelo

movimento. Consideramos que não somos refletidos ou levados em conta dentro das políticas, decretos e leis que o governo tem incentivado”.

Assim, pode ser afirmado que não existiu, por vários anos, uma clara interpretação por parte do governo colombiano sobre a diversidade e muticulturalidade dos povos indígenas e, muito menos a intenção real pela inclusão em projetos que gerassem mudanças em favor destas comunidades.

Em 2013, se deu um grande passo por parte do governo para aproximar às comunidades indígenas às TICs por meio da construção da sua própria política pública de comunicação, houve uma conexão, enriquecimento e trabalho conjunto das comunidades indígenas articuladas por meio da sua organização nacional. Conforme assinala Emerson Díaz, “a ideia é nos articularmos com todos os processos no nível nacional de comunicação indígena e isto é o que tem sido conseguido até agora, vendo as formas de pensar desde a comunicação indígena”.

A PPCPI foi construída por um convênio entre o MINTIC e a ONIC. Por parte da ONIC foram cinco organizações nacionais que trabalharam fortemente com oito representantes, entre as organizações estão: a ONIC, a OPIAC (Organização dos Povos Indígenas da Amazônia Colombiana), o CIT (Confederação Indígena Tayrona da Serra Nevada de Santa Marta, AICO (Autoridades Indígenas da Colômbia), e Autoridades Tradicionais. Estas organizações constituem as macrorregionais do país, o que significa que se conseguiu abranger a totalidade da geografia colombiana com o objetivo de ter participação e equidade.

Dessa maneira, foram feitas reuniões nacionais para conseguir estabelecer as diretrizes do documento final, incluindo a diversidade das comunidades e povos indígenas através dos representantes indígenas que viajaram para a ONIC para levar a mensagem dos seus territórios.

As macrorregionais têm trabalhado de maneira articulada sobre a comunicação, esgotando as barreiras das organizações por meio da consecução de objetivos comuns. Richard Leguízamo, Gustavo Ulcué, Celmira Lugo, Mileydis Polanco e outros membros da equipe concordam que a política precisa ser concertada com cada um dos povos e as organizações indígenas. Em palavras de Gustavo “nós gostaríamos que fossem os 102 povos indígenas que existem na Colômbia, mais por causa da pressa, e esse desconhecimento por parte da institucionalidade para ter um documento pronto na brevidade, não é feito um exercício de realmente poder chegar a todas as comunidades”.

O documento da PPCPI foi requerido à ONIC inicialmente num prazo de seis meses, depois foi feita uma prorrogação de 3 meses, mas para a organização eram necessários cinco ou seis anos para construir uma política que realmente levasse em conta cada uma das necessidades dos indígenas. Porém, a PPCPI se constitui como um avanço, pois se espera que contribua aos planos de vida do movimento indígena.

Por meio das reuniões macrorregionais realizadas no marco de discussão da PPCPI conseguiram identificar vários aspectos, conforme destaca Mileydis Polanco,

a necessidade de fortalecer o tema da comunicação própria, estabelecer o plano de formação nacional para comunicadores indígenas, aumentar o acesso às tecnologias nas comunidades, conectar as emissoras por meio da internet, fortalecer o tema da educação em comunicações e, fortalecer os usos e costumes através das novas tecnologias, etc.

Dentro da PPCPI há seis capítulos, especificamente sobre o tema de TICs, onde encontra-se a discussão sobre “meios apropriados”, onde estão: rádio, televisão indígena, imprensa, redes sociais, internet, telefone celular, etc

Já foram feitos cinco documentários sobre a posição das comunidades indígenas sobre a política e espera-se que estes documentários sejam integrados às organizações, por exemplo, no *website* da ONIC será instalado um *banner* para quem queira conhecer mais sobre estes documentários.

A questão para as comunidades é que se avance de maneira progressiva com as garantias necessárias para que seja um exercício comunicativo respeitoso, harmônico, entre eles mesmos e a natureza, que exista equidade e garantias como as que possuem outros meios de comunicação massivos do país. Trata-se de entender que isto é um direito que os povos indígenas também têm e que deve ser garantido por parte do governo.

Com o documento final da PPCPI espera-se que cada um dos povos e organizações indígenas vejam como querem aplicar as propostas estruturadas segundo as dinâmicas e autonomias de cada povo.

3.3. DISCUSSÃO DOS ESTUDOS DE CASO

As organizações indígenas escolhidas como estudos de caso, COIAB e ONIC, são as maiores organizações indígenas de cada um dos países, Brasil e Colômbia. Essas organizações são originadas de movimentos de organizações menores e pioneiras na causa

indígena. O objetivo de ambas era atingir uma maior quantidade da população indígena em seus países. No caso brasileiro foi a FOIRN, a organização que impulsionou a criação da COIAB e na Colômbia foi o CRIC que promoveu a criação da ONIC.

Através dos estudos de caso, é possível afirmar que tanto a COIAB como a ONIC, desde o início de suas atividades, tiveram bandeiras similares de luta como manifestações e iniciativas em favor da causa indígena, principalmente no que se refere ao acesso aos territórios indígenas, à demarcação das terras, o respeito à pluralidade cultural, entre outros direitos básicos como educação e saúde diferenciada.

A difusão das suas reivindicações, valores, ideias e propostas foram essenciais desde sua criação. As organizações se constituíram como precursoras de muitas outras organizações de base, que hoje trabalham em rede, passando e repassando informações como ferramentas necessárias para o andamento e o objetivo de seus programas políticos.

Para a COIAB e a ONIC, o conceito de comunicação e informação é básico para uma melhor organização e mobilização com as outras organizações na medida em que administram o conteúdo de informação e comunicação internamente com o intuito de melhorar a atuação do movimento indígena externamente, extrapolando, de certo modo, as barreiras da demarcação indígena. Manter informados os seus participantes, seguidores e parceiros significa abranger um público cada vez maior, além de possibilitar o envolvimento participativo da população na tomada de decisões e a conscientização dos direitos e da importância da necessidade de que haja união para melhores condições das comunidades indígenas.

Como foi denotado ao percorrer os casos de estudo, a comunicação pode ser interpretada de diferentes maneiras, pois os povos indígenas possuem uma ampla diversidade cultural. Desse modo, suas interpretações sobre as distintas questões variam com alguns elementos gerais. Vale mencionar que, de certa forma, o conceito pode ser entendido desde o âmbito espiritual (cosmogônico, com a natureza e os maiores espirituais) e humano (de transmissão oral, meios próprios ou apropriados).

Atualmente, dentro da ONIC e da COIAB, existe uma combinação entre meios tradicionais de comunicação como jornais, televisão ou rádio e novos meios como as novas TICs tais como: *smartphones* ou internet. A comunicação para ambos os movimentos indígenas, brasileiro e colombiano é percebida a partir de suas organizações sociais como uma estratégia de resistência e luta para o fortalecimento da suas culturas e identidades. Através de

meios apropriados de comunicação como rádio, televisão, telefone celular e computadores, a COIAB e a ONIC conseguem que sua mensagem atinja uma grande quantidade de pessoas e influa na opinião pública.

No caso colombiano desde a década de 1980, a ONIC começou a se apropriar de alguns meios de comunicação como o jornal impresso ‘Unidade Indígena’, máquinas de escrever, telefax e chamadas de longa distância. Desse modo, surgiram na mesma época as primeiras emissoras indígenas do país, entre estas a da própria organização, ‘Dachi-bedeá’. Posteriormente, na década de 1990, quando foram criadas as páginas virtuais de várias organizações indígenas em convênio com o governo nacional, é criada nesse ínterim a página virtual da ONIC e se integram estes recursos os meios tradicionais às novas TICs.

Por parte da COIAB, em seus primeiros anos, era comum o uso do mimeógrafo a base de álcool, posteriormente de tinta, até que máquinas elétricas e aparelhos de FAX foram adquiridos. Nesse contexto foi criado o jornal ‘Informativo Trocano’ e, posteriormente, quando chegaram os primeiros computadores a página virtual da organização começou a ser articulada. A radiofonia e o uso de emissoras comunitárias é um recurso muito usado desde o começo da organização até hoje, para os povos indígenas brasileiros é um recurso muito útil, pois em várias regiões ainda não há acesso à outras tecnologias.

Dessa maneira, as organizações indígenas estudadas procuram fazer, de acordo com suas possibilidades, ações coletivas com distribuição, adaptação e modernização dos seus recursos disponíveis, assim como criação e intercâmbio de outros recursos. Os bens informativos produzidos, desde o jornal até os comunicados *on-line*, são somados ao uso da internet, por meio dos correios eletrônicos, páginas virtuais, redes sociais e aplicativos. A finalidade disso está diretamente relacionada com o objetivo de manter alianças com as organizações de base, outras organizações afins à causa e novos parceiros.

Com a apropriação de novos recursos tecnológicos é possível estabelecer redes de grupos organizados que se configuram a partir de atores coletivos reivindicatórios que centram sua importância na organização e gestão de recursos para a comunicação e mobilização. Por meio destes recursos, a organização se constitui como elemento fundamental que permite maximizar recursos em favor da coletividade, promovendo, dessa forma, a possibilidade de assinar parcerias.

No caso da COIAB, por meio das entrevistas realizadas, foi possível constatar que, atualmente, a organização passa por dificuldades financeiras. Apesar das dificuldades, a

organização procura fazer articulações em prol de melhorias para realizar com sucesso suas reivindicações por meio dos processos comunicativos entre os povos indígenas. As TICs se constituem como recursos que podem ser movimentados logisticamente para a organização e, conseqüentemente, para a consecução de seus objetivos. É um investimento inicial que é aproveitado ao longo da trajetória da organização, de maneira que reduz custos e traz maiores benefícios.

A organização denota uma redução dos custos, conforme o relato de Francinara Soares, ao mesmo tempo em que se incrementam as oportunidades nos diversos campos de atuação. Assim, são reduzidos os custos comunicativos, de difusão da informação, de distribuição, de suporte e ao mesmo tempo se organiza de melhor maneira a própria organização em sua infraestrutura organizativa.

A COIAB, apesar das dificuldades financeiras, procura promover processos de comunicação mediada por TICs para estabelecer parcerias com a Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA), o Instituto de Conservação Ambiental (TNC), a Fundação Ford, o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia IPAM, o Movimento dos Sem Terra (MST), o Conselho Indígena Missioneiro (CIMI), o *Greenpeace*, o Instituto Socioambiental (ISA), a *The Nature Conservancy* (TNC), o Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), o Centro de Culturas Indígenas do Peru (CHIRAPAQ), ONU mulheres e a Rede de Mulheres da América Latina, a Mídia Ninja, entre outros.

É importante mencionar que a acessibilidade aos recursos da organização não se limita aos recursos financeiros ou a infraestrutura da organização, mas aos indivíduos e grupos que os subministram. As TICs podem não ser resposta dos problemas da organização, mas são recursos que facilitam as parcerias e mobilizações que visam solucioná-las.

A COIAB procura estabelecer e retomar contatos com parceiros por meio da troca de e-mails (redes de correios eletrônicos como ANAIND), telefonemas e mensagens de texto. Entre as organizações de interesse, conforme foi mencionado no capítulo anterior, encontram-se FUNAI, BNDES, Governo do Estado de Amazonas, Governo do Mato Grosso, do Amapá e embaixada da Noruega.

As TICs facilitam a circulação da informação e convergem com os sistemas tradicionais de comunicação, permitindo uma maior interatividade entre os membros da organização e outros órgãos. Dessa maneira, atraem mais pessoas ao contexto da organização e permitem a criação de novas redes de atores sociais que possivelmente podem contribuir com a causa

indígena. Portanto, são criados novos contatos que relacionam as causas e reivindicações dentro de um contexto político.

No caso da ONIC, a organização conseguiu estabelecer vínculos com entidades como: a Agência da ONU para os Refugiados (ACNUR), o Ministério de Assuntos Exteriores e de Cooperação da Espanha, a Organização Canadense Católica para o Desenvolvimento e a Paz, Advogados sem fronteiras, a Assembleia das Primeiras Nações no Canadá, o Povo Indígena dos Inuitas do Canadá, o Povo Indígena dos Suam na Suíça, algumas organizações indígenas da Birmania; e no âmbito local, algumas organizações que não são filiais da ONIC, mas são afins à sua causa, movimentos sociais como o camponês, afrodescendente, a Mesa Nacional Estudantil, os grêmios de sindicatos, o Ministério das Tecnologias da Informação e as Comunicações da Colômbia MINTIC, etc. Vale a pena destacar o convênio estabelecido com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional, no qual foi possível obter financiamento multilateral para a criação de mais de 36 emissoras manipuladas por movimentos coletivos e organizações indígenas.

Estes convênios estabelecidos foram facilitados por meio do uso da internet, que se constitui como o primeiro meio de massa horizontal, interativo, de muitos para muitos. Este meio permite uma maior interatividade através de ambientes de relacionamentos em redes sociais, fóruns virtuais e aplicativos que permitem trocas de textos simultâneos e chamadas de videoconferência. Segundo as análises de Castells (2005), a Internet representa a estrutura descentralizada e horizontal dos novos movimentos da “sociedade em rede” e, aos poucos, as organizações indígenas começam a se incluir nesse contexto.

Diante dessas ferramentas facilitadoras, as organizações indígenas ONIC e COIAB, utilizam as TICs para se manifestarem e angariarem colaboradores, seguidores e simpatizantes da causa indígena na medida em que aproveitam estes recursos para expandir suas ideias e propostas, com um direcionamento a novas parcerias sociais, políticas e culturais que possam colaborar com as transformações sociais que defendam os interesses dessas manifestações.

É possível visualizar no seguinte quadro as formas de utilização das TICs nas organizações indígenas analisadas:

Quadro 2- Formas de utilização das TICs presentes na COIAB e a ONIC

Ferramenta TICs	COIAB	ONIC
Acesso à Telefonia celular	✓	✓
Acesso à internet	✓	✓
Correios eletrônicos corporativos por área de trabalho	✓	✓
Página web própria	*	✓
Rede Social <i>Facebook</i>	✓	✓
Rede Social <i>Twitter</i>	**	✓
Canal no sistema <i>YouTube</i>	○	✓
Listas de correios eletrônicos (bases de dados)	✓	✓
Boletins eletrônicos	✓	✓
Web rádio	○	✓
Rádios comunitárias	✓	✓
Rádios indígenas	○	✓
Uso de aplicativo <i>Skype</i>	✓	✓
Uso de aplicativo <i>Whatsapp</i>	***	***
Sala de videoconferência internacional	○	✓

Fonte: elaboração própria.

✓ Possui

○ Não possui.

* A página web da COIAB está sendo reestruturada para deixar o domínio comercial e passar ao domínio organizacional. Antiga página web <http://www.coiab.com.br/site/>, esta mudando para www.coiab.org.br

** Tweets desatualizados desde 2010. Embora que a COIAB possui até hoje a conta no endereço: <https://twitter.com/COIAB>

***A maioria dos membros usa o aplicativo *Whatsapp*.

Para responder a questão sobre quais são as contribuições das TICs na ONIC e na COIAB, foram selecionadas algumas variáveis mais relevantes para cada uma das organizações e segundo as entrevistas estruturadas se destacaram alguns pontos em cada caso que podem ser observados no seguinte quadro.

Quadro 3- Contribuições das TICs nas organizações indígenas COIAB e ONIC

Contribuições das TICs	ONIC	COIAB
Organização	Contribuem ao estabelecimento da lógica de rede. Maior interação e interconexão. Consequências com relação a sua estrutura e ação coletiva.	Facilitam a criação de redes de ação coletiva e colaborativa. Promovem a interação com colegas, parceiros, organizações internacionais etc.
Comunicação	Constituem-se como ferramentas de comunicação facilitadoras, por meio de boletins eletrônicos na página web, correios eletrônicos e redes sociais.	Facilitam as conferências ou troca de informações de maneira virtual, listas de correios eletrônicos, informações nas redes sociais. Reduzem os custos dos meios tradicionais de comunicação o qual na organização no momento é fundamental devido à problemática de falta de recursos financeiros.
Mobilização	Facilitam a promoção da mobilização principalmente por meio da página web, redes sociais, listas de correios eletrônicos. Ajudam ao esclarecimento de uma maior proporção dos povos indígenas sobre o por quê das mobilizações	Permitem o abastecimento de informações sobre agendas possíveis de mobilização especialmente na página da organização na rede social <i>Facebook</i> . Melhoram a conexão com outras organizações de base e comunidades por meio dos correios eletrônicos nos quais são divulgadas as informações sobre as

	e o que se pretende fazer com cada uma delas.	mobilizações ou passeatas.
Visibilizar	Promovem a visibilização, o conhecimento e a informação da situação dos povos indígenas colombianos no nível nacional e internacional. (Re)criam a própria identidade dos povos indígenas na sociedade, por meio do armazenamento de dados sobre as comunidades que são usados em vídeo-foros, reuniões ou assembleias programadas. As TICs têm sido utilizadas para gerar dinâmicas de fortalecimento cultural em aldeias indígenas, por meio da criação de aplicativos para a aprendizagem das línguas próprias, como o caso do ‘Nasa Yuwe entre outros e a geração de registros de rituais tradicionais que depois são levados às escolas e divulgados para as crianças indígenas. Existem sistemas de geolocalização de aldeias indígenas por meio do armazenamento de dados.	Visibilizam aos povos indígenas e não indígenas por meio do uso de redes sociais e correios eletrônicos promovendo os relacionamentos em favor da luta. Permitem e facilitam a criação de bancos de dados para disponibilizar mais informações no âmbito virtual.
Integração e articulação	É facilitada a integração dos povos e organizações indígenas dentro da sua diversidade por meio dos	Conseguem atender o máximo de organizações indígenas, isso acaba facilitando a comunicação e a

	processos de comunicação gerados. O uso e a apropriação das TICs, assim como a configuração de redes têm contribuído à articulação e ao surgimento de novas parcerias com muitas outras organizações nacionais e internacionais afins com a causa. A comunicação e o contato entre organizações e redes de outros países acontece, na maioria das vezes, a partir do âmbito <i>on-line</i>.	articulação entre as comunidades. Há maior integração entre as populações indígenas ou organizações que estão em partes distantes, inclusive nas quais não há acesso às tecnologias de comunicação por meio de mensageiros ou lideranças que recebem essas informações nos centros urbanos em correios eletrônicos ou através da página do <i>Facebook</i> e se mobilizam a estas localidades mais distantes.
Conscientização do público	Constituem-se como ferramentas chaves para a defesa e o fortalecimento dos planos de vida. Na página <i>web</i> e as redes sociais são expostas diferentes notícias sobre os povos indígenas e as relações e vínculos favoráveis para sua preservação. Promovem o resgate, e fortalecimento da cultura ancestral no público geral.	Divulgam amplamente as campanhas nacionais e internacionais em favor do respeito à diversidade. Permitem a conscientização do público indígena e não indígena sobre suas problemáticas.
Preservação do meio ambiente	O armazenamento de dados nos meios eletrônicos contribui a preservação do meio ambiente.	O armazenamento de dados nos meios eletrônicos contribui a preservação do meio ambiente.
Maior capacidade de	Promovem a discussão em rede, no âmbito virtual e no	Promovem a denúncia, divulgação e o posicionamento

denuncia (divulgação, posicionamento sobre diversas questões)	real por meio dos encontros previamente planejados <i>on-line</i>. Funcionam como fonte alternativa e acessível de informação, onde podem ser difundidas denúncias, eventos e informações não relatadas ou divulgadas de forma imprópria pela mídia de massa.	em relação às violações dos direitos dos povos indígenas ou as invasões em diferentes territórios. Intensificam a capacidade de denúncia instantânea promovida pelo uso da internet, páginas <i>web</i> e redes sociais, fundamentais para o trabalho de mobilização.
Propagação de causas de Apoio	É possível visualizar várias campanhas <i>on-line</i> na página web da organização e nas redes sociais <i>Twitter</i> e <i>Facebook</i>. O correio eletrônico permite enviar uma grande quantidade de comunicados, publicações, informes regionais ou nacionais para os membros inscritos.	Facilitam a promoção das problemáticas e causas de apoio dos povos indígenas por meio do uso de mensagens via celular ou computadores com acesso a internet (<i>Facebook</i>, listas de correios eletrônicos).

Fonte: elaboração própria

As TICs facilitam a convocatória para as mobilizações e as campanhas da causa das organizações indígenas, no seguinte quadro é possível visualizar alguns exemplos das mobilizações e campanhas mais recentes da COIAB, convocadas através da internet.

Quadro 4- Exemplos de mobilizações e campanhas indígenas divulgadas on-line pela COIAB

Mobilização	Data	Detalhes
Mobilização Nacional Indígena	30 de setembro a 5 de outubro de 2013	A mobilização foi convocada pela internet, por meio da página da COIAB no <i>Facebook</i> , a rede de correios eletrônicos ANAIND, o blog da APIB e as páginas web do CIMI e da FOIRN, entre outras organizações indígenas.
Mobilização dos povos indígenas do Amapá e norte do Pará	14 a 17 de abril de 2014	Divulgação pela página da COIAB na rede social <i>Facebook</i> e o blog da APIB. Foi realizada para comemorar também o Dia do Índio.
Acampamento Terra Livre (ATL)	26 a 29 de maio de 2014	Divulgado pela internet, no blog da APIB e da Grande Assembleia do Povo Guarani (ATY GUASU), na página do <i>Facebook</i> da COIAB, e nas páginas web das seguintes organizações indígenas: o CIMI, e a Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME).
Campanha sobre os direitos dos povos indígenas sob um olhar diferenciado	Durante o mês de maio de 2014	Divulgado na página do <i>Facebook</i> da COIAB. Esta campanha teve o intuito de conquistar o direito da homologação das terras indígenas, com a participação de alguns artistas conceituados da região.

Fonte: elaboração própria

No caso da ONIC a situação é similar, as TICs têm promovido a realização de distintas mobilizações e campanhas que têm recebido um grande número de pessoas de origem

indígena e não indígena que apoiam a causa, através da divulgação eficiente por meios tecnológicos.

Quadro 5 - Exemplos de mobilizações e campanhas indígenas divulgadas on-line pela ONIC

Mobilização	Data	Detalhes
Seminário Mundial sobre a Sociedade da Informação (Tunísia)	28-30 de novembro de 2005	Primero Seminário Indígena de TICs, auspiciado pela International Telecommunication Union e a Comissão Nacional para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas. Divulgado na página <i>web</i> da ONIC com a participação de membros da organização.
Minga Social, Indígena e Popular (18 departamentos colombianos)	12 a 20 de outubro de 2013	A convocatória foi completamente feita pelos meios tecnológicos, incluindo telefone, emissoras e a internet. Foi organizada através do contato feito pela página <i>web</i> da ONIC e outras organizações indígenas, houve divulgação nas rádios indígenas.
Quinto encontro de organizações indígenas da Abya-Yala (Cauca, resguardo da Maria no Município de Piendamó)	10 a 16 de novembro de 2013	Divulgação por parte da ONIC em diferentes redes sociais e a página <i>web</i> da organização. No evento participaram cerca de 2000 pessoas de 17 países.

Fonte: elaboração própria

Em ambas organizações, COIAB e ONIC, seus membros concordam que uma organização que usa TICs é mais fortalecida, pois consegue fazer acontecer reivindicações com mais velocidade. Dessa forma, o correio eletrônico e as redes sociais na internet acabam por expandir os limites das organizações através da troca de experiências e recursos com outros movimentos e organizações sociais.

A maioria das organizações indígenas procuram ter acesso aos novos recursos tecnológicos através de projetos e programas de doações ou cooperação internacional. É possível, através desta análise, ver a importância no caso da ONIC e suas parcerias estabelecidas com entidades não governamentais, porém muitos dos convênios mais recentes com o ente público têm favorecido fortemente a causa através de políticas públicas de comunicação.

No caso da COIAB há alguns convênios com organizações afins à causa, mas os projetos com o governo ficaram estagnados por causa do convênio com a FUNASA, em dezembro de 2001, que tem dívidas pendentes. Entretanto, a atual administração da COIAB está preocupada em retomar este apoio.

Na Colômbia a construção da Política Pública de Comunicações para os Povos Indígenas foi um grande passo para as organizações indígenas, pois estabeleceu uma direção, um manual de procedimentos sobre como deve ser o acesso, a participação e o uso das TICs por parte dos povos indígenas. No entanto, ainda há muito caminho a ser percorrido na fase da implementação. No caso brasileiro ainda falta estruturar uma política pública parecida, nas entrevistas realizadas se percebeu que os membros da COIAB gostariam de poder contar com um apoio ou recurso deste tipo.

Existe em ambas as organizações uma preocupação com a ampliação do acesso às TICs por parte do governo nacional a todos os territórios indígenas. Porém, para a solução de possíveis impasses no que tange as informações repassadas a partir das organizações aos diferentes povos indígenas, são organizadas formas alternativas para suprir a falta de comunicação através de dinâmicas ou metodologias que envolvem as representatividades ou as organizações filiais, as quais recebem as informações e, posteriormente, repassam às outras comunidades através da oralidade.

É importante mencionar que, embora as TICs sejam muito utilizadas atualmente, a ONIC e COIAB inseridas no contexto de outras organizações indígenas, ainda preocupam-se em manter o contato através de reuniões presenciais, sem a mediação de recursos tecnológicos de comunicação, já que este é um princípio fundamental para a cosmovisão indígena.

Diante dessas análises, pode-se observar que para as organizações indígenas estudadas, o uso das TICs deve ser considerado para auxiliar as necessidades dos povos indígenas. As TICs devem chegar no momento no qual as comunidades ou organizações solicitem estes recursos e o governo nacional por sua parte deve aumentar a penetração das TICs na medida

em que o direito seja solicitado. Dentro dos estudos de caso analisados foi percebido que existem várias preocupações por parte dos membros das organizações indígenas em relação à utilização das TICs. Para todos os membros da ONIC e da COIAB é importante saber usar estas tecnologias em favor da cultura indígena e dos conhecimentos tradicionais. A educação é uma ferramenta fundamental, para que não haja maiores interferências nas manifestações culturais dos povos indígenas. Dessa forma, as organizações estudadas procuram promover alguns programas de inclusão digital através de capacitações, formação integral e, ainda, conscientização sobre a utilização das TICs, na medida em que dispõem dessas ferramentas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os movimentos sociais são construídos por atores sociais que se organizam para gerar mudanças na sociedade por meio da ação coletiva de grupos da sociedade civil que se mobilizam para divulgar e compartilhar causas através de uma identidade coletiva comum em diversos contextos sociais.

A importância dos movimentos sociais é fundamental para a reivindicação da inclusão social de grupos desconsiderados pelo restante da sociedade ou até mesmo pelo governo, através da conquista do respeito ao pluralismo e à diversidade. Nesse sentido, os movimentos sociais se configuram como redes horizontais que constituem um sistema de compartilhamento e igualdade. São formados e idealizados por atores da mudança social que são capazes de exercer influência decisiva na vida pública, pois, são produtores de novos valores e objetivos políticos em torno dos quais pretendem transformar as instituições da sociedade a fim de representar esses valores, criando novas formas de democracia para reorganizar a vida social.

Desse modo, a partir do panorama apresentado no decorrer deste trabalho, torna-se possível compreender que os movimentos sociais contribuem para a democratização da sociedade, pois representam formas alternativas de participação na política institucional que procuram incluir na agenda governamental reivindicações que satisfaçam uma verdadeira governabilidade democrática por meio do exercício da cidadania, incluindo as minorias dentro da sociedade, além disso, atuam como agentes de controle e de reforma.

Inseridos neste cenário estão os movimentos indígenas que, de certa forma, se destacam entre outros movimentos transformadores presentes na América Latina. Conforme foi possível apreender ao longo deste trabalho, o movimento indígena se dá através de grupos organizados

que ganharam uma dimensão que, por meio de suas manifestações e reivindicações conseguem extrapolar as fronteiras nacionais impostas pelas divisões políticas, causando impacto internacional e, conseqüentemente, reafirmam uma postura de resistência frente às suas características culturais, sociais e políticas.

A partir da investigação inicialmente proposta foi possível averiguar que nos movimentos sociais a comunicação é um fator fundamental, pois permite a construção de novas formas de organização, possibilitando que qualquer indivíduo seja agente ativo no ciclo de produção e recepção de informações. A comunicação, nesse caso, pode ser considerada uma estratégia de resistência e luta para o fortalecimento da cultura e identidade. No caso dos povos indígenas, a comunicação desde os primórdios de suas manifestações pode ser compreendida a partir do âmbito espiritual (cosmogônico, com a natureza e os maiores espirituais) e humano (de transmissão oral, meios próprios ou apropriados).

No segundo caso, mais especificamente, a partir dos meios apropriados, pode-se considerar que a comunicação mediada vem ganhando espaço de forma considerável na manifestação indígena, promovendo facilidades nos relacionamentos interpessoais e entre grupos. Este fator preocupa os mais conservadores da resistência da cultura indígena, pois a comunicação mediada por tecnologias representa avanços de outra cultura advinda de uma sociedade que vem massacrando a cultura indígena a partir de uma ideologia dominante. No entanto, não considerar essas ferramentas como facilitadoras nos processos de resistência e luta da causa indígena pode excluir a possibilidade de expressão e mobilização de grupos e organizações indígenas, já que, a sociedade da informação é configurada pela relação social dada por meios tecnológicos de informação e comunicação.

Torna-se imprescindível considerar que a globalização tem trazido consigo o desenvolvimento da sociedade da informação como novo paradigma socioeconômico moderado por transformações técnicas, organizacionais e administrativas. Estes processos de modernização exigem mudanças em todos os contextos sociais, assim as TICs são importantes para facilitar a interconexão das pessoas também no âmbito das organizações sociais. As redes podem oferecer vantagens na medida em que são tomadas como ferramentas de organização por sua flexibilidade e adaptabilidade que se constituem como características fundamentais para se sobreviver e prosperar num ambiente de rápidas alterações.

Entretanto, conforme foi analisado ainda no segundo capítulo, existem diferenças sociais entre os diferentes países do mundo que devem ser levadas em consideração. Os países

desenvolvidos mostram um alto índice de inovação tecnológica e os países da América Latina como o Brasil e a Colômbia, apesar de procurar ampliar e promover o desenvolvimento das TICs com o intuito de diminuir sua condição de subdesenvolvimento, ainda precisam desenvolver melhores estruturas para alcançarem melhores índices. No caso das organizações indígenas destes países, ambas procuram ter acesso aos novos recursos tecnológicos através de projetos e programas de doações em nível nacional ou por meio da cooperação internacional.

Diante desse contexto, neste trabalho foi analisado o movimento indígena, representado por duas organizações indígenas, uma brasileira: a COIAB, e uma colombiana: a ONIC. Conforme os estudos de caso de cada uma das respectivas organizações, a comunicação é efetivada através de meios próprios e apropriados de comunicação. Meios próprios como a comunicação oral, transmissão de mensagens nas reuniões, mingas, mobilizações, etc, e, meios apropriados que podem ser os tradicionais como rádio, televisão ou telefone celular, assim como as novas TICs entre as que se destacam os *smartphones* ou a internet.

Porém, no decorrer dos estudos de caso, conclui-se que a utilização das TICs não pode ser considerada como resposta aos problemas dos povos indígenas, mas auxilia suas organizações, facilitando as parcerias e mobilizações que visam solucionar muitas questões das necessidades desses grupos. Para os membros da COIAB e ONIC existem várias preocupações em relação à utilização das TICs, pois cada vez mais as comunicações acontecem por meio de recursos tecnológicos, seguindo na contracorrente das manifestações tradicionais indígenas. Nesse sentido, ações de conscientização e capacitação para o uso destas tecnologias são importantes para que essas práticas aconteçam em favor da cultura indígena e dos conhecimentos tradicionais. Desse modo, apesar da precariedade de recursos, busca-se promover alguns programas de inclusão digital através de aulas para que não haja maiores interferências nas manifestações culturais dos povos indígenas.

Trata-se de promover o trabalho em rede, passando e repassando informações para o andamento e o objetivo de diferentes programas políticos. Da mesma forma em que se mantém informados os seus participantes e seguidores, procurando abranger um público cada vez maior, além de possibilitar o envolvimento participativo das comunidades na tomada de decisões e a conscientização dos seus direitos em favor de melhores condições de vida.

Dessa forma, as TICs têm impactos positivos dentro das organizações indígenas, pois se constituem como um recurso de capital informacional de maneira que oferecem benefícios,

pois facilitam a realização de tarefas que antes eram inviáveis às organizações pelos altos custos como a criação de meios próprios de comunicação, e a organização e articulação global, entre outras. Nesse sentido, a internet pode reduzir os custos desse tipo de ação coletiva.

As TICs têm sido apropriadas por membros da COIAB e da ONIC como ferramentas que potencializam a comunicação e a circulação da informação horizontal, o acesso de dados e a troca de mensagens, contribuindo positivamente aos protestos sociais, cedendo novas formas de espaços públicos para os indígenas e, dessa forma acabam promovendo mudanças sociais.

A internet tem se estabelecido como rede de comunicação horizontal, que tem adequado novos usos dentro das organizações indígenas, promovendo a participação ativa das bases, e a instauração de redes de compartilhamento usadas para gestar outros recursos fundamentais como a própria participação dos membros, lideranças ou das comunidades indígenas assim como a divulgação da informação.

Da mesma maneira, as TICs facilitam a intercomunicação por meio dos computadores e celulares com acesso a internet que aumentam a difusão e aproveitamento das oportunidades políticas, colocando as organizações indígenas no debate público a partir de uma posição mais visível da sociedade frente aos centros de poder da esfera pública. Adicionalmente, por meio destas tecnologias é facilitada a publicação de imagens, vídeos e comunicados que incidem nas estratégias de repressão dos Estados, além de atravessar barreiras nacionais até chegar a qualquer canto do mundo em favor da procura de apoios internacionais que sirvam para fazer pressão nos governos locais.

Dessa forma, as TICs viraram componentes necessários da ação coletiva tanto no âmbito local como no global, pois são consideradas um canal de comunicação efetivo com pessoas, grupos, culturas, governos e organizações nacionais e internacionais, e, se constituem como ferramentas para ampliação, difusão e reconhecimento. Estas ferramentas favorecem o desenvolvimento de novos processos constitutivos dentro das organizações. Com isso, é possível observar um maior ativismo político reforçado pelas novas tecnologias.

Dentre as possibilidades de ferramentas tecnológicas utilizadas, a internet é a que oferece maior facilidade ao acesso e troca de informações entre os sujeitos individuais e coletivos, promovendo o aumento da participação cidadã, pois, é através dela que é dada uma comunicação de massa que processa mensagens de muitos para muitos por meio de redes horizontais de um formato de relação interativa que, se for empregada para os devidos fins,

pode fortalecer a democracia e contribuir para o controle e a apresentação de demandas por parte da população. A internet diminui os custos de difusão da informação e consegue mobilizar os indivíduos e movimentos de diferentes localidades com eficácia. Porém, é importante ressaltar que o uso das TICs para as organizações indígenas não substitui as formas tradicionais de comunicação ou mobilização, mas sim as complementam e as reforçam.

Com base nos novos fluxos de comunicação criados pelas redes sociais disponíveis na internet e através das listas de correios eletrônicos é facilitada a criação de conexões das organizações indígenas entre um número maior de indivíduos e a consecução de projetos por meio das diversas redes que se concretizam a partir de opiniões pessoais ou filiações organizacionais, fomenta a organização de forma horizontal, interativa e descentralizada assim como a maior participação ativa dos seus membros e novos adeptos da causa.

Os movimentos sociais parecem estar redefinindo sua lógica de espacialidade e temporalidade conforme os novos fluxos de compartilhamento que maximizam seus recursos. As organizações indígenas, de acordo com suas possibilidades, têm procurado se modernizar ou acompanhar os avanços tecnológicos para aumentar as ações coletivas, os bens informativos produzidos, a mobilização de recursos e a manutenção e criação de alianças essenciais, poupando suas economias no que se refere a custos de materiais comunicativos de difusão da informação, de distribuição, de suporte e de organização da infraestrutura dos processos.

Através das entrevistas realizadas é possível verificar que a COIAB passa por dificuldades financeiras, mas apesar disso, a organização procura manter e fazer novas articulações com outras organizações e associações em prol de melhorias para realizar com sucesso suas reivindicações. As TICs são consideradas dentro da organização como um investimento inicial que deve ser feito para reduzir custos e trazer maiores benefícios à coletividade, incrementando as oportunidades. Entre os recursos usados para esses fins encontram-se a troca de correios eletrônicos, os telefonemas e mensagens de texto que se traduzem na criação de redes de atores sociais que contribuem para a causa através de reivindicações indígenas.

Por sua parte a ONIC tem aproveitado o uso de TICs na medida em que tem aumentado seus vínculos com diferentes entidades. Os relacionamentos mais recentes têm sido mediados pelo uso da internet através de troca de correios eletrônicos e videoconferências pelo *Skype* que colocam a internet como um meio de massa horizontal, interativo e descentralizado. Da

mesma forma, promove a criação de espaços de discussão, troca de informação e o aumento da visibilidade da organização, articulando ações locais, regionais, nacionais e internacionais na rede.

Tanto na COIAB, como na ONIC o uso das TICs contribui para a organização e comunicação de suas manifestações, pois estas ferramentas colaboram para o estabelecimento da lógica de rede dos membros e parceiros, assim como possibilitam uma maior interação e interconexão entre eles. Esse fator promove consequências na estrutura organizativa e na ação coletiva. A comunicação em ambas as organizações é facilitada por meio do uso de boletins eletrônicos, publicação nas páginas *web*, correios eletrônicos e redes sociais que facilitam impactos na mobilização que também é promovida pela internet e os meios tradicionais de comunicação como o telefone e o rádio.

Por meio da utilização de meios apropriados de comunicação conseguem promover maior visibilidade à suas organizações e conjuntamente aos povos indígenas dos seus respectivos países. São criados simultaneamente aplicativos ou ferramentas em distintos *softwares* para guardar bancos de dados sobre as comunidades, promover sua identidade e fortalecer sua cultura. Muitas organizações e povos indígenas de ambos os países conseguem se integrar dentro da sua diversidade pelos processos de comunicação implementados e, a partir disso, são geradas novas articulações que permitem a associação de novos parceiros nacionais e internacionais a favor da causa.

Os correios eletrônicos e o uso de aplicativos como *Skype* ou *Whatsapp* fazem das TICs ferramentas para a gestão de tarefas ou de intercâmbio de ideias e propostas. Dessa forma são consideradas importantes no momento em que não há possibilidade de um encontro presencial pela conjuntura das organizações. No caso das organizações indígenas, como elas reúnem comunidades afastadas ao redor do país, o envio de mensagens e a publicação nas redes sociais permite a comunicação entre muitas pessoas, facilitando os fluxos informativos, seja diretamente ou através de mensageiros que recebam e passam as informações.

O chamamento às reuniões físicas também é facilitado pela internet, pois se denota como uma ferramenta que agiliza a convocação às assembleias e reuniões, assim como prepara de alguma maneira ao debate das mesmas. Por meio das convocações nas redes sociais muitos membros das comunidades acessam e debatem previamente as reuniões ampliando a participação.

Nesse sentido, dentre as hipóteses inicialmente lançadas, conclui-se que as organizações indígenas atuam e se comunicam em rede, constituindo uma comunidade entre os que compartilham a identidade ou a causa. Da mesma forma, as TICs são meios que podem ser usados em favor da conservação e difusão da cultura e memória coletiva, reforçando sua identidade e reivindicações, desde que essas questões sejam devidamente refletidas e conscientizadas pelos grupos indígenas que atuam nas referidas organizações.

No entanto, seria um equívoco atribuir às TICs o papel de centralizadoras no processo organizativo e de mobilização. Na maioria dos casos, essas ferramentas são utilizadas para lançarem, através de certos conteúdos, informações e comunicações referentes às necessidades dos grupos indígenas e, desse modo, proporcionam a divulgação da causa, novos contatos e parcerias. Portanto, as TICs fazem parte de um processo que se inicia a partir da constatação de certas necessidades, posteriormente, reuniões presenciais idealizadas por lideranças, para que, por fim, as reivindicações atinjam seus propósitos.

Devido a problemática de falta de acesso as TICs em muitos locais do Brasil e da Colômbia, existe em suas organizações indígenas uma preocupação com a ampliação do acesso às TICs por parte dos governos nacionais a todos os territórios indígenas. Porém, esta falta de acesso em algumas das regiões é suprida por dinâmicas que envolvem líderes e mensageiros que recebem informações nos centros urbanos e repassam através da oralidade às outras comunidades que ficam mais afastadas e não possuem esse acesso.

Desse modo, considera-se que as TICs podem promover a conscientização do público indígena e não indígena na medida em que a cultura de cada grupo seja privilegiada e preservada. Para tanto, deve haver contribuições das diferentes comunidades aos seus territórios por meio da postagem de informações sobre o fortalecimento dos planos de vida e da cultura ancestral. Isto permite, conseqüentemente, uma maior capacidade de denúncia ou divulgação sobre diversas questões dos povos, pois maximizam a discussão nas redes de internet que funcionam como um recurso eficiente nas quais é possível expor as diversas causas de apoio indígena a um número maior de indivíduos, conseguindo, dessa maneira, fomentar as reivindicações mais rapidamente, com uma maior capacidade de divulgação de conteúdos, em qualquer espaço ou tempo, além de promover a interação com movimentos em intervenções midiáticas e comunicacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AKUTSU, Luiz; PINHO, José Antônio Gomes de. *Sociedade da informação, accountability e democracia delegativa*. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 36, n. 5, set./out. 2002.
- ALBERT, Bruce. *Associações indígenas e movimentos sustentáveis na Amazônia Brasileira*. Instituto Socioambiental, 2010.
- ALCÂNTARA, ANA. *A internet e o Fórum Social Mundial*, São Paulo, 2009.
- ALONSO, Luis Enrique. "Los nuevos movimientos sociales en el umbral del año 2000", *Documentación Social*, 1998. 111: 155-177.
- ARAÚJO, André A. *Marcos históricos e jusfilosóficos da participação política*. 2009
- ARRUDA, Rinaldo. "Existem Realmente Índios no Brasil?" In: São Paulo em Perspectiva, 1994; 8 (3):77-85
- BABBIE, E. *The practice of social research*. 4th ed. Belmont, Wadsworth Publ., 1986.
- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Editora Gráfica Prol. 2008.
- BARRETO, Aldo de Albuquerque. *As tecnologias intensivas de informação e comunicação e o reposicionamento dos atores do setor*. INFO 97, Cuba, 1997. Disponível em: <<http://aldoibct.bighost.com.br/Info97Cuba.pdf>>. Acesso em: ago 2013.
- BARRETO DOS PASSOS, Lilianny Rodriguez. *Associações Indígenas: um estudo das relações entre Guarani e Terena na Terra Indígena de Dourados –MS*. Dissertação (Mestrado). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2007.
- BAUMAN, Z., *Modernidad líquida*, México, FCE, 2006.
- BAUTISTA, M. *Tecnologias de informação e comunicações (TICs) e mobilização social no Brasil*. CELACC/ECA. 2013.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, D.F.: Senado Federal, 1988.
- BELL, D. *O Advento da Sociedade Pós-Industrial*. São Paulo. Cultrix. 1974.
- BENKLER, Y. *The Wealth of Networks*. Lecture presented on April 18, 2006 at Harvard Law School. Cambridge: Harvard Law School. Retrieved December 21, 2006.
Em: http://cyber.law.harvard.edu/audio/uploads/12/58/benkler_2006-04-24.mp3

BERNAL DE ALARCÓN, Patricia. *Debates en torno a la comunicación política en internet*. Signo y Pensamiento 2001, XX (Sin mes): [Fecha de consulta: 16 de septiembre de 2013] Disponible en: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=860117170004>> ISSN 0120-482

BID. *Iniciativa DigiLAC*, dados IDBA 2012, Banco Interamericano de Desenvolvimento. Disponível em: <http://kp.iadb.org/digilac/es/Paginas/Iniciativa.aspx>

BORBA & THOMAZI. *TIC, educação e projeto de trabalho: uma experiência no terceiro setor*. Revista Tecnologia e Sociedade - 1ª Edição, 2013. 2013. Disponível em: http://files.dirppg.ct.utfpr.edu.br/ppgte/revistatecnologiaesociedade/rev16/r16_a2.pdf

BUZAI, G. *Cibergeografía y la destrucción del "mito" de la red mundial sin centro*. Em: Estudios Socioterritoriales. Revista de Geografía Año II, Nº 2. CIG – FCH – UNCPBA, 2001.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.

_____. *A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Política*. Em: *A Sociedade em rede do conhecimento à ação política*. ed. Imprensa Nacional – Casa da Moeda. Belém, 2005

_____. *Comunicación y Poder*. Madrid: Alianza, 2009.

_____. *Redes de indignação e de esperança: movimentos sociais na era da internet* (1. ed.). (C. A. Medeiros, Trad.) Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTOR, B. V. J. *O Brasil não é para amadores: Estado, Governo e Burocracia na terra do jeitinho*. Curitiba: EBEL: IBQP-PR, 2000.

_____. *Atualizando o Modelo Administrativo Brasileiro: as promessas e perspectivas do governo eletrônico*. Em: XXV ENANPAD. Anais em CD. Campinas: Anpad. Setembro 2001.

CETIC. *Pesquisa TICs em organizações sem fins lucrativos 2012*. Disponível em <<http://www.cetic.br/tics/osfil/2012/geral/C3/>>.

CÉSAR, Regina Escudero. *A comunicação pública como práxis no processo de mediação é mobilização da sociedade civil na esfera pública*. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, 2012.

CGI. *Página web do Comitê Gestor da Internet no Brasil*. Disponível em: <http://www.cgi.br/>

CLAD. CENTRO LATINOAMERICANO DE ADMINISTRACIÓN PARA EL DESARROLLO. *El gobierno electrónico como medio para acercar el Estado a la ciudadanía*. 2004.

COSTA, Sérgio. *Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais*. Revista brasileira de ciências sociais, São Paulo, v. 12, n.35, out. 1997.

COUTINHO, L. *A Terceira Revolução Industrial e Tecnológica*. Economia e Sociedade, Campinas, SP, n.1, ago. 1992.

CRUZ, Maurício S. *Tecnologia de Informação no espaço público: o caso Telecidadão no Paraná*. São Paulo, 1999. Dissertação (Mestrado) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.

CUNHA, M.A.; CRUZ, M.S.; *Tecnologia de Informação no Setor Público: o Uso de Meios Eletrônicos no Relacionamento do Parlamentar com o Cidadão e com o Poder Executivo*. In: XXVII ENANPAD. *Anais em CD*. Atibaia: Anpad. Setembro 2003

DAGNINO, Evelina. *Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania*. Política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DAHL, Robert. *Democracy and Its Critics*. New Haven: Yale University Press, 1989.

_____. *La democracia. Una guía para los ciudadanos*, Madrid, Taurus, 1999.

_____. *Poliarquia: Participação e Oposição*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

_____. *Sobre a democracia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

DALTON, R.J. y KUECHLER, M. *Los nuevos movimientos sociales*. Valencia: Editorial Alfons el Magnànim, Generalitat Valenciana y Diputació Provincial de València, col. Política y Sociedad nº 8, 1992, 427 páginas.

DAVIS, Richard. *Politics Online: Blogs, Chatrooms and Discussion Groups in American Democracy*, Routledge, London and New York, 2005.

DI PIETRO, M. S. Z. *Direito Administrativo*. São Paulo: Atlas, 2006.

DORNELAS, J. HOPPEN, N. Contradições inarredáveis de uma forma não usual de Gestão Pública In: XXV Encontro Anual Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração. *Anais em CD*. Campinas: Anpad. Setembro 2001.

DUPAS, Gilberto. *Ética e poder na sociedade da informação*. De como a autonomia das novas tecnologias obriga a rever o mito do progresso. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FREY, K. “Governança Urbana e Redes Sociais o Potencial das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação”. In: XXVII Encontro Anual Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração. *Anais em CD*. Atibaia: Anpad. Setembro 2003.

FRICK, María M.. *Participación Electrónica Hacia un Gobierno Abierto en América Latina*. 2005.

GARCÍA CANCLINI, Néstor; Ed., *Políticas culturales en América Latina*, México, D.F., 3ª Edición, Grijalbo, 1987.

GRAY, David. *Doing Research in the Real World*. 2nd Edition. SAGE. 2010

GOHN, Maria da G. *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis: Vozes. 2003.

GUMUCIO-DAGRON, Alfonso, *Las cinco condiciones esenciales para las TIC en el desarrollo en FAO, Secreto a voces NTICS e interactividad*, Roma 2004, disponível em: <ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/006/y4721s/y4721s00.pdf>

HABERMAS, Jürgen. *O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. *A nova intransparência: a crise do estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas*. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 18, p. 103-114, 1987

_____. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. v. I e II Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

_____. *Era das transições*. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

_____. *A transformação estrutural da esfera pública: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa*. Tradução João Pissara Nunes Esteves. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2012.

HUNTINGTON, Samuel P. *A terceira onda*. São Paulo: Ática, 1994.

HURTADO, D. “*Entre el Pacifismo y la Energía Nuclear (1930-1955)*”, en A. Gangui (ed.): *El universo de Einstein: 1905 – annus mirabilis – 2005*, Buenos Aires, Eudeba. 2007.

IANNI, O. *Teorias da globalização*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

INTERNET WORLD STATS. *Página web da organização*, disponível em: <http://www.internetworldstats.com/stats2.htm#americas>

IBGE. *Folder Brasil Indígena*. Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística, 2013. Disponível em:

<http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/ascom/2013/img/12-Dez/pdf-brasil-ind.pdf>>, acessado em 23 de maio de 2014.

INFOPÉDIA. *TIC. Enciclopédia em linha*. Porto: Porto Editora, 2003-2013. [Acesso. 2013-09-10]. Disponível na www: <URL: [http://www.infopedia.pt/\\$tic](http://www.infopedia.pt/$tic)>.

JARDIM, José Maria. *Capacidade governativa, informação e governo eletrônico*. DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação, v.1, n.5, out. 2000.

JUNIOR, Hélio Santiago Ramos & ROVER, Aires José. *Democracia Eletrônica na Sociedade da Informação*. 2007.

LAUDON, Kenneth C., LAODON, Jane P. *Sistemas de informação gerenciais*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007, 7. ed.

LEADBEATER, C (2004) *Personalisation through participation: a new script for public services*, Demos, London, UK.

LEITE, José Corrêa. *Fórum Social Mundial: A história de uma invenção política*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

MADEIRA, Sofia Pereira. *Perfil demográfico e estimativas de Paridade dos Guarani nas regiões Sul e Sudeste do Brasil*. Dissertação (Mestrado). Campinas: Universidade Estadual de Campinas. 2010.

MARTINS, Antônio Manuel. *Modelos de democracia*. *Rev. Filosófica de Coimbra*, 1997, vol. 11, p. 85-100.

MATTELART, Armand. *Los medios de comunicación en tiempos de crisis*. Siglo XXI Editores. 7ma. Edición. México. 1998.

_____. *La sociedad global de la información: un mito*. Conferencia en la Escuela de Ciencias de la Información en la Universidad Nacional de Córdoba, Argentina julio, 2004. Em: www.redvoltaire.net, Acesso em: 20/07/2014.

MELLO, C. A. B. de. *Curso de Direito Administrativo*. São Paulo: Malheiros, 2008.

MELLO, Gilmar Ribeiro; SLOMSKI, V. ; RICCIO, E. *Study of Electronic Governance Practices: Controllershship Instrument for Decision-Making in the Management of the Brazilian States*. In: Danilo Piaggese; Kristian Sund; Walter Castelnovo. (Org.). *Global Strategy and Practice of E-Governance: Examples from Around the World*. Hershey, Pennsylvania, USA: IGI GLOBAL, 2011, v. , p. 157-184.

MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente*. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MINTIC. *Página web do Ministério das Tecnologias de Informação e Comunicação* (Colômbia). Disponível em: www.mintic.gov.co/.

MITRE, M.; DOIMO, A. M.; MAIA, R. *Movimentos sociais, Internet e novos espaços públicos: o caso da DH Net. Comunicação & Política*, v. X, n. 1, p. 63-92. 2003.

MONTAÑO, C., & DURIGUETO, M. L. *Estado, Classe e Movimento Social*. São Paulo: Cortez, 2010.

MORAES, D. *Comunicação virtual e cidadania: movimentos sociais e políticos na internet, Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, v. 2, p. 142-155, jul./dez 2000.

_____. *Novos paradigmas éticos na comunicação virtual*. In. Z – Revista eletrônica do Programa Avançado de Cultura Contemporânea da Universidade Federal do Rio de Janeiro, nº 1, julho de 1999. Disponível em: www.ufrj.br/pacc/z

MST. Documento: *Manual de redação para os veículos do MST*, 2011.

MUESES, Carlos. *Estado y movimientos Indígenas en Colombia: Elementos para una aproximación histórica*. REVISTA CCEHS. Multiculturalidade e movimentos Indígenas na América Latina.

MÜLLER, Friedrich. *A democracia, a globalização e a exclusão social*. Anais. Salvador, 11-15 de nov. 2002. Volume I. Brasília: 2003.

MUNCK, Gerardo. *Los Orígenes y la durabilidad de la democracia en américa latina: avances y retos de una agenda de investigación*. Revista de ciência política, Vol. 30, No. 3, p. 573-597; 2010. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-090X2010000300001; Acesso em: 28-04-2014.

NEPOMUCENO, C. *As plataformas do conhecimento*, DataGramZero , Revista de Ciência da Informação - v.8 n.5 out/07 , Disponível em: http://www.dgz.org.br/dez07/Art_05.htm , Acesso em: 23 ago. 2008.

ONIC. *¿Emisoras de los indígenas, emisoras para los indígenas?*. Estudo sobre rádios indígenas, Informe final. Março de 2009.

_____. *Página web*. Disponível em: <http://cms.onic.org.co/>

PAEHLKE, Robert (1996): *Environmental challenges to democratic practice*. In: William M. Lafferty e James Meadowcroft (orgs.): *Democracy and the environment: problems and prospects*. Cheltenham/Brookfield: Elgar 1996, pp.18-38.

PEREIRA, Eliete da Silva. Ciborgues indígenas.br: a presença nativa no ciberespaço. São Paulo: Annablume, 2012. (Coleção ATOPOS. Série Galileo).

PATEMAN, C. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PETRAS, James & VELTMEYES Henry. *Movimientos Sociales y Poder Estatal. Argentina, Brasil, Bolivia, Ecuador*. Editorial Lumen S.A. de C.V., 2005. , México D.F., México.

PETRAUSKAS, R. “*Los principios y la implementación de la democracia electrónica*”. 2006. Em: GALINDO, F. (Coord.). *Gobierno, Derechos y Tecnología: Las actividades de los poderes públicos*. Thomson Civitas, Universidad de Zaragoza (Espanha), 2006. pp. 85-113.

GALINDO, F. (Coord.). *Gobierno, Derechos y Tecnología: Las actividades de los poderes públicos*. Thomson Civitas, Universidad de Zaragoza (Espanha), 2006. pp. 85-113.

PIOVESAN, A., & TEMPORINI, E. R. Pesquisa exploratória: *Procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública*. *Revista de Saúde Pública*, 29, 318-325, Ano 1995.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. Em: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. LANDER, Edgardo (org). Buenos Aires: Conselho Latino - americano de Ciências Sociais - CLACSO, 2005.

RAMOS, R.E.B.; RAMOS, A.S.M.; *As práticas internacionais de estratégia de governo eletrônico e inclusão digital e as perspectivas para estratégia de política pública no Brasil: os casos de Estados Unidos, Reino Unido e Canadá*. In: XXVII ENANPAD. *Anais em CD*. Atibaia: Anpad.

PARAMIO, Ludolfo. *Democracia y movimientos sociales en América Latina*. *América Latina Hoy*, núm. 1, julio, 1991, pp. 13-17, Universidad de Salamanca, España. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=30800101>, Acesso em: 24 de abril de 2014.

REDCLIFT, Michael & WOODGATE, Graham. *Sociology and the environment: discordant discourse?* In: REDCLIFT, M. & BENTON, T.. *Social theory and the global environment*. London/New york, Routledge, 1994.

RENAN, Marcio.; WIRTH, Leo. *Democracia Participativa e Desenvolvimento*. *Revista Desenvolvimento em questão*. Editora Unijuí, N°7, Jan-Jun, 2006.

RIBEIRO, M. M. . *Como o governo eletrônico pode aumentar a transparências das compras governamentais?*. In: I Congresso de Gestão Pública CONSAD, 2008, Brasília. I Congresso de Gestão Pública CONSAD, 2008.

RIVIERE, Isabel María. *América Latina y las nuevas tecnologías de comunicación e investigación*. Observatorio para la Cibersociedad, II Congresso Online OCS, 2004. Em:

http://www.cibersociedad.net/congres2004/grups/fitxacom_publica2.php?grup=9&id=63&idoma=pt

ROMERO, Jaime Astudillo. *Globalización e Integración Cultural Regional*, Em: Cultura, Comunicação e Movimentos Sociais. CELACC/ECA/USP, Maria Nazareth Ferreira (org.), São Paulo, 2007.

RUEDIGER M. A; *Governança Democrática na Era da Informação*. In: XXVII ENANPAD. Anais em CD. Atibaia: Anpad. Setembro 2003, LONDON, Scott. *Teledemocracy vs. Deliberative Democracy: A Comparative Look at Two Models of Public Tak*. Journal of Interpersonal Computing and Technology, Vol 3, No 2 (April 1995), pp. 33-55. <http://www.scottlondon.com/reports/tele.html>. Acessado em 25 de fevereiro de 2013.

_____. *Governo Eletrônico e Democracia – Uma Análise Preliminar dos Impactos e Potencialidades na Gestão Pública*. In XVI ENANPAD. Anais em CD. Salvador: Anpad. Setembro 2002.

ROUSILEY & CASTRO, Maria Ceres Pimenta Spíndola (Orgs). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

SANDOVAL, E. A. *Indígenas y democracia en las tecnologías de información y comunicación (tics)*. Centro de Investigación en Ciencias Políticas y Admón Pública/ Universidad Autónoma del Estado de México, 2005.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de alice: o social e o político na pós-modernidade*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

SARTORI, Giovanni. *A teoria democrática revisitada*. São Paulo: Ática, 1994.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica*. 3. ed. Florianópolis: UFSC, 1989.

_____. *Redes Sociais: trajetórias e fronteiras*. In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério L. L. da (Orgs.). *Redes, sociedade e território*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

SCHWARTZ, E. I. *The history of information and communication technology (ICT)*. Unit 2 P1, M1 and D1, Digital Darwinism. 2000.

SILVEIRA, H. F. R. *Um estudo do poder na sociedade da informação*. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 29, n. 3, p.79-90, set./dez. 2000

SILVEIRA, Sergio Amadeu. *Convergência digital, diversidade cultural e esfera pública*. In: Além das redes de colaboração / Sergio Amadeu e Nelson Preto (organizadores). Salvador: UFBA, 2008. Disponível: <http://www.scribd.com/doc/5456956/Alem-Das-Redes-de-Colaboracao-Sergio-Amadeu-e-Nelson-de-Luca>

SODRÉ, M. *Reinventando a cultura: do atual ao virtual*. In: FERREIRA, Maria Nazareth (org). *Cultura, comunicação e movimentos sociais*. São Paulo: CELACC-ECA/USP, 1999. 266.

_____. *Antropológica do Espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

SOUSA SANTOS, Boaventura. *Mumbai e o Futuro*. 2004. Em: http://www.forumsocialmundial.org.br/noticias_textos.php?cd_news=201, acessado em 20 de fevereiro de 2013.

STAVENHAGEN, R. *Pueblos indígenas: entre clase y nación*. Em: M. CASTRO-LUCIC (ed.), *Los desafíos de la interculturalidad: identidad, política y derecho*. Santiago, Vicerrectoría de Investigación y Desarrollo, Universidad de Chile, 2004, P. 17-33.

TARROW, S. *El poder en movimiento: los movimientos sociales, la acción colectiva y la política*. Alianza, Madrid. 2004.

TEIXEIRA, Alberto. *A política, gestão, governança, a Governabilidade e Informação para o Desenvolvimento Humano Sustentável*. Universidade Federal do Ceará, (UFC, EFG), Fortaleza, Junho de 2011.

_____. *Internet na transparência da gestão pública municipal: a experiência do Estado do Ceará*. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2004.

TEÓFILO, Carlos Renato. *Algumas Reflexões sobre Pesquisas Empírica em Contabilidade I*. Cadernos de Estudos, São Paulo, FIECAFI, v.10, n.19, p.9 – 15, set/dez 1998.

THEODORSON, G.A; THEODORSON, A.G. *A modern dictionary of sociology*. New York: Crowell, 1970

THOMPSON, John B. *El concepto de cultura*. En: *ideología y cultura moderna. Teoría crítica social en la era de la comunicación de masas*. Universidad Autónoma Metropolitana, México, 1993.

TILLY, Charles. *Los movimientos sociales como agrupaciones históricamente específicas de actuaciones políticas*. Universidad Autónoma Metropolitana, Revista del Departamento de Sociología, México. Año 10, N.28, Data: Maio - Agosto 1995. Traducido por Alan Hynds y Rosario May. EM: <http://www.revistasociologica.com.mx/pdf/2802.pdf>

_____. "Stories of Social Construction." Lecture for the 50th anniversary celebration of the Institute for Social Research, University of Michigan. Ann Arbor (MI). 1997.

_____. *Los Movimientos Sociales: 1768 a 2008 – desde sus orígenes a Facebook*. Barcelona: Editorial Crítica, 2010

TOURAINE, Alain. *Production de la société*, Paris, Editions Seuil.1973.

_____. *Palavra e Sangue: Política e Sociedade na América Latina*. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1989.

UNICEF e FUNPROEIB Andes. Atlas Sociolinguístico dos Povos Indígenas na América Latina. Primeira edição 2009, Cochabamba, Bolívia. ISBN: 978-92-806-4491-3

ULCUÉ CAMPO, Gustavo & GUEVARA, Carlos. *Movimientos sociales y nuevas tecnologías de información y comunicación, trayectoria y desafíos*. Programa Somos Defensores. Edición No. 04 Revista Revelando. Especial Seguridad Informática y Defensa de Derechos Humanos en Colombia.

UNÁS, Viviam. *Nuevos repertorios tecnológicos y movimientos sociales: el caso de la Asociación Indígena del Norte del Cauca (ACIN)*. Universidad Icesi, Colombia. CS No. 6, 255 - 282, julio – diciembre 2010. Cali – Colombia ISSN 2011– 0324. Em: http://www.icesi.edu.co/revista_cs/images/stories/revistaCS6/articulos/09%20unas.pdf

VAZ, José Carlos. *Desafios para a inclusão digital e a governança eletrônica*. 2001, disponível em www.polis.org.br/publicacoes/artigos/vazgovca.html. Acessado em 20 de fevereiro de 2013.

_____. *Administração pública e governança eletrônica: possibilidades para a tecnologia da informação*. In: Governo eletrônico - os desafios da participação cidadã. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, Série Debates n. 24, dez. 2002.

_____. *Governança Eletrônica: para onde é possível caminhar?*. Instituto Pólis. 2005. http://www.polis.org.br/artigo_interno.asp?codigo=96. Acessado em 25 de fevereiro de 2013.

VEGH, S. Classifying forms of online activism: the case of cyberprotests against the World Bank. In: MCCAUGHEY, M., AYERS, M.D. (ed). *Cyberactivism: online activism in theory and practice*. London: Routledge, 2003.

VERMELHO (PORTAL). *Conexão: a força da internet no MST e no Exército Zapatista*. 2009. Disponível em: http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=52856&id_secao=8. Acesso em: 20 de fevereiro de 2013.

WERLE, Denilson L. (org.). *Democracia deliberativa*. São Paulo: Esfera Pública, 2007.

WHITAKER, Chico. *O desafio do Fórum Social Mundial: um modo de ver*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

WITHAKER, Francisco. *Redes: uma estrutura alternativa de organização*. Disponível online:http://www.rits.org.br/redes_teste/rd_estrutalternativa.cfm, 1998.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ANEXOS

ANEXO 1- População indígena e povos indígenas da América Latina e Caribe

PAÍS	POBLACIÓN TOTAL NACIONAL	PUEBLOS INDÍGENAS	POBLACIÓN INDÍGENA	% POBLACIÓN INDÍGENA
Antigua y Barbuda (2005)	81.479	1?	258	0,3
Argentina (2001)	36.260.160	30	600.329	1,6
Belice (2000)	232.111	4	38.562	16,6
Bolivia (2001)	8.090.732	36	5.358.107	66,2
Brasil (2000)	169.872.856	241	734.127	0,4
Colombia (2005)	41.468.384	83	1.392.623	3,3
Costa Rica (2000)	3.810.179	8	65.548	1,7
Chile (2002)	15.116.435	9	692.192	4,6
Dominica (2005)	78.940	1?	2.099	2,6
Ecuador (2001)	12.156.608	12	830.418	6,8
El Salvador (2007)	5.744.113	3	13.310	0,2
Guatemala (2002)	11.237.196	24	4.487.026	39,9
Guyana (2001)	751.223	9	68.819	9,1
Guyana Francesa (1999)	201.996	6	3.900	1,9
Honduras (2001)	6.076.885	7	440.313	7,2
México (2000)	100.638.078	67	9.504.184	9,4
Nicaragua (2005)	5.142.098	9	292.244	5,7
Panamá (2000)	2.839.177	8	285.231	10,0
Paraguay (2002)	5.163.198	20	108.308	2,0
Perú (2008)	28.220.764	43	3.919.314	13,9
Santa Lucía (2005)	160.750	1?	775	0,4
Surinam (2006)	436.935	5	6.601	1,5
Trinidad y Tobago (2000)	1.114.772	1?	1.972?	1,7
Uruguay (2004)	3.241.003	0	115.118	3,5
Venezuela (2001)	23.054.210	37	534.816	2,3
América Latina y El Caribe	481.190.282	665	29.496.894	6,1%

Fonte: Atlas Sociolinguístico dos Povos Indígenas na América Latina. Primeira edição 2009, UNICEF e FUNPROEIB Andes.

ANEXO 2– Usuários de Internet e estatísticas da população para os países da América Latina

Internet Usage, Facebook Subscribers and Population Statistics for all the Americas World Region Countries December 31, 2013

THE AMERICAS	Population (2014 Est.)	Pop. % Table	Internet Usage 31-Dec-2013	% Population (Penetration)	Internet % Users	Facebook 31-Dec-2012
<u>Anquilla</u>	16,086	0.0 %	10,424	64.8 %	0.0 %	7,200
<u>Antigua & Barbuda</u>	91,295	0.0 %	74,057	81.1 %	0.0 %	30,420
<u>Argentina</u>	43,024,374	4.5 %	32,268,280	75.0 %	5.4 %	20,594,680
<u>Aruba</u>	110,663	0.0 %	87,313	78.9 %	0.0 %	53,820
<u>Bahamas</u>	321,834	0.0 %	235,797	73.3 %	0.0 %	167,920
<u>Barbados</u>	289,680	0.0 %	217,260	75.0 %	0.0 %	122,220
<u>Belize</u>	340,844	0.0 %	108,048	31.7 %	0.0 %	80,600
<u>Bermuda</u>	69,839	0.0 %	66,557	95.3 %	0.0 %	30,980
<u>Bolivia</u>	10,631,486	1.1 %	4,199,437	39.5 %	0.7 %	1,826,140
<u>Bonaire, S.E., Saba</u>	22,303	0.0 %	20,956	94.0%	0.0 %	n/a
<u>Brazil</u>	202,656,788	21.0 %	109,773,650	54.2 %	18.2 %	64,878,260
<u>British Virgin Islands</u>	32,680	0.0 %	14,620	44.7 %	0.0 %	9,360
<u>Canada</u>	34,834,841	3.6 %	31,661,870	90.9 %	5.3 %	18,529,240
<u>Cayman Islands</u>	54,914	0.0 %	40,691	74.1 %	0.0 %	30,380
<u>Chile</u>	17,363,894	1.8 %	11,546,990	66.5 %	1.9 %	9,648,660
<u>Colombia</u>	46,245,297	4.8 %	28,475,560	61.6 %	4.7 %	17,505,920
<u>Costa Rica</u>	4,755,234	0.5 %	2,185,506	46.0 %	0.4 %	1,964,280
<u>Cuba</u>	11,047,251	1.1 %	2,840,248	25.7 %	0.5 %	n/a
<u>Curaçao</u>	147,695	0.0 %	138,774	94.0 %	0.0 %	85,920
<u>Dominica</u>	73,449	0.0 %	43,335	59.0 %	0.0 %	24,420
<u>Dominican Republic</u>	10,349,741	1.1 %	6,054,013	58.5 %	1.0 %	2,821,700
<u>Ecuador</u>	15,654,411	1.6 %	6,316,555	40.4 %	1.0 %	5,300,260
<u>El Salvador</u>	6,125,512	0.6 %	1,649,980	26.9 %	0.3 %	1,524,860
<u>Falkland Islands</u>	2,932	0.0 %	2,841	96.9 %	0.0 %	1,860
<u>French Guiana</u>	253,511	0.0 %	71,360	28.1 %	0.0 %	71,360
<u>Greenland</u>	57,728	0.0 %	52,000	90.1 %	0.0 %	25,480
<u>Grenada</u>	110,152	0.0 %	38,553	35.0 %	0.0 %	29,080
<u>Guadeloupe</u>	468,205	0.0 %	171,140	36.6 %	0.0 %	171,140
<u>Guatemala</u>	14,647,083	1.5 %	2,885,475	19.7 %	0.5 %	2,122,220

<u>Guyana</u>	735,554	0.1 %	242,733	33.0 %	0.0 %	137,060
<u>Haiti</u>	9,996,731	1.0 %	1,059,653	10.6 %	0.2 %	202,660
<u>Honduras</u>	8,598,561	0.9 %	1,530,543	17.8 %	0.3 %	1,233,020
<u>Jamaica</u>	2,930,050	0.3 %	1,581,100	54.0 %	0.3 %	677,960
<u>Martinique</u>	410,508	0.0 %	170,000	41.4 %	0.0 %	132,220
<u>Mexico</u>	120,286,655	12.5 %	52,276,580	43.5 %	8.7 %	40,150,340
<u>Monserat</u>	5,215	0.0 %	2,847	54.6 %	0.0%	n/a
<u>Nicaragua</u>	5,848,641	0.6 %	906,539	15.5 %	0.2 %	818,380
<u>Panama</u>	3,608,431	0.4 %	1,548,016	42.9 %	0.3 %	1,039,840
<u>Paraguay</u>	6,703,860	0.7 %	2,473,724	36.9 %	0.4 %	1,290,500
<u>Peru</u>	30,147,935	3.1 %	11,817,991	39.2 %	2.0 %	9,856,600
<u>Puerto Rico</u>	3,620,897	0.4 %	2,675,843	73.9 %	0.4 %	1,292,780
<u>St. Barthélemy (FR)</u>	7,267	0.0 %	1,540	21.2 %	0.0 %	1,540
<u>St. Kitts & Nevis</u>	51,538	0.0 %	41,230	80.0 %	0.0 %	22,600
<u>Saint Lucia</u>	163,362	0.0 %	142,900	87.5 %	0.0 %	59,000
<u>St. Martin (FR)</u>	31,530	0.0 %	n/a	n/a	0.0 %	n/a
<u>St. Pierre & Maquelon</u>	5,716	0.0 %	n/a	n/a	0.0 %	n/a
<u>St. Vincent & Grenadines</u>	102,918	0.0 %	76,000	73.8 %	0.0 %	38,640
<u>Sint Maarten (NL)</u>	40,289	0.0 %	n/a	n/a	0.0 %	n/a
<u>Suriname</u>	573,311	0.1 %	214,418	37.4 %	0.0 %	110,080
<u>Trinidad & Tobago</u>	1,223,916	0.1 %	780,858	63.8%	0.1 %	484,780
<u>Turks & Caicos</u>	49,070	0.0 %	14,760	30.1 %	0.0 %	13,900
<u>United States</u>	318,892,103	33.0 %	268,507,150	84.2 %	44.6 %	163,817,940
<u>Uruguay</u>	3,332,972	0.3 %	1,936,457	58.1 %	0.3 %	1,646,740
<u>US Virgin Islands</u>	104,170	0.0 %	47,189	45.3 %	0.0 %	4,880
<u>Venezuela</u>	28,868,486	3.0 %	12,994,232	45.0 %	2.2 %	9,808,560
TOTAL ALL AMERICAS	966,139,408	100.0 %	602,293,593	62.3 %	100.0 %	380,442,700

NOTES: (1) The Internet and Population Statistics for the 3 Americas were updated for December 31, 2013. (2) Tha Facebook subscribers data are for December 31, 2012. (3) CLICK on each country name for detailed individual country and regional statistics. (4) The demographic (population) numbers are based mainly on data contained in Census Bureau. (5) The most recent Internet usage information comes mainly from the data published by Nielsen Online, ITU, Facebook, and other reliable sources. (6) For methodology, definitions and navigation help, see the site surfing guide. (7) Data may be cited, giving due credit and establishing an active link back to Internetworldstats.com. Copyright © 2014, Miniwatts Marketing Group. All rights reserved.

Fonte: Internet World Stats. Disponível em: <http://www.internetworldstats.com/stats2.htm#americas>

ANEXO 3- Rádios Indígenas da Colômbia

	Departamento	Emissora	Povo Indígena	Município	Comunidade	Idiomas
1	Antioquia	Chami Estéreo	Embera Chamí	Jardín	Cristianía	Español, Embera Chamí
2		La Voz Indígena de Urabá	Embera-Chamí, Embera Katío, Zenú, Tule o Kunas	Apartadó	Apartadó	Embera Katío, Embera Chamí, Tule, Español
3	Caldas	Ingrumá Estéreo	Embera Chamí	Riosucio	San Lorenzo	Español
4	Caquetá	Inga Kuna Estéreo	Inga	San José del Fragua	Tandachirido	Inga
5		Coreguaje Estéreo	Coreguaje	Milán	Agua Negra	Koreguaje, Español
6	Cauca	Pa'Yumat	Nasa	Santander de Quilichao	Santander de Quilichao	NasaYuwe, Namrik, Español
7		Renacer Kokonuko	Totoroes	Puracé	Kokonuco	Español

						NamTrik
8		Voces de Nuestra Tierra Jambalo	Nasa	Jambaló	Jambaló	NasaYuwe, Namrik Español
9		Centro Uswal Nasa Yute	Nasa	Caldono	Caldono	NasaYuwe, Namrik
10		Namuy Wam	Misakh	Silvia	Santiago	Namrik NasaYuwe, Español
11		Nuestra Voz Estéreo	Nasa, Misakh	Morales	Morales	NasaYuwe, Namrik
12		Radio Libertad	Totoroz	Totoro	Totoro	Nasa, Namrik
13		Radio Nasa de Tierradentro	Nasa, Misakh	Apez	Tierradentr o	NasaYuwe, Español
14		Aires del Pueblo Yanacona	Yanaconas	Almaguer	Almaguer	Español
15		Nasa Etéreo	Nasa	Toribío	Toribio	NasaYuwe, Español

16	Cesar	Tayrona Estéreo	Kankuamos, Wiwas, Koguis, Aruhacos	Valledupar	Atanquez	Español, Kogui, Wiwa, Iku,
17	Córdoba y Sucre	Mexión Estéreo	Zenú	San Andrés de Sotavento	San Andrés de Sotavento	Español
18	Guajira	Utay Estéreo	Wayuú, Wiwas, Yukpas	Fonseca	Bangañita	Wayuunaiki, Español
19		Ecos de la Macuira	Wayuú	Uribia	Corregimie nto de Nazareth	Wayuunaiki, Español
20		Oasis Estéreo	Wayuú	Uribia	Uribia	Wayuunaiki, Español
21	Nariño	Camawari Estéreo	Awá	Ricaurte	Ricaurte	Awapit
22		Identidad Estéreo	Pastos	Panan	Panan	Español
23		La Voz de los Awá	Awá	Barbacoas	Predio El Verde	Awapit – Español
24		La Voz de los Pastos	Pastos	Aldana	La Laguna	Español
25		Minga Estéreo	Pastos	Túquerres	Túquerres	Español
26	Putumayo	Inga Kamentza	Inga Kamentza	Santiago	Santiago	Inga, Kamentsa

27		Radio Waira	Inga, Kofán, Siona, Kamentza, Huitoto, Quichuas, Coreuajes, Embera Katío, Awá, Pastos, Kiyasingas, Yanaconas, Nasa, Pijao	Mocoa	Mocoa	Español, Inga
28	Tolima	Crit	Pijao,	Ortega	Ortega	Español
29	Valle del Cauca	Chimia del Pacífico	Nasa, Yanacona, Eperara Siapidara, Waunan	Buenaventura	Buenaventura	Nasa Yuwe, Siapirara, Inga, Waunan

Fonte: Estudo sobre rádios indígenas da ONIC, Colômbia. Março de 2009.

ANEXO 4- Entrevistados relacionados à COIAB

Entrevistado	Cargo/Origem	Data	Local	Coleta dos Dados
Maximiliano Correia Menezes	Atualmente é o Coordenador Geral da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB). Pertence ao Povo Indígena Tucano, trabalhou durante 20 anos no Movimento Indígena na Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN). Simultaneamente, faz parte da Coordenação da Comunicação e Saúde da Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA).	28/05/2014	Entrevista telefônica via celular	Entrevista semiestruturada
Délio Firmo Alves	Atual membro militante da COIAB, segmento de Juventude Indígena. Vínculo político com a COIAB desde 2007. Pertence ao Povo Indígena Desana do Município de São Gabriel da Cachoeira.	08/05/2014	COIAB/Manaus	Entrevista semiestruturada
Francinara Soares	Coordenadora Tesoureira da COIAB, pertence ao Povo Indígena Baré. Foi eleita no cargo de coordenadora tesoureira na Assembleia da Aldeia Umutina na Barra do Bugres no Mato Grosso, em Agosto de 2013. Ela tem vínculo empregatício com a COIAB desde 2009 quando começou a trabalhar como auxiliar da Secretaria.	08/05/2014	COIAB/Manaus	Entrevista semiestruturada
Raquel Macedo dos Santos	Trabalha na frente da Coordenação das Mulheres Indígenas da Amazônia que é expansão da COIAB, faz parte do povo indígena Munduruku. Eleita em Assembleia em início de abril de 2012.	08/05/2014	COIAB/Manaus	Entrevista semiestruturada

ANEXO 5- Entrevistados relacionados à ONIC

Entrevistado	Cargo/Origem	Data	Local	Coleta dos Dados
Richard Leguízamo	Assistente da Área das Comunicações e Pesquisa da ONIC.	14/01/2014	ONIC	Entrevista semiestruturada
Adolfo Conejo	Pertence ao Povo Indígena Totoroes, é delegado do Conselho Regional Indígena do Cauca (CRIC), trabalha atualmente na ONIC dentro da equipe técnica de construção da Política Pública de Comunicação e Informação dos Povos Indígenas da Colômbia.	22/01/2014	ONIC	Entrevista semiestruturada
Celmira Lugo Salgado	Pertence ao Povo Indígena Zenú, aldeia Embera Chamí, Las Palmas, Apartadó-Antioquia. Faz parte da Organização Indígena de Antioquia, e atualmente encontra-se trabalhando dentro da equipe de construção da Política Pública de Comunicação.	29/01/2014	ONIC	Entrevista semiestruturada
Gustavo Adolfo Ulcué	Indígena do povo Nasa da aldeia Canoas, localizada ao Norte do departamento de Cauca no Município Santander de Quilichao, faz parte da equipe da Secretaria Técnica da Mesa Permanente de Concertação Nacional dos Povos e Organizações Indígenas associadas à ONIC.	29/01/2014	ONIC	Entrevista semiestruturada
Mileydis Polanco Gómez	Pertence ao Povo indígena Wayuu, do norte da Colômbia, (é o povo indígena mais numeroso do país, binacional com Venezuela). Faz parte da Organização Nacional indígena Yanama filial à ONIC. Atualmente faz parte da equipe de construção da Política Pública.	29/01/2014	ONIC	Entrevista semiestruturada
Emerson Díaz	Povo indígena dos Pastos, sul-ocidente de Nariño, povo binacional entre Equador e Colômbia, faz parte da equipe de construção da Política Pública.	29/01/2014	ONIC	Entrevista semiestruturada
Juan Pablo Gutiérrez	Fotógrafo oficial da ONIC e embaixador internacional da ONIC (Trabalho de diplomacia com outras organizações internacionais). Vinculou-se à ONIC em 2009 com a campanha “Palavra Doce, ar de vida”. Trabalha com a Secretaria Geral e com a Área de Comunicações dentro da organização.	29/01/2014	ONIC	Entrevista semiestruturada

ANEXO 6– Fotografias da COIAB

ANEXO 7- Fotografías da ONIC